

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ISABELLA PAULA GAZE

ORLANDO CORRÊA LOPES: A GESTÃO DE UM ANARQUISTA
NA ESCOLA PROFISSIONAL VISCONDE DE MAUÁ (1916-1927)



RIO DE JANEIRO
2013

ISABELLA PAULA GAZE

ORLANDO CORRÊA LOPES: A GESTÃO DE UM ANARQUISTA
NA ESCOLA PROFISSIONAL VISCONDE DE MAUÁ (1916-1927)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientador: Prof.^a Dr.^a Angela Maria Souza Martins

RIO DE JANEIRO
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ISABELLA PAULA GAZE

*Orlando Corrêa Lopes: a gestão de um anarquista
na Escola Profissional Visconde De Mauá (1916-1927)*

Aprovado pela Banca Examinadora.
Rio de Janeiro, 14 / 05 / 2013.

Prof.^a Dr.^a Angela Maria Souza Martins - UNIRIO
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Célia Regina Otranto - UFRRJ
Membro Externo

Prof. Dr. Fernando Cesar Ferreira Gouvêa - UFRRJ
Membro Externo

Prof.^a Dr.^a Lúgia Martha Coimbra da Costa Coelho - UNIRIO
Membro Interno

Dedico este trabalho aos professores que, apesar dos pesares, lutam por uma escola pública que socialize o conhecimento com os trabalhadores.

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer àqueles que acompanharam minha jornada para a conclusão desta pesquisa. Alguns presentes todos os dias, dividindo angústias e vitórias, como meu amado marido e companheiro, Djaldyr (carinhosamente DJ) e minhas filhas Isadora e Natália. DJ, que tantas vezes, foi motorista, auxiliar de pesquisa nos arquivos e bibliotecas, e revisor de texto, como meu primeiro leitor. A elas, que tanto amo e foram sempre meu maior motivo para seguir em frente, que meu empenho possa servir-lhes de exemplo. A todos os amigos e familiares pela torcida e em especial à minha mãe, Maria Julia, que me ensinou o amor pelo conhecimento.

Agradeço aos funcionários e mestres do PPGEduc, em especial, à minha querida orientadora, Prof.^a Dr.^a Angela Maria Souza Martins, por tudo que me ensinou nestes anos e por ser capaz de mediar sem impor, de orientar sem determinar minhas escolhas e caminhos. À Vivianne, ex-funcionária da ETE Visconde de Mauá e ex-aluna do mestrado, por ter me encorajado a escrever o projeto para o processo de seleção.

Aos colegas de turma pelos debates e reflexões, a todos os participantes do NEPHEB em especial, aos companheiros anarquistas que muito contribuíram para minha compreensão sobre pedagogia libertária e à Prof.^a Dr.^a Nailda Bonato, pelas contribuições teórico-metodológicas. Um agradecimento especial à Adriana, pela sugestão da mudança do recorte temporal e por me ajudar na formatação do texto final. Ao Alexandre pelo abstract. Ao Emmanuel pelo apoio de sempre.

Aos meus companheiros do Centro de Memória da FAETEC, Alexandre, Estela, Patrícia, Fabio, Roberta e principalmente a Aderaldo e Gracinha, por me substituírem nos afazeres cotidianos para que eu pudesse realizar alguma pesquisa ou apresentar algum trabalho. À Presidência da FAETEC, por acreditar no projeto de pesquisa desenvolvido, e principalmente, à vice-presidente educacional, Maria Cristina Lacerda, pelo incentivo e apoio.

À Prof.^a Dr.^a Ângela Roberti, pelas primeiras dicas de fontes e ao jornalista Milton Lopes, por ter compartilhado comigo seu conhecimento sobre a vida e as obras de OCL.

À professora de história, Maria Cristina Teixeira, coordenadora do Centro de Memória da ETE Visconde de Mauá, pelo apoio nas pesquisas e catalogação nos livros de matrículas.

Aos profissionais do AGCRJ, do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional e do AMORJ pela atenção e paciência com que atendem aos pesquisadores, possibilitando que seus projetos de pesquisa se tornem realidade.

À banca de qualificação pelas correções e sugestões que muito contribuíram para a finalização deste projeto.

[...] Mesmo que eu achasse que grande parte da abordagem da história por Marx precisasse ser jogada no lixo, ainda assim continuaria a levar em consideração, profunda, mas criticamente, aquilo que os japoneses chamam de um *sensei*, mestre intelectual para quem se deve algo que não pode ser retribuído. Acontece que continuo considerando que a “concepção materialista da história” de Marx é, de longe, o melhor guia para a história [...] (Hobsbawm, E. Sobre história, 1998, p.9).

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo pesquisar a origem e institucionalização da Escola Profissional Visconde de Mauá no Distrito Federal, durante a Primeira República, na gestão do anarquista Orlando Corrêa Lopes, entre 1916 e 1927. A escola tem sua origem relacionada à construção da Vila Proletária Marechal Hermes, pela qual se fez necessária breve abordagem deste episódio sobre a moradia operária na cidade do Rio de Janeiro. A temática foi analisada com a perspectiva do materialismo histórico-dialético, articulando a história da instituição escolar à compreensão da realidade histórica, com ênfase sobre a situação no mundo do trabalho. Ao situar a escola em seu tempo e espaço histórico, traçamos um panorama sobre a administração da instrução pública pela prefeitura do Distrito Federal, durante o período de sua inauguração. Para isso, foram usadas como fontes: o censo de 1920, os orçamentos da prefeitura e a legislação vigente. Nesta primeira década, destacou-se Orlando Corrêa Lopes, reconhecido intelectual anarquista e diretor da escola desde sua inauguração, em 1916, até 1927, ano de sua morte. Dr. Orlando tornou-se anarquista no Rio de Janeiro e esteve à frente do diário *A Época*, da revista anarquista *A Vida* e do jornal *Na Barricada*. Na ausência de fontes que possibilitem escrever um estudo biográfico sobre ele, sua escrita jornalística foi o principal caminho para conhecermos suas ideias e personalidade, como também identificar, na sua gestão, a presença de traços do pensamento anarquista. Para compreender a institucionalização da escola através das ações de seus sujeitos, partimos do conceito de *fazer-se* desenvolvido por E. P. Thompson. Procuramos demonstrar a importância da participação dos seus sujeitos no *fazer-se* da escola. Partindo dos conceitos de intelectual orgânico e hegemonia de Gramsci, refletimos sobre o papel de Dr. Orlando como intelectual orgânico da classe trabalhadora, na defesa e propaganda de uma escola que não se limitava a atender interesses do Capital, restringindo o currículo escolar à simples especialização de um ofício. Trouxemos para este diálogo, ideias da pedagogia libertária, como politecnia e educação integral e de que forma foram introduzidas numa escola oficial, burlando a legislação em vigor, sem que despertasse algum tipo de perseguição por parte da Prefeitura do Distrito Federal, numa demonstração de ação contra-hegemônica, bem sucedida. O estudo se baseia, principalmente nos periódicos digitalizados e disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, além de fontes bibliográficas, boletins do Distrito Federal, livros de ofícios da Diretoria de Instrução Pública e do Almoxtarifado Central, o primeiro livro de matrículas, além de fotografias e documentos do Acervo do Centro de Memória da ETEVM.

PALAVRAS-CHAVE: História das Instituições Escolares – Escola Profissional – Distrito Federal – Primeira República – Anarquismo – Pedagogia Libertária – Educação Integral.

ABSTRACT

This dissertation wants to research the beginning and institutionalization of the Professional School Visconde de Mauá in Federal District, during the First Republic from 1916 until 1927, directed by Orlando Corrêa Lopes, an anarchist. The creation of the school is related to the construction of the Proletarian Village Marechal Hermes, why it was necessary to make an approach to this theme about workers' houses in the Rio de Janeiro. The object was analyzed with the perspective of dialectical historical materialism, articulating the history of the school and the understanding of historical reality. To locate the school in its time and history space, a picture of public instruction administration by the town hall of the Federal District, during the period of its inauguration, was drawn. For this, the following were used as sources: the 1920 census, the accounts of the town hall, and the current legislation. In this first decade, he excelled Orlando Corrêa Lopes, an intellectual recognized as an anarchist and director of the school since its opening in 1916 until 1927, the year of his death. Dr. Orlando became an anarchist in Rio de Janeiro and wrote in the daily press *A Época*, the anarchist magazine *A Vida* and the newspaper *Na Barricada*. In the absence of documents, his biographical study on it, his journalistic writing was the main way to get to know his ideas and his personality, as well as to identify, toward you, the presence of traces of anarchist thought. To understand the institutionalization of the school through the actions of the subject, we start from the concept 'the making' developed by E. P. Thompson. We seek to demonstrate the importance of the participation of the subject in the making of the school. Based on the concepts of organic intellectual and hegemony formulated by Gramsci, we reflect on the role of Dr. Orlando as an organic intellectual of the working class. In the defense and spreading of a school that was not limited to meet the interests of Capital, restricting the school curriculum to the simple specialization of a job. Brought to this dialogue, anarchist ideas, as polytechnic and integral education and how they were introduced in official schools, breaking the current legislation, without that rouse itself some sort of persecution on the part of the municipality of the Federal District, in a demonstration of counter-hegemonic, successful action. The study is based especially on digitized newspapers available at the Biblioteca Nacional, in addition to bibliographic sources, newsletters of the Federal District, Board of Public Instruction books, Central Warehouse and the first book of registration. We use also photographs and documents from the Memory Center at ETEVM.

KEYWORDS: History of educational institutions, Professional School, Federal District, First Republic, Anarchism, Integral Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. O Distrito Federal no tempo e espaço histórico do nascimento da Escola Profissional Visconde de Mauá	24
1.1. Presidente Hermes e sua Vila proletária	27
1.2. Reflexões sobre a Administração Municipal da Instrução Pública e a Escola Profissional no Distrito Federal na década de 1910	35
1.2.1. A classificação geral das Escolas Primárias de Letras	41
1.2.2. O orçamento anual e a Instrução Pública	43
1.2.3. A legislação educacional	47
I. A Reforma do Ensino Municipal nº. 838 de 20 de outubro de 1911.....	48
II. Decreto nº 974 de 9 de julho de 1914: O Regulamento das Escolas Profissionais Masculinas	51
III. Decreto nº 981 de 2 de setembro de 1914: A Reforma da Reforma	55
IV. Decreto nº 1.066 de 19 de abril de 1916: O Novo Regulamento das Escolas Profissionais	56
CAPÍTULO 2. Entre a pena e a carabina: Trajetória política de Orlando Corrêa Lopes	59
2.1. Princípios republicanos: a educação dos irmãos Corrêa Lopes	62
2.2. Oligarquia e luta armada: a experiência no estado do Amazonas.....	65
2.3. A outra face da República: o jornalismo e as desilusões republicanas	69
2.4. “Uma espingarda na mão e uma ideia no cérebro”: a propaganda do Anarquismo.....	84
CAPÍTULO 3. O <i>fazer-se</i> da Escola Profissional Visconde de Mauá na gestão do anarquista Orlando Corrêa Lopes	104
3.1. O berço da Escola.....	108
3.2. A Escola Visconde de Mauá já tem diretor!.....	112
3.3. Métodos de ensino e currículo na Escola Profissional Visconde de Mauá: Pedagogia Libertária, Omer Buyse e Educação Racional e Anticlerical	119
3.4. Escola Prática de Ensino Agrícola e oficinas para servir à Guerra	128
3.5. Princípios da Pedagogia Libertária na Casa de Instrução Modelar	134
3.6. Um internato para a Escola de Agricultura.....	139
3.7. A Escola Profissional Visconde de Mauá nas Festas do Centenário	147
3.8. Os primeiros alunos da Escola Visconde de Mauá	153
3.9. Os últimos anos da Gestão Orlando Corrêa Lopes	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS E FONTES	162

INTRODUÇÃO

Mergulhar no interior de uma Instituição Escolar, com o olhar do historiador, é ir em busca das suas origens, do seu desenvolvimento no tempo, das alterações arquitetônicas pelas quais passou, e que não são gratuitas; é ir em busca da identidade dos sujeitos (professores, gestores, alunos, técnicos e outros) que a habitaram, das práticas pedagógicas que ali se realizaram, do mobiliário escolar que se transformou e de muitas outras coisas. Mas o essencial é tentar responder à questão de fundo: o que esta instituição singular instituiu? O que ela instituiu para si, para seus sujeitos e para a sociedade na qual está inserida? Mais radicalmente ainda: qual é o sentido do que foi instituído? (SANFELICE, 2006, p.24)

Sou professora da educação básica desde 1983. Em 1998, ingressei na FAETEC¹, através de concurso público, tornando-me professora de história da Escola Técnica Estadual Visconde de Mauá². De 2007 a 2010, ocupei a função de diretora eleita pela comunidade escolar. Hoje, parte da minha história está entrelaçada à história desta escola. É fato que, tanto para os historiadores, como para os que amam o conhecimento histórico, é impossível trabalhar na “Mauá” sem sentir a história da educação profissional transbordando pelos prédios, salas, máquinas, árvores e pessoas³.

Quando fui eleita, já existiam iniciativas de alguns professores e direções anteriores para preservar parte da trajetória histórica da escola. Um dos objetivos da nossa gestão era de institucionalizar ações de pesquisa, guarda e preservação dessa história. Neste aspecto, conseguimos que a Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória histórico-cultural da Cidade do Rio de Janeiro (SEDREPAHC), através do pronunciamento do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, aprovasse o Decreto nº 29.786, de 29 de agosto de 2008, publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, de 01 de setembro de 2009, tombando, nos termos do artigo 5º da Lei nº 166, de 27 de maio de 1980, entre outros bens situados no Bairro de Marechal Hermes, os prédios Mecânica e Eletrotécnica da Escola Técnica Estadual Visconde de Mauá.

¹ Fundada em 10 de junho de 1997, através da Lei 2735, a FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica – tornou-se responsável pela educação profissional e tecnológica no Estado do Rio de Janeiro, incluindo a formação inicial e continuada, a educação técnica de nível médio e a educação superior. Administra as escolas públicas profissionais mais antigas do estado.

² A ETEVM localiza-se na Rua João Vicente, nº1775/Marechal Hermes, oferece os cursos de mecânica, eletromecânica, eletrotécnica e eletrônica. (níveis médio; pós-médio e proeja) endereço eletrônico: <http://etevm.g12.br/portal/>

³ Em maio de 2011 fui convidada pela Vice-presidente Educacional Maria Cristina Lacerda para reativar o Centro de Memória da FAETEC (CEMEF), onde atuo como coordenadora geral. O CEMEF tem como meta a formulação e execução de políticas institucionais que promovam a cultura de preservação do patrimônio escolar e dos documentos que compõem os acervos das unidades educacionais.

Em setembro de 2008, escrevi o projeto para criação do Centro de Memória da ETE Visconde de Mauá, enviado para a presidência da FAETEC e autorizado em 13 de abril de 2009. Os professores de história Aderaldo dos Santos, Orlando Gonçalves Rey e Maria Cristina Teixeira formaram a equipe responsável pelo centro de memória. Neste primeiro momento, avaliamos que seria importante fazer o levantamento dos documentos oficiais de decretos, leis e resoluções, relativos aos períodos históricos da escola, desde sua criação até o presente. Para tanto, foi utilizado como referencial a cronologia da escola que se encontra na tese da Prof.^a Dr.^a Maria Ciavatta, “A Escola do Trabalho: história e imagens” (1993), cuja cópia foi doada à escola pela própria professora, como forma de agradecimento. Este levantamento ficou sob a responsabilidade do professor Aderaldo, que percorreu bibliotecas e arquivos públicos para obter as cópias dos documentos citados na cronologia. Concomitante, o professor Orlando desenvolvia o projeto de história oral, realizando as primeiras entrevistas e realizávamos o levantamento da documentação histórica que se encontrava na escola.

A oportunidade deste contato direto com a história da escola me despertou um desejo que, ao longo da minha carreira, foi sendo adiado: o de escrever um projeto de pesquisa para o mestrado. Incentivada por Vivianne Monte dos Santos⁴, resolvi me inscrever. O projeto de pesquisa com o qual fui aprovada intitulava-se “Escola Técnica Estadual Visconde de Mauá – 1964 a 1984: uma escola proletária nos anos de chumbo” e apresentava, como objetivo principal, investigar como a ditadura civil-militar administrou uma escola profissional que formava a juventude para o trabalho na indústria.

Iniciei as pesquisas pelos documentos que se encontram na escola. No levantamento preliminar realizado nos arquivos escolares da secretaria, encontrei uma pequena quantidade de documentação. O então secretário escolar, que trabalhou na escola de 1962 a 2011, esclareceu-me sobre a falta de documentos. Os motivos são sempre os mesmos: os inimigos mais comuns da preservação – alagamentos, deterioração natural devido ao tempo, cupins e traças. Mas outro motivo chamou-me a atenção: a incineração legal de documentos. Contou que, depois de terminado o prazo legal para a guarda, os documentos eram rasgados e queimados. O dever legal era com a guarda da documentação sobre a vida escolar dos alunos que, apesar das condições, foi preservada.

Localizei documentos interessantes, que seriam estudados como fontes para o recorte temporal escolhido. Entre eles, duas pastas dos anos de 1966 e 1968, referentes aos concursos de admissão dos alunos para o ginásio industrial e para os cursos técnicos de eletrotécnica e

⁴ Em 2011, Vivianne defendeu a dissertação *História da formação docente no Colégio Estadual Professor José Accioli, orientada pela Prof.^a Dr.^a Angela Maria Souza Martins.*

de mecânica de máquinas. Uma pasta com os pareceres do Conselho Estadual de Educação, do nº 181 ao nº 300, no período que compreende 14 de fevereiro de 1966 a 3 de janeiro de 1967, e um conjunto de documentos referente ao **Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Técnico e Industrial**, documentação sobre o convênio MEC/BID/LESTE EUROPEU para aquisição de equipamentos e maquinários destinados às escolas técnicas brasileiras.

Também fiz um estudo preliminar dos documentos legais que se encontram arquivados no centro de memória. Na breve cronologia citada por Ciavatta (1993, p. 187-188), consta que a escola foi criada pelo Decreto nº 974, de 01/07/1914 com a denominação de Segunda Escola Profissional Masculina. Entretanto, este decreto não fora localizado nos arquivos públicos pelo professor Aderaldo e por outro lado, a escola comemorava sua data de aniversário como 24 de outubro de 1914. Fiquei intrigada com a divergência das datas.

Dando continuidade ao levantamento das fontes, iniciei a pesquisa nos Boletins Oficiais do Estado da Guanabara que estão no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Por curiosidade, resolvi procurar o decreto de criação da escola nos Boletins da Prefeitura do Distrito Federal, mas não localizei o decreto, a mensagem ou a referência do Executivo ou Legislativo, antes do Decreto nº 1726 de 31 dez.1915, “que orça a receita e fiska a despesa da municipalidade para o exercício de 1916” (dez. 1915, Boletim da Prefeitura, p. 14).

Apesar de continuar pesquisando e estudando a escola durante a ditadura militar, em agosto de 2011, resolvi enviar um trabalho sobre sua origem para o IV ENNHE, Encontro Norte e Nordeste de História da Educação que se realizaria em Aracaju, de 1 a 4 de abril de 2012.

Debrucei-me então, sobre os anos iniciais da escola, partindo de novas indagações. Observei que, das cinco escolas profissionais em exercício no ano de 1917 e administradas pelo então Distrito Federal – Álvaro Baptista, Souza Aguiar, Visconde de Mauá, Bento Ribeiro e Rivadávia Corrêa – a única que preservou até os dias atuais o perfil de educação profissional foi a Escola Visconde de Mauá. Ou seja, a Escola Visconde de Mauá se tornou uma instituição educacional fortemente relacionada à formação de alguns segmentos da classe operária do Rio de Janeiro. Deparei-me com o seguinte problema: por que, apesar das transformações tecnológicas ocorridas na produção industrial e das diferentes políticas educacionais, a escola não se descaracterizou como as demais?

Outra descoberta que me abriu novas perspectivas de pesquisa foi a de que Orlando Corrêa Lopes, diretor da escola desde sua inauguração, em outubro de 1916, até sua morte em 1927, era jornalista e anarquista. O relatório escrito pelo professor Roberto Barbosa da Silva,

em 1956, a pedido do Departamento de Ensino Técnico (DET), cuja cópia encontra-se no centro de memória, me apresentou dados relevantes sobre os anos iniciais de funcionamento da escola, inclusive sobre a atuação do Dr. Orlando, mas não fez menção à sua militância anarquista. Com esta informação surgiram outras perguntas: Seria possível identificar traços da influência anarquista em sua atuação como gestor escolar? Sua gestão contribuiu para a institucionalização da mesma como escola profissional?

Além desses dois aspectos citados, uma terceira questão se colocava: a relação entre a escola e a Vila Proletária de Marechal Hermes, já que a instituição faz parte do conjunto arquitetônico planejado para o projeto de construção da vila proletária pelo então presidente Marechal Hermes da Fonseca, em 1911.

A partir destas questões, considerei que seria fundamental estudar a primeira década de existência da escola e, após os resultados das pesquisas para o texto aprovado no IV ENNHE, decidimos trocar o recorte temporal.

Uma escolha dessas é sempre difícil. Ambos os períodos, apesar de bastante distintos, apresentam problemas e questões relevantes para a história da educação, entretanto, acredito que nossa decisão foi a mais acertada, visto que na década de 1960, a escola já havia se institucionalizado. Os documentos históricos e as questões levantadas para o estudo da escola durante a ditadura militar ficarão reservados para um trabalho posterior.

Assim, começamos o nosso diálogo com o passado da escola Visconde de Mauá porque acreditamos que

O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações. (HOBSBAWM, 1998, p.22)

É o conhecimento da história, das mudanças e dos percalços do processo educativo que predispõe à clareza de análise tanto na vida acadêmica como nas lutas políticas. [...] Se, de um lado, consideramos a pesquisa histórica como uma condição *sine qua non* para se construir novas bases para a ação educativa, de outro, devemos admitir as dificuldades que se colocam para esse empreendimento. (CIAVATTA, 1990, p.154-155, grifo do autor)

A princípio pode parecer uma escolha oportunista, trabalhar na escola e escolhê-la como objeto de pesquisa, mas o que parece facilidade, logo se transforma em problema para o historiador. Os mitos criados em torno de uma instituição escolar centenária são muitos. A relação de afetividade estabelecida pelas pessoas que nela estudaram ou trabalharam é muito forte. O sentimento nostálgico sobre um passado de glórias, na maioria das vezes, ofusca a

todos, inclusive ao próprio pesquisador. Ou de forma oposta, o historiador pode ser visto como um inconveniente, interessado em distorcer as certezas que todos já conhecem. Em suma, uma pesquisa histórica cria uma expectativa sobre a afirmação do orgulho de pertencimento à instituição educacional.

Entretanto, como afirma Hobsbawm (1998, p.48), nem sempre as lições da história são aquelas que gostaríamos de ouvir, sendo esta a tarefa dos historiadores que, quando conseguem realizá-la “... podem dizer à sociedade contemporânea algumas coisas das quais ela poderia se beneficiar, ainda que hesite em aprendê-las”.

As reflexões de Hobsbawm sobre a história e o ofício do historiador servem de base na minha ação como pesquisadora sobre a história da escola. Essa preocupação tornou-se maior, já que meu objeto de estudo, é a institucionalização de uma escola profissional, cujo primeiro diretor foi um anarquista.

Nos últimos anos, o crescimento econômico brasileiro ganhou as manchetes nas mídias e é comentado por todos. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2010, o Brasil se tornou a 7ª maior economia do mundo com o PIB (produto interno bruto) de US\$ 2.090 trilhões.⁵ De maneira proporcional, crescem as avaliações sobre a necessidade de mão-de-obra qualificada para ocupar novos postos de trabalho. Cai no senso comum, repetido na televisão e jornais, por empresários, trabalhadores e governantes. A massificação do discurso sobre a importância da formação técnica para sustentar o crescimento econômico, a divulgação de vagas ociosas por falta de trabalhadores qualificados e a importância da escola técnica para atender as demandas do mercado têm apelo muito forte num país de tantas desigualdades sociais.

Lidar diariamente com a intensidade desta propaganda torna-se um dos grandes desafios enfrentados pelos educadores na atualidade. Como tratar a educação como parte significativa de uma totalidade social? Como superar a dicotomia trabalho manual versus trabalho intelectual? Como incorporar a dimensão intelectual ao trabalho? São questionamentos que fazem parte do cotidiano de muitos desses profissionais.

A relação trabalho e educação tem sido mediada pela dicotomia da estrutura da sociedade capitalista brasileira e suas transformações históricas. A educação básica reflete esta dualidade, naturalizando a separação entre formação geral e profissional. Desta forma, os conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos são destinados aos filhos das classes médias e proprietárias e os conhecimentos técnicos e profissionais destinados aos trabalhadores. Este

⁵ Disponível em <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/a-disputa-pela-lideranca-da-economia-mundial/56850/>

conflito é reproduzido, principalmente, no cotidiano das escolas técnicas onde, muitas vezes, estabelecer o diálogo entre professores de disciplinas técnicas e de formação geral é difícil, que dirá o debate sobre a compreensão do trabalho como princípio educativo e seu papel na formação humana integral!

Ciavatta e Frigotto esclarecem que a categoria trabalho apresenta duas perspectivas: uma histórica e outra ontológica:

É também no plano das relações sociais concretas que podemos verificar que o trabalho de categoria ontológica, isto é, de definidor do modo humano de existência, criador, portanto, da vida humana, se reduz a dimensões economicistas de “fator de produção”, emprego, função, tarefa ou à forma mercadoria, trabalho abstrato ou trabalho alienado (CIAVATTA e FRIGOTTO, 1993, p. 539, grifo dos autores).

Como afirmam os autores, a instituição escolar na sociedade burguesa tem defendido como projeto pedagógico a dimensão economicista do trabalho como mercadoria. A dimensão ontológica, ou seja, o trabalho inerente à condição humana é alijado da escola, já que não interessa para a reprodução capitalista. Pressionados pela sobrevivência, a grande maioria dos jovens trabalhadores necessita ingressar rapidamente no mercado e muitos docentes defendem a dualidade, acreditando que estão fazendo o melhor. Portanto, acreditamos na relevância dessa pesquisa histórica, como uma pequena contribuição para que professores da educação profissional reflitam sobre sua ação e o papel da escola.

Sendo assim, buscaremos se e como a gestão de um anarquista nas origens dessa escola poderia ter contribuído para seu processo de consolidação como instituição escolar voltada para a formação da classe trabalhadora. Esta gestão teria conseguido desenvolver alguma proposta contra-hegemônica de educação profissional? Teria conseguido garantir, de alguma forma, diferentes dimensões da formação humana?

Partindo destas questões, esta dissertação tem como objeto de pesquisa as origens e institucionalização da Escola Profissional Visconde de Mauá através da gestão de seu primeiro diretor Orlando Corrêa Lopes, conhecido anarquista da época. Para tanto, elegemos como objetivos:

- Contextualizar, historicamente, a instrução pública do Distrito Federal nas duas primeiras décadas do século XX, para compreender a inserção da Escola Profissional Visconde de Mauá neste contexto, situando-a no espaço geo-histórico da Vila Proletária Marechal Hermes.
- Conhecer as experiências de Orlando Corrêa Lopes, anterior à direção da escola, para compreender como contribuíram na formação de sua consciência social e na possível atuação como intelectual orgânico da classe trabalhadora.

- Analisar a proposta educacional da Escola Profissional Visconde de Mauá no período da gestão de Orlando Corrêa Lopes.
- Identificar possíveis influências das ideias anarquistas sobre educação na gestão escolar de Orlando Corrêa Lopes.

Feito este esclarecimento inicial sobre os caminhos percorridos até a delimitação do objeto de estudo desta dissertação e seus objetivos, assim como algumas reflexões sobre a relevância do projeto, passo a apresentar a metodologia de pesquisa e as fontes utilizadas.

Escolhemos como orientação metodológica o materialismo histórico porque

quando nos referimos à História estamos supondo a existência de um processo, de algo mutável e em transformação, de vidas sociais que incorporam dinâmicas diversas. Um mundo estático e repetitivo seria um mundo sem história. [...] Pensar a transformação, pois, implica pensar o conflito em sua dialética com as formas de ação comum e ou cooperativa (FONTES, 1998, p.35)

Apesar de acreditar que nenhum conhecimento é tão acabado que não possa ser melhorado, acrescido ou mesmo revisado, as opções epistemológicas e teóricas podem nos acompanhar por toda a vida. Portanto, a escolha do método não pode ser um ato mecânico, meramente técnico, mas antes de tudo, o pesquisador precisa estar identificado com ele, sentir-se confortável e seguro na sua aplicabilidade.

Neste aspecto, a adoção do materialismo histórico como metodologia de pesquisa foi uma opção consciente pela possibilidade de articulação da história da Escola Visconde de Mauá com a compreensão da realidade histórica na qual está inserida.

No livro “Instituições escolares por que e como pesquisar”, os autores Paolo Nosella e Ester Buffa (2009) dedicam um capítulo ao materialismo histórico dialético, defendendo-o na pesquisa histórica sobre instituições escolares devido à possibilidade da análise dialética entre as partes e a totalidade histórica. Os autores esclarecem esta relação afirmando que “... assim como uma determinada sociedade foi a condição para a criação e o desenvolvimento de uma determinada instituição escolar, esta é a condição de existência daquela...”. (NOSELLA e BUFFA, 2009, p.80)

Ressaltam que a dialética marxista não significa uma mera oposição entre contrários, mas a compreensão de que os homens se organizam e se relacionam em torno da reprodução material de sua existência. Essas relações geram conflitos e consensos, mas somente através da investigação histórica poderemos apreender as contradições desta realidade e as várias possibilidades que ela engendra.

Os autores esclarecem que o método apresenta dois momentos distintos: o primeiro pesquisa de maneira detalhada os dados empíricos, analisando suas conexões, e o segundo, de síntese histórica, através da exposição da dinâmica desta realidade. Diferente do que alguns pesquisadores afirmam equivocadamente, o materialismo histórico dialético não pressupõe resultados, pois parte do princípio que o processo histórico é composto por conflitos e contradições que se abrem num leque de possibilidades.

Seguindo essas orientações metodológicas para a pesquisa histórica, no levantamento das fontes não localizei nenhum trabalho de pesquisa sobre a primeira década da escola. Esta ausência abre novas possibilidades de pesquisa para o historiador, que precisa sair em busca das fontes, de maneira sensível e apurada. Nosella e Buffa (2009, p. 64) afirmam que “... o pesquisador deve proceder na investigação como um caçador que sabe existir caça naquele lugar e a procura; mas não sabe exatamente aonde, quando e o que vai encontrar”.

Sendo assim, para levantamento dos dados empíricos, serviram como fontes principais: periódicos digitalizados da Biblioteca Nacional, boletins da prefeitura do Distrito Federal, livros de ofícios do Almojarifado da Instrução Pública, livros de ofícios do Diretor Geral de Instrução Pública, encontrados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ); as publicações anarquistas *A Vida e Na Barricada*, encontradas no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ); exemplares do *Correio da Noite* pesquisados na Biblioteca Nacional; proclamas do casamento do Dr. Orlando encontrado no Arquivo Nacional, o 1º Livro de Matrícula dos Alunos de 1916/7, arquivados na escola, o relatório histórico do Professor Silva e as fotografias do acervo do centro de memória da ETEVM.

Localizar as fontes é imprescindível, pois sem elas não há pesquisa, mas é na seleção, na leitura e interpretação desses documentos, que se manifesta o olhar do historiador. É neste momento que o pesquisador identificado com o materialismo histórico, constrói sua narrativa, não se limitando a descrever as fontes, mas articulando-as à dinâmica e contradições da sociedade e do tempo histórico em que seu objeto de estudos está inserido.

Nosella e Buffa (ibidem, p.65), consideram o relatório final o momento mais importante da pesquisa. É quando o historiador, com o apoio de outros autores, explora toda sua criatividade para a construção da narrativa histórica, estabelecendo conexões, elaborando categorias e conceitos, segundo eles: “[...] É o momento de síntese para posterior divulgação. A narrativa conclusiva é resultado de um ato complexo, às vezes, demorado e sofrido. Contém elementos científicos e técnicos, mas também literários. Exige experiência e, sobretudo, muita criatividade”.

Os autores também assinalam que na narrativa histórica sobre instituições escolares, é fundamental abordar a trajetória de seus sujeitos. A condição social destes permite compreender o sentido da instituição e os currículos apontam seus objetivos sociais.

Outro importante teórico do materialismo histórico, em que se apoiou esta dissertação, foi o historiador inglês de tradição marxista Edward Palmer Thompson (1924-1993), como também em historiadores da educação que propõem explorar suas contribuições teórico-metodológicas na pesquisa histórica sobre educação.

Em sua obra *A Miséria da Teoria*, Thompson conduz o leitor pela discussão epistemológica sobre a disciplina história: categorias, conceitos, teoria, empiria, conhecimento histórico, evidências, fontes, método, estrutura, processo histórico, entre outros temas fundamentais para a história e os historiadores. Neste livro, ele defende o materialismo histórico como método de investigação da história e apresenta os passos da pesquisa histórica.

Na citação a seguir, o autor esclarece sobre a prática do historiador:

O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas. Mencionar essa lógica não é, de certo, proclamar que ela esteja sempre evidente na prática de todo historiador, ou na prática de qualquer historiador durante todo o tempo. (THOMPSON, 1981, p. 49)

Thompson dá uma verdadeira aula sobre o método de pesquisa histórica, ensinando que: “A evidência histórica existe, em sua forma primária, não para revelar seu próprio significado, mas para ser interrogada por mentes treinadas numa disciplina de desconfiança atenta.” (ibidem, p. 38). A seguir, ele aponta seis possibilidades diferentes para se interrogar os fatos históricos:

(1) antes que qualquer outra interrogação possa ter início, suas credenciais como fatos históricos devem ser examinadas: como foram registrados? Com que finalidade? Podem ser confirmados por evidências adjacentes? Assim por diante. Este é um aspecto básico do ofício; (2) ao nível de sua própria aparência [se forem] fenômenos culturais ou sociais [apresentam-se] evidências portadoras de valor [...] (3) como evidências isentas de valor [...] (4) como elos numa série linear de ocorrências [visto que] na construção de uma exposição narrativa [...] (5) como elos numa série lateral de relações sociais/ideológicas/econômicas/políticas [...] (6) [...] mesmo fatos isolados podem ser interrogados em busca de evidências que sustentam a estrutura. (THOMPSON, 1981, p. 38-39)

Neste sentido, afirma que o método lógico de investigação consiste no diálogo entre historiador e suas fontes, a ele cabe questionar as evidências, construindo as hipóteses

possíveis e confrontando-as empiricamente. O historiador representa a *lógica histórica*, que não se apresenta espontaneamente, mas sim através de muito trabalho. (1981, p. 49)

Em defesa do materialismo histórico apresenta as seguintes proposições teóricas (ibidem, p. 49-56): (1) os fatos históricos são reais, mas só se tornam compreensíveis pelo emprego do método histórico; (2) o conhecimento histórico é incompleto, seletivo e por isso verdadeiro dentro do seu próprio campo de conhecimento; (3) nem toda pergunta será adequada à evidência histórica, portanto o falso conhecimento histórico é passível de correção; (4) a relação entre conhecimento histórico e seu objeto é compreendida dialogicamente; (5) a história real é o objeto do conhecimento histórico, suas evidências são incompletas, por isso este conhecimento pode se modificar a cada nova pergunta, entretanto, isto não significa que o passado se modifique a cada nova investigação; (6) a investigação da história como processo implica na elaboração de noções pensadas pela teoria histórica, como: causação, contradição, mediação e organização da vida social, política, econômica e intelectual, entretanto essas noções não estão limitadas ao pensamento teórico porque se desenvolvem a partir do diálogo com a empiria; (7) o materialismo histórico é base da teoria marxista, a diferença existente entre a história e outras disciplinas não reside em princípios epistemológicos, mas em categorias e conceitos; (8) a última proposição sustenta que determinadas categorias e conceitos do materialismo histórico são específicos para pesquisas de situações em processo, não servem para tratar evidências estáticas, mas em movimento ou como contradições.

Regina Célia Linhares Hostins (2004) escreve sobre o historiador e a lógica histórica, num estudo comparativo entre o debate teórico encontrado no livro *A Miséria da Teoria* (1981) e o emprego do materialismo histórico nas pesquisas que resultaram na obra *A formação da classe operária inglesa* (1997). Ela afirma que:

O que se pode depreender desse estudo é o movimento intenso de um pesquisador que procura coerentemente empregar, no seu trabalho de investigação, as operações efetivas da lógica histórica, articulando-as numa totalidade conceitual, que aparece não como uma verdade absoluta, mas como ‘um conhecimento em desenvolvimento’. (2004, p. 15)

E. P. Thompson é também considerado um expoente do conceito de “história vista de baixo”. Para Sharpe (1992, p. 41), com esta perspectiva abriram-se novas possibilidades de pesquisa aos historiadores, permitindo “... explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada...”. O autor ressalta que Thompson foi além de problematizar as experiências de pessoas comuns, buscou compreendê-las no seu próprio tempo, usando uma diversidade de fontes, entre estas, as que

não eram usadas pela historiografia, como documentos produzidos pelos próprios trabalhadores e suas organizações.

E. P. Thompson trouxe para o debate, o que ele chamou de “o termo ausente: experiência” (1981, p. 180-200) não para negar a existência material, mas por compreender que homens e mulheres vivem experiências reais que refletidas pressionam a consciência social, para o autor ser social e consciência social estão em permanente diálogo.

A inovação de Thompson (1981), que serve de lição para historiadores da educação, foi usar como procedimento de pesquisa as próprias experiências da classe operária inglesa. Ele buscou no passado pré-industrial evidências e permanências dos costumes de ofícios que estavam desaparecendo, formas de organização, de luta e de greve, de repressão e de resistências, derrotas e tradições. Segundo o historiador:

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação genocídio. [...] Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (1981, p. 17)

Thompson pensa experiência e cultura articuladas, como conexão entre estrutura e processo, entre as condições objetivas determinadas pela estrutura social e a ação humana, como ele diz “... o processo mediante o qual seres humanos fazem sua história...”. (apud Moraes e Müller, 2003, p. 339).

A história, através do diálogo entre passado e presente, possibilita compreender as contradições da existência humana, o movimento da vida e a ação de homens e mulheres que lutaram pela sobrevivência, sonharam com uma vida melhor. Neste sentido, pesquisar e conhecer a história da educação brasileira, as instituições escolares, os sujeitos, as culturas escolares produz um conhecimento importante que ajuda a pensar o presente da educação no Brasil.

Neste aspecto, Bertucci; Faria Filho e Taborda de Oliveira (2010, p. 35) afirmam que a prática de Thompson leva ao questionamento sobre o que pode ser considerada fonte para a história das escolas e os processos educacionais. Além da legislação educacional, existe uma variedade de documentos produzidos pelas escolas que são fontes importantíssimas para entender a instituição escolar na perspectiva da *história vista de baixo*⁶. Mesmo a legislação

⁶ Uma boa explicação deste conceito pode ser encontrada no artigo de Jim Sharpe intitulado ‘A história vista de baixo’. Neste texto, ele esclarece que antes de E. P. Thompson já existia a preocupação com uma história alternativa, que considerasse a participação de outros grupos sociais que não as elites, mas foi Thompson quem primeiro fez uso da expressão para caracterizar esta perspectiva historiográfica ao usá-la, em 1966, no artigo “History from Below”. SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.) A Escrita da História. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-95.

educacional pode ser estudada pela perspectiva dos sujeitos da escola, já que é no cotidiano escolar que as políticas concebidas nos gabinetes se transformam em realidade vivenciadas por educadores e educandos. Também as leis e suas aplicações são frutos das relações políticas e de disputas entre interesses econômico-sociais.

Outro aspecto importante para o historiador da educação trata-se da forma como Thompson indaga as fontes, que questões podem ser investigadas, que evidências são percebidas, assim como os silêncios. Ele procura compreender de maneira contextualizada, a partir das leituras dos sujeitos no tempo histórico que as produziram, e não no tempo vivido pelo historiador.

Categorias e conceitos da historiografia thompsoniana também podem ser utilizados nas pesquisas em história da educação. De acordo com Taborda de Oliveira (2008, p.150-151) se concebemos a escola como lócus de conflito e de luta contra-hegemônica, temos na obra de Thompson "... um conjunto bastante fecundo de conceitos, noções, premissas e hipóteses capazes de conferir à escola e a seus agentes um papel destacado na organização da cultura". O autor afirma que conflito, resistência, cultura, economia moral, costume e formação são noções centrais para a história da educação e pouco analisadas pelo viés thompsoniano.

A relação dialética entre instituição escolar (específico) e contexto social (geral) também pode ser abordada pelos ensinamentos de Thompson (1981, p. 101), para quem a história não consiste no resultado do somatório de iniciativas particulares, mas nas relações contraditórias com o todo, desta forma, articulando a história da instituição escolar à compreensão da realidade histórica, descrevendo o particular, explicitando suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural, dialeticamente relacionados.

A leitura de E. P. Thompson ensina aos que se dedicam à pesquisa histórica como desenvolver o diálogo entre teoria e empiria, numa relação pensada e trabalhada dialeticamente. Com esta metodologia, as escolas tornam-se um conjunto de fontes capaz de narrar a história da instituição que se pesquisa, como também seus sujeitos, contribuindo para a história da educação no Brasil.

Desta forma, a abordagem teórico-metodológica apoiada em E. P. Thompson possibilita aos pesquisadores da história da educação investigar e escrever sobre a história das instituições escolares considerando que as políticas educacionais pensadas, articuladas e implantadas pelo Estado brasileiro tornam-se reais à medida que são (re)construídas pelos sujeitos no ambiente escolar, numa relação dialética própria de qualquer realidade.

As principais lições aprendidas com E. P. Thompson, que colaboraram para o desenvolvimento da dissertação foram, primeiramente, a compreensão de que as pesquisas

históricas estudam objetos em movimento; em segundo, na aplicação do materialismo histórico como método de investigação, estabelecendo dialeticamente a relação entre empiria e teoria e finalmente, pela compreensão de que para estudar pessoas humanas como sujeitos sociais, faz-se necessário considerar as experiências vividas por esses sujeitos.

Apoiando-nos no conceito do *fazer-se* desenvolvido por E. P. Thompson (1997), a pesquisa histórica sobre as origens da escola objetivou o processo de formação e consolidação da Escola Profissional Visconde de Mauá, durante sua primeira década de existência, sob a gestão do anarquista Orlando Corrêa Lopes. Neste aspecto, procuramos abordar, como este *fazer-se* inicial contribuiu para que a mesma se institucionalizasse como escola voltada para a formação dos filhos da classe trabalhadora.

Para tanto, nossa análise não deixou de considerar o contexto histórico em que estava inserida, o que vem a ser de uma escola de ofícios, construída dentro da Vila Proletária Marechal Hermes, no então Distrito Federal do início da República Brasileira, onde conviviam, a produção fabril incipiente e a produção manufatureira predominante.

Na relação entre os objetivos da Diretoria de Instrução Pública e as demandas do incipiente capitalismo brasileiro, estão os sujeitos fundadores da Escola Profissional Visconde de Mauá, quem são essas pessoas, que expectativas alimentaram na implantação de um novo espaço escolar, que dificuldades enfrentaram, que conflitos viveram, como se organizaram na nova empreitada, que experiências trouxeram do mundo do trabalho para a formação da escola. São questões que podem ser pesquisadas considerando o conceito de *fazer-se* aprendido com E. P. Thompson.

Procuramos nesta introdução retratar a trajetória desta dissertação desde a ideia inicial como projeto, passando pelas mudanças no recorte temporal, na procura das fontes, até os principais referenciais teórico-metodológicos, relacionando-os à história da educação. As possibilidades de pesquisas são muitas e com certeza não serão esgotadas nesta dissertação.

Optamos por discorrer nesta introdução sobre o materialismo histórico e os principais autores em que me apoiei para utilização deste método de investigação. Ao longo da dissertação, outros autores serão citados como referências, dialogando com o desenvolvimento da pesquisa. A dissertação está estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo será dedicado ao tempo e espaço histórico em que a escola foi inaugurada. A escola era parte do projeto de construção da vila proletária desenvolvido pelo tenente engenheiro Palmyro Serra Pulcherio durante o governo do Presidente Marechal Hermes da Fonseca. Neste capítulo, procurei abordar o significado da construção da Vila Proletária de Marechal Hermes para o subúrbio carioca. Outro aspecto abordado trata-se de

como a Diretoria de Instrução Pública se organizava, de que forma administrava as escolas profissionais, a legislação sobre a educação profissional e como a escola aplicava esta legislação. Por último, a conjuntura econômica do Distrito Federal durante Primeira República, abordando, principalmente, a situação do mundo do trabalho.

O segundo capítulo traz a trajetória de Orlando Corrêa Lopes, anterior à nomeação para direção da escola, em 4 de julho de 1916. Como não há uma biografia escrita sobre ele, acompanhamos suas experiências vividas e as principais influências para sua formação política e ideológica buscando compreender como este processo contribuiu na construção de sua consciência social. Dr. Orlando era republicano e positivista e tornou-se anarquista no Rio de Janeiro. Aqui fundou o jornal *Correio da Noite*, foi articulista do diário *A Época*, da revista anarquista *A Vida* e do jornal *Na Barricada*, sendo este último criado por ele. Criticou veementemente as oligarquias, defendendo um estado republicano inspirado por princípios positivistas até tornar-se anarquista. Para conhecermos quem foi o homem que dirigiu a Escola Visconde de Mauá no período estudado, sua escrita jornalística e as notícias publicadas nos periódicos foram as fontes que nos permitiram construir este segundo capítulo.

No terceiro capítulo pesquisamos a implantação da Escola Visconde de Mauá através do esforço coletivo de alunos, mestres e direção para que a escola se desenvolvesse e se transformasse numa referência pública de escola profissional, chamando a atenção da imprensa e dos políticos da época. Procuramos demonstrar como foi importante neste *fazer-se* da escola, a atuação de Dr. Orlando como intelectual orgânico da classe trabalhadora, na defesa e propaganda de uma escola que não se limitava a atender interesses do Capital, restringindo o currículo escolar à simples especialização de um ofício. Trouxemos para este diálogo, ideias da pedagogia libertária, como politecnia e educação integral e de que forma foram introduzidas numa escola oficial, burlando a legislação em vigor, sem que despertasse algum tipo de perseguição por parte da Prefeitura do Distrito Federal, numa demonstração de ação contra-hegemônica, bem sucedida. Cabe ressaltar que, para desenvolvimento da análise do capítulo baseamo-nos nos conceitos de *intelectual orgânico* e *hegemonia* de Gramsci.

Esperamos com esta dissertação sobre a história de uma instituição escolar que se encontra fortemente relacionada à formação de segmentos da classe trabalhadora do Rio de Janeiro, contribuir para o conhecimento histórico sobre a educação brasileira, principalmente no que se refere à relação entre educação e trabalho.

CAPÍTULO 1: O DISTRITO FEDERAL NO TEMPO E ESPAÇO HISTÓRICO DO NASCIMENTO DA ESCOLA PROFISSIONAL VISCONDE DE MAUÁ

A inauguração de uma escola reflete seu tempo e lugar. Não acreditamos ser possível compreender as origens da Escola Profissional Visconde de Mauá sem a compreensão da conjuntura histórica em que ela foi criada. Tratando-se de uma escola profissional, há que se considerar também o mundo do trabalho e o desenvolvimento do capitalismo na região.

O recenseamento de 1920⁷ assinalou que o Distrito Federal possuía uma população de 917.481 brasileiros e 240.392 estrangeiros. Segundo este censo, no D. F. a população ativa, classificada pela profissão, encontrava-se distribuída da seguinte forma:

Tabela 1: População ativa do DF - setores de trabalho

Total	Exploração solo/subsolo	Indústrias	Transporte	Comércio	Força Pública	Administração	Profissões liberais	Vive de rendas	Serviço Domést.
482.545	30.664	154.397	44.107	88.306	24.835	35.355	27.219	5.910	71.752
1000%	63,5%	320,0%	91,4%	183,0%	51,5%	73,3%	56,4%	12,2%	148,7

De acordo com o referido censo, esses setores englobavam as seguintes sub-áreas:

Exploração do solo (agricultura; criação; caça e pesca) e sub-solo (extração de materiais minerais: pedreiras, minas, salinas); Indústrias: segundo a natureza da matéria-prima (têxteis; couros e peles; madeiras; metalurgias; cerâmica) e segundo a aplicação da matéria-prima (produtos químicos e análogos; alimentação; vestuário e toucador; mobiliário; edificação; aparelhos de transportes; produção e transmissão de forças físicas; indústrias de luxo) e outras; Transportes: marítimos e fluviais; terrestres e aéreos; correios, telégrafos e telefones; Comércio: bancos, câmbios, seguros, comissões; comércio propriamente dito e outras espécies de comércio; Força pública: exército; armada; polícia; bombeiros; Administração: pública (federal, estadual e municipal) e particular; Profissões Liberais: religiosas; judiciárias; médicas; magistério; ciências, letras e artes; e Diversas: pessoas que vivem de suas rendas e serviço doméstico.

Nota-se pelos dados do Censo de 1920 que a maior concentração da força de trabalho era industrial. Neste período, o Distrito Federal ainda apresentava o maior contingente industrial, só alguns anos mais tarde São Paulo superaria o Rio de Janeiro. Boris Fausto esclarece que, neste momento do incipiente capitalismo brasileiro, a indústria se

⁷ Anuário Estatístico do Brasil, ano I, tomo I e recenseamento de 1920, volume IV, 1ª e 4ª partes. Disponível em http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/trabalho/1939_40/trabalho1939_40aeb_001_1a002.pdf

caracterizava, em sua maioria, como “... pequena empresa, de mínima capitalização e base técnica artesanal [...] predominando o operário especializado, conhecedor do uso da ferramenta, prolongamento da mão e da habilidade manual...”. (FAUSTO, 1986, p. 105)

Na tabela abaixo, podemos observar o número de estabelecimentos em atividade no Distrito Federal, na época do censo, segundo o modo de organização das empresas⁸:

Tabela 2: Total de estabelecimentos industriais no DF

INDÚSTRIAS	Total Geral	PERTENCENTES A PARTICULARES E A SOCIEDADE DE PESSOAS					PERTENCENTES A SOCIEDADES DE CAPITALS E A SOCIEDADE MISTAS			
		Total	Firma individual	Sociedade coletiva	Sociedade em comandita simples	Outras classes	Total	Sociedade anônima	Sociedade em comandita por ações	Outras classes
DISTRITO FEDERAL	1542	1442	765	556	120	1	100	69	19	12
Indústrias têxteis	73	49	25	16	8	---	24	17	7	---
Ind. de couro, peles e matérias duras do reino animal	29	26	15	8	3	---	3	2	1	---
Ind. de madeira	95	91	41	42	8	---	4	4	---	---
Metalurgia	131	123	64	44	14	1	8	5	1	2
Cerâmica	89	82	64	16	2	---	7	5	2	---
Produtos químicos e análogos	232	209	102	84	23	---	23	16	2	5
Alimentação	203	185	62	103	20	---	18	13	2	3
Ind. do vestuário e tocador	422	418	228	159	31	---	4	3	---	1
Ind. do mobiliário	135	133	80	47	6	---	2	1	1	---
Ind. de edificação	65	64	44	19	1	---	1	1	---	---
Construção de aparelhos de transporte	41	39	23	14	2	---	2	---	2	---
Produção e transmissão de força física	3	---	---	---	---	---	3	1	1	1
Ind. relativas às ciências, letras e artes. Ind. de luxo. ⁹	24	23	17	4	2	---	1	1	---	---

Analisando este quadro de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Fausto (1986, p. 107-110) afirma que, neste momento, com raras exceções, a indústria têxtil era a única que poderia ser caracterizada como produção fabril: um grau maior de mecanização, números de operários e o uso da energia elétrica como força motriz. Segundo o autor, entre as empresas com mais de 1000 (mil operários), no Distrito Federal do início do século XX, apenas uma, não era têxtil:

⁸ Censo de 1920, vol. II, 2ª parte, Distrito Federal: Indústria, p. 38-43. Disponível em http://ia701503.us.archive.org/35/items/recenseamento1920agrind/RecenGeraldoBrasil1920_v2_Parte2_Agricultura_e_Industrias.pdf

⁹ Estas indústrias produziam carimbos e placas; clichés e fotogravuras; envelopes, cartões postais e objetos escolares; instrumentos musicais; discos para gramofones; leques; brinquedos e estojos para joias, etc.

Tabela 3: Estrutura Fabril

ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL	Nº DE OPERÁRIOS
Cia. Progresso Industrial (têxtil/Bangu)	1651
Aliança (têxtil/Laranjeiras)	1650
Confiança Industrial (têxtil/Vila Isabel)	1350
Carioca (têxtil/Jardim Botânico)	1300
Lage & Irmãos (construção naval)	1500

Cruzando os dados analisados pelo autor com os dados do censo apresentados na tabela nº 2, é possível verificar que outros setores industriais possuíam um número superior de estabelecimentos aos da indústria têxtil, como metalurgia, química, alimentação, vestuário e mobiliário; entretanto, não concentravam a quantidade expressiva de operários desta.

Outro dado, que vem corroborar com esta análise, foi apresentado por Claudio Batalha (2000, p.8): o autor cita que um relatório do Departamento de Comércio norte-americano, sobre as condições econômicas no Brasil entre 1913-20, afirmava que a indústria de calçados reunia mais de 4000 (quatro mil) estabelecimentos, mas somente 116 (cento e dezesseis deles) empregavam mais de 12 (doze) operários.

Estes dados sinalizam que neste início do século XX, conviviam simultaneamente a produção fabril e a produção artesanal e doméstica. Boris Fausto (1986, p. 106) assinala seus reflexos inclusive, nas mobilizações dos operários, ao relatar exemplos de greves entre gráficos e sapateiros, em que os mesmos paravam as atividades levando consigo suas ferramentas de trabalho, deixando claro que a separação entre os instrumentos de produção e o operário, típica da fábrica, não se efetivava.

Estas transformações no processo de produção e no mundo do trabalho trazem para a cena urbana o operário com suas reivindicações, formas de organização e disputas políticas. Neste início de século, no Brasil em geral e no Distrito Federal em especial, as condições de trabalho eram muito precárias: carga horária excessiva, ausência de seguro ou previdência que protegesse o trabalhador em caso de acidentes ou doenças, inexistência de leis e direitos. A “questão social”, como se sabe, era caso de polícia. O Estado reprimia, prendia, deportava e exilava, protegendo o capital em detrimento do trabalho. Os trabalhadores resistiam com greves, mobilizações e outras formas possíveis de luta em busca de melhores condições de vida, de trabalho e de salários. Neste contexto, os primeiros sindicatos operários foram organizados e se diferenciavam das antigas sociedades mutualistas, pois encaminhavam as lutas econômicas dos trabalhadores. Segundo Batalha (2000, p.15) “[...] estas novas

organizações surgiram com as denominações mais diversas: associação, centro, grêmio, liga, sociedade, união e, até mesmo, sindicato”.

Tem sido amplamente debatido pelos historiadores que se dedicam a estudar o movimento operário na Primeira República, a polarização entre as concepções divergentes da prática sindical, denominadas por Batalha como sindicalismo de ação direta e o sindicalismo reformista. (2000, p. 28) O sindicalismo de ação direta, também considerado sindicalismo revolucionário, era influenciado pelo anarquismo, se opunha à conciliação de classes, à organização partidária e defendia a greve geral como o principal instrumento para a revolução social. O sindicalismo reformista foi apelidado pelos revolucionários como sindicalismo amarelo porque defendia a conciliação de classes e a dependência do Estado como caminho para conquistas parciais, garantidas por lei e por representação no parlamento.

Fausto (1986, p.42) e Batalha (2000, p. 33), apesar das diferenças, concordam que os sindicalistas amarelos exerceram maior influência no Distrito Federal. Neste caso, a história se encarregou de construir uma encruzilhada por onde se encontraram os sindicalistas amarelos, a construção da Vila Proletária Marechal Hermes e a história da escola Profissional Visconde de Mauá.

1.1. Presidente Hermes e sua Vila Proletária

No sábado, 29 de abril de 1911, o jornal *Correio da Manhã* noticiava a seguinte matéria, intitulada “Villa proletária”¹⁰:

O presidente da República, desejando concorrer para as festas que os operários costumam realizar no dia 1º de maio, resolveu fazer o lançamento da pedra fundamental da primeira villa proletária, nesse dia. De todos os terrenos pertencentes ao governo, que foram estudados para esse fim, os da antiga fazenda de Sapopemba são os melhores. Ali foi escolhida uma área de 450.000 metros quadrados, cuja maior dimensão corre paralela à linha da Estrada de Ferro Central do Brasil, ficando situada entre as estações do Rio das Pedras e Deodoro. A villa pode alojar 1.200 famílias em 650 casas de um e dois andares, sendo estes completamente independentes, e 1200 solteiros em 4 grandes edifícios. Todas as casas são isoladas entre si e formam quarteirões separados, por largas avenidas e ruas, todas arborizadas; ao centro existe uma grande praça onde ficam situados os edifícios para escolas primárias, correio, telegrapho, club, teatro, sociedade de tiro e casas comerciais e o mercado dotado de camaras frigorificas para conservação dos alimentos. Nos extremos acham-se a creche, maternidade, o hospital, as escolas profissionaes, postos de policia, bombeiros e assistência e edifício para a administração. Um pouco mais afastadas e com maior área de terreno, casas ruraes destinadas aos pequenos lavradores. Além dos trens do ramal de Santa Cruz fazerem uma parada, nesse dia, na plataforma provisória

¹⁰ VILLA Proletária. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 29 de abril 1911. Disponível em < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&PagFis=4695 > Acesso em: 6 ago. 2013.

construída no local, haverá dois trens especiais para transportar as pessoas que desejarem assistir à cerimônia, um partindo ao meio dia e outro a meia hora. O especial do presidente partirá a 1 hora da tarde. Todas as pessoas, principalmente, os operários que queiram comparecer àquella solenidade podem tomar logar nos trens acima indicados, independentemente de convite [sic] (VILLA Proletária, 1911, p. 6)

A notícia representou muito mais do que uma comemoração do Dia do Trabalhador. Trinta anos antes de Getúlio Vargas lotar o estádio do Vasco da Gama para anunciar “benefícios” à classe trabalhadora, Marechal Hermes iniciava seu mandato, escolhendo a data para selar um governo de compromisso com os sindicatos reformistas. Para tanto, usaria uma das demandas básicas desses trabalhadores: a moradia.

Hermes Rodrigues da Fonseca, Marechal Hermes, presidente do Brasil de 15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914, elegeu-se após um pleito disputadíssimo contra Rui Barbosa, resultado do primeiro rompimento da política do café-com-leite.

Marcando sua passagem na presidência da República com a truculência no tratamento dado aos participantes da Revolta da Chibata (1910) e na Guerra do Contestado (1912-1915), o governo de Hermes da Fonseca também ficou conhecido pela Política das Salvações; pela incompetência administrativo-financeira e pela urucubaca do Marechal, apelidado pela imprensa da época como “*Dudu*” (LUSTOSA, 2008): A historiadora Isabel Lustosa (2008, p. 95) afirma que Hermes pode ter sido o presidente que “tenha merecido o maior volume de charges, caricaturas, anedotas, poemas satíricos, marchinhas de carnaval e apelidos de toda a história brasileira”.

Entretanto, Fernandes e Oliveira (2010, p.4), dando um enfoque diferente da maioria, afirmam que o Presidente Hermes “parece ter sido um personagem muito mais complexo e interessante do que tem sido visto pelos olhos da tradição historiográfica brasileira”. Neste sentido, os autores vão defender a revisão do paradigma de que a intervenção estatal na habitação social no Brasil remonta à década de 1930 com Getúlio Vargas, propondo como marco histórico a Vila Proletária Marechal Hermes.

Para os autores, a falta de interesse da historiografia pela construção das vilas proletárias de Hermes se justifica, por ser uma reivindicação dos reformistas (“amarelos”): já que historiografia priorizou os estudos sobre o sindicalismo revolucionário, a questão permaneceu adormecida.

A construção da Vila Proletária Marechal Hermes, o projeto mais arrojado de vilas projetadas na sua administração, buscou atender uma das principais reivindicações do sindicalismo reformista da época, consolidando sua aproximação com o sindicalismo amarelo,

principal base de apoio popular ao seu governo. Em mensagem apresentada ao Congresso Nacional, publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, no dia 04 de maio de 1911, entre outras questões, o presidente afirmava¹¹:

Desde a radical transformação porque passou esta capital que, entre os problemas que se tornaram mais interessantes e urgentes, sobressae o da habitação para o operariado. Demolidas as velhas casas que lhe serviam de abrigo, e em seu lugar, edificadas casas de luxo e de altos alugueis, ficaram os operários desta cidade sem o tecto de que carecem, tornando-se a sua vida mais precária do que nunca. No intuito de dar remédio ao mal que assim afflige essa digna classe, resolvi, [...] mandar construir nos terrenos da Estação de Deodoro, uma villa proletaria, cuja primeira pedra tive a satisfação de lançar no dia 1 deste mez. [sic] (MENSAGEM, 1911, p. 3)

Antonio Rodrigues, no livro *Nair de Teffé – Vidas Cruzadas* narra as comemorações do Dia do Trabalhador realizadas na Vila Proletária durante sua construção, com a presença do Presidente Hermes e de autoridades, como o prefeito do Distrito Federal, Bento Ribeiro¹² e ministros como Rivadávia Corrêa¹³, além das organizações de trabalhadores presentes. O autor, usando como fonte a imprensa da época, apresenta algumas características da região da construção:

[...] local onde será construída a projetada Vila, além de cem metros de Rio das Pedras, e bem antes de Deodoro. [...] o terreno visivelmente alagadiço, úmido e pantanoso [...] fica situada nos quilômetros 20 e 21 da Estrada de Ferro Central do Brasil [...] Antes de construir-se a Vila, o lugar tinha a toponímia de Portugal Pequeno. Afastado das linhas férreas se via um agrupamento de casebres favelescos, cujos moradores eram na maioria portugueses [...] À direita, os terrenos da fazenda da Boa Esperança[...] (RODRIGUES, 2002, P. 48-51)

As comemorações do Primeiro de Maio, nas vilas proletárias¹⁴, se tornaram um símbolo do governo do Presidente, culminando com a inauguração da Vila Proletária Marechal Hermes em 1 de maio de 1914, último ano de seu governo. Pesquisando os jornais da época, acompanhamos as notícias sobre as festividades, durante os quatro anos. Nesse sentido, apresentamos a seguir recorte do jornal *Correio da Manhã*¹⁵, que referia-se ao sucesso das comemorações do dia anterior com a inauguração das obras, afirmando que os

¹¹ Disponível em <http://blogs.estadao.com.br/arquivo/2011/05/04em-1911-presidente-hermes-da-fonseca-dirigia-mensagem-ao-congresso-nacional/>

¹² Prefeito do Distrito Federal de 16.11.1910 a 16.11.1914, durante a Presidência de Marechal Hermes da Fonseca.

¹³ Durante a Presidência de Hermes ocupou os cargos de Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1910-1913) e Ministro da Fazenda (1913-1914)

¹⁴ Durante seu mandato, o Presidente Hermes da Fonseca construiu duas Vilas Proletárias: Hermes da Fonseca e Orsina da Fonseca. Esta, construída no Jardim Botânico, foi inaugurada em 15 de novembro de 1913.

¹⁵ O 1º DE MAIO e a comemoração de ontem. **Correio da Manhã**, RJ, p. 3, 2 maio 1911. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&PagFis=4730 > Acesso em: 6 ago. 2013.

dois trens especiais saíram lotados de operários “... Calculamos em 5.000 aproximadamente sem a menor sombra de exagero....” Afirmava o jornal.



Ilustração 1: Recorte do Correio da Manhã. 2 maio 1911 Fotografia do lançamento da pedra fundamental da Vila Proletária. Festa do 1º de maio de 1911.

Conforme noticiou o mesmo jornal, o presidente no dia anterior recebera telegrama dos operários da Gávea “... pedindo a atenção e humanidade de v. ex. para o nosso infeliz bairro, tão desprovido de casas para nossa moradia”.

A mesma edição noticiava que à noite, após estar presente nas festividades de Marechal Hermes, a diretoria da União dos Operários Estivadores fizera uma sessão para comemorar a data, tendo como orador o Dr. Seabra Junior, advogado desta União. Cito aqui um pequeno trecho do discurso por traduzir, claramente, a opção política que identificava os sindicalistas reformistas: a aproximação com o Estado. Desta forma, afirmava o advogado que

[...] O operariado da actualidade vae sendo encarado por outra forma diversa daquella pela qual se o encarava, e a prova disso entre nós é que ainda hoje

teve lugar a solenidade do lançamento da pedra fundamental para a construção de villas operárias e o governo resolveu tornar feriado nas repartições públicas o dia 1º de maio [sic] (UNIÃO..., 1911, p. 3).

O discurso expressava a relação de conciliação entre governo e setores sindicais identificados como reformistas.

De fato, a obra era um empreendimento considerável para a época, e os sindicalistas reformistas tratavam-na como “cidade operária”. Alfredo de Oliveira, em sua tese de doutoramento (UFF, 2008, p.76-78), *O Bairro de Marechal Hermes: da moradia operária à habitação social (1910-1956)*, apresenta a planta da vila (Castro, 2005 apud Oliveira, 2008, p. 76) que teve o tenente engenheiro Palmyro Serra Pulcherio como responsável pelo projeto, concluído em abril de 1911:

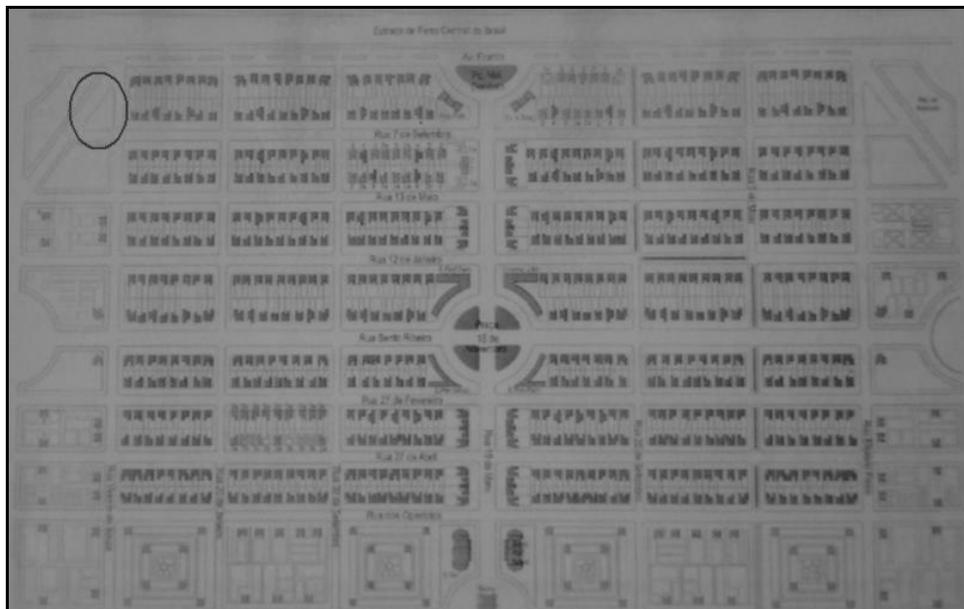


Ilustração 2: Projeto da Vila Proletária Marechal Hermes de Palmyro S. Pulcherio, 1911. O círculo no alto à esquerda marca o local e a forma triangular com a qual se construiu a Escola Profissional Visconde de Mauá

Como sinaliza Oliveira (2008, p. 78), a planta baixa projetada por Pulcherio lembra um tabuleiro de xadrez. Para o autor “... as vilas proletárias destoam das demais pelo fato de terem sido de natureza estatal e projetadas para terem ampla infraestrutura...”. Segundo o autor, além das vilas de Marechal Hermes e da Gávea, o governo também pretendia construir outra vila em Manguinhos, noticiada pelo jornal *O Paiz*, em 1 de fevereiro de 1911.

Mariano Garcia, articulista da *Coluna Operária* (*A Epoca*, edição de 21 de agosto de 1912)¹⁶ relatou a visita que fizera no dia anterior à Vila Proletária Marechal Hermes, com Pinto Machado (*Correio da Noite e Gazeta da Tarde*), Aristides Figueira de Souza e

¹⁶ CASAS para operários: a Vila Proletária *A Epoca*, RJ, p. 5, 21 ago. 1912. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=185> > Acesso em: 6 ago. 2013.

Benevenuto Soares Bueno (*Liga do Operariado do Distrito Federal*). O colunista escreveu que foram acompanhados pelo engenheiro responsável Dr. Pulcherio, conhecendo as casas já prontas, do tipo n. 1 de maior preço, com aluguel de 60\$ mensais e ficou impressionado, como podemos observar:

[...] mas que casas! Vejamos: cada grupo, duas casas, uma em cima outra em baixo, tendo cada uma duas espaçosas salas, quatro espaçosos quartos, uma grande cosinha com água e pia, uma dispensa, um quarto para banhos de chuva muito espaçoso com o competente chuveiro e latrina; um grande quintal murado, com tanque para lavar roupa, coberto de telhas de zinco; no fundo do quintal, convenientemente cercado, um galinheiro, também coberto de telhas de zinco. A casa que fica no andar superior dá acesso para o quintal em baixo por uma bella escada de ferro e, em cima, é toda cercada de varandas. Uma belleza! [sic] (CASAS..., 1912, p. 5)

O articulista fez questão de ressaltar a construção das escolas na Vila:

Agora passemos a uma outra parte que para nós é de summa importância, as escolas, já se acham quasi promptas duas escolas profissionaes para meninos que ficam na Avenida Frontin [...] A Villa terá além das duas escolas profissionaes mais 4 escolas para instrucção primaria, sendo duas para meninos, com capacidade 510 alumnos cada uma ou 1020 alumnos e duas para meninas com capacidade para 400 meninas cada uma. [sic] (Ibibem)

Continua o artigo tecendo diversos elogios ao Presidente Hermes pela iniciativa do projeto e à inteligência, competência e honestidade do Engenheiro Pulcherio na execução da obra e nos gastos das verbas públicas, denunciando a existência de “... outras pessoas que os cercam e que vêm esse bello serviço prestado ao proletariado com muito máo humor”.

Boris Fausto (1986, p. 53-58) denomina de *sindicalistas pragmáticos*, Mariano Garcia e Antonio Augusto Pinto Machado. Segundo o historiador, Mariano defendeu a candidatura de Hermes à Presidência em 1909 e organizou o Congresso Operário de 1912, classificado pelo movimento operário como “Congresso-pelego de 1912” devido ao apoio recebido do Presidente da República. Também esclarece que na campanha presidencial, diferentemente de Rui Barbosa, Hermes manifestou, mesmo que de forma superficial, alguma preocupação com a “questão social”.

É fato que neste momento histórico, as condições dos operários eram muito precárias, e por menores que fossem as manifestações de Hermes sobre as demandas da classe operária, isto deveria causar algum impacto. Boris relata que a imagem de Hermes tornara-se popular, tendo se infiltrado até mesmo nos meios anarquistas. Cita como exemplo um artigo do periódico *A Plebe*, de agosto de 1921, assinado por “professor C. C.” que afirmava

[...] que não obstante fosse acusado de ignorante, o Marechal usara os enormes poderes de que dispunha para não perseguir o povo, mas as oligarquias do nordeste. Ao contrário de Epitácio, difamador de Floriano,

Ministro de Campos Sales e responsável por violenta repressão, procurara sempre melhorar a sorte dos operários. (C.C. apud FAUSTO, 1986, p. 54)

O jornal anarquista retratou-se posteriormente, afirmando que o artigo saiu por equívoco.

Disputas político-ideológicas à parte, a intervenção do Estado sobre a questão da moradia operária através das vilas proletárias, atendendo uma das bandeiras dos sindicalistas amarelos, marcou o mandato de Hermes com as primeiras iniciativas estatais sobre tal problemática, como defendeu Oliveira em sua tese.

Entretanto, o autor esclarece que, apesar das vilas proletárias encontrarem-se fora do espaço geográfico das fábricas, diferente da vila operária de Bangu construída pela iniciativa da própria indústria, isto não garantia aos operários a ausência do controle patronal. Entre as normas para a locação das casas, uma das exigências era que os patrões fossem fiadores dos operários (OLIVEIRA, 2009, p. 79-80).

Ao tombar parte das construções da antiga vila proletária, o SEDREPAHC, da Cidade do Rio de Janeiro considerou a importância do pioneirismo deste projeto para a ocupação do subúrbio carioca, incluindo no novo decreto os seguintes prédios escolares: Escola Municipal Evangelina Duarte Batista, Colégio Estadual Professor José Accioli e os prédios da Escola Técnica Estadual Visconde de Mauá, além das áreas de entorno de bem tombado. O decreto também citou os dois prédios tombados anteriormente, a Escola M. Santos Dumont (Decreto nº 9.414/1990) e a Estação Ferroviária Marechal Hermes (Decreto nº 14.741/1996).

Pela base aerofotogramétrica do anexo II do decreto, temos uma visão atual do bairro e das áreas de entorno dos bens tombados (linha pontilhada). Os dois prédios tombados anteriormente estão hachurados: no alto em forma retangular, a Estação Ferroviária e no centro em forma de (<), a Escola Municipal Evangelina Duarte Batista. Os prédios tombados pelo decreto encontram-se em negrito: Ao centro, na forma de (>), a Escola Municipal Santos Dumont; à direita, em formato retangular, o Colégio Estadual Professor José Accioli; à esquerda no alto estão, os prédios da Escola Técnica Estadual Visconde de Mauá, sendo o prédio triangular (conhecido como Prédio da Mecânica), o mais antigo, que deu origem à escola.

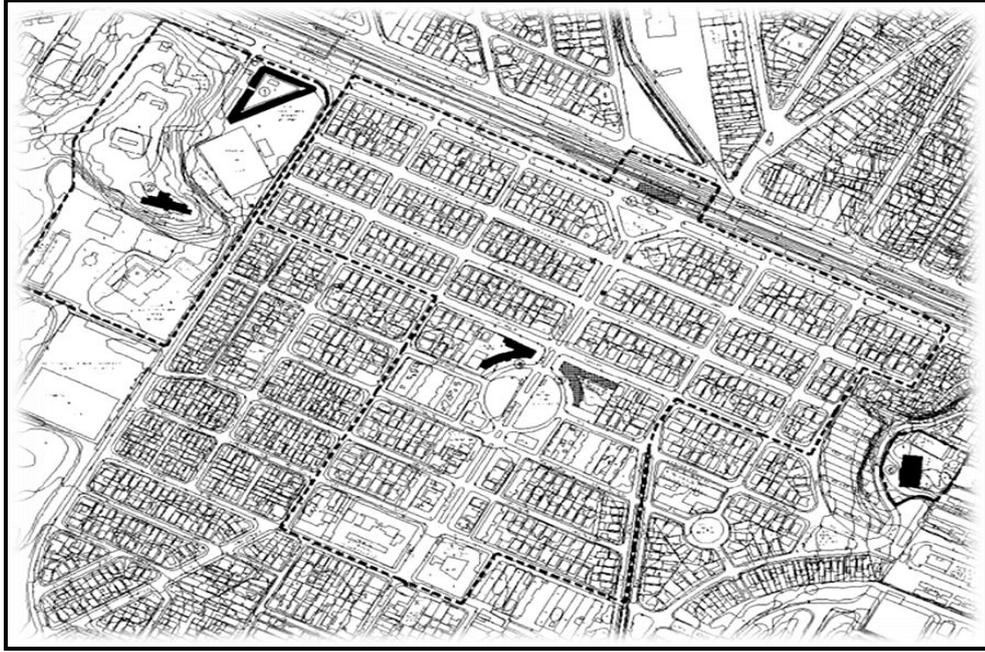


Ilustração 3: Planta dos prédios tombados no Bairro de Marechal Hermes

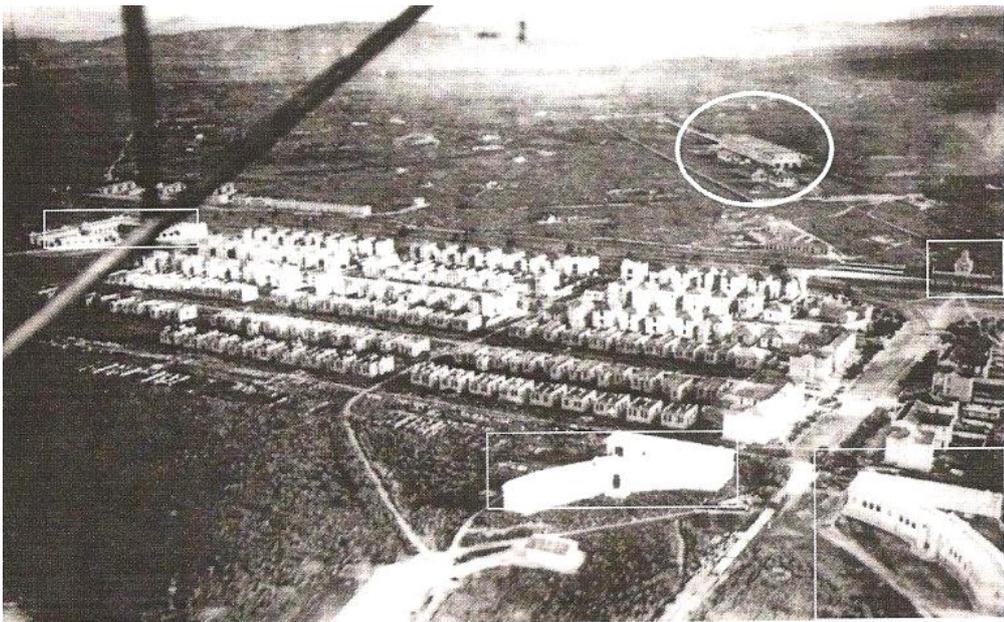


Ilustração 4: Vista aérea da Vila Proletária Marechal Hermes

A foto anterior (figura 4) apresenta uma vista panorâmica da vila, onde se destacam as duas escolas primárias (nos retângulo e quadrado) abaixo à direita; acima à direita, a estação ferroviária (no quadrado menor); ao alto a oficina Midlitown (no círculo) e à esquerda, a Escola Visconde de Mauá (no retângulo)¹⁷.

A Vila Proletária deu lugar ao bairro de Marechal Hermes, que faz parte da zona suburbana da cidade do Rio de Janeiro e pertence à XV Região Administrativa – Madureira.

¹⁷ Oliveira, 2008, p. 9 (Acervo do Museu Aeroespacial, s/ data)

Na tabela do Índice de Desenvolvimento Social por bairros do município do Rio de Janeiro (IBGE, Censo 2000), ocupa a posição 89 de 158, com o índice de 0,572. Sua área territorial é de 388,62 ha. Em 2010 atingiu a população total de 48.061 e 17.345 domicílios.

Acreditamos que origem da Escola Visconde de Mauá não pode ser estudada separadamente da construção da Vila Proletária Marechal Hermes, por isso resolvemos iniciá-la apresentando esta parte da história da habitação social carioca.

A seguir apresentaremos algumas reflexões sobre a Instrução Pública do Distrito Federal, abordando alguns aspectos legislativos, organizativos e de financiamento.

1.2. Reflexões sobre a administração municipal da Instrução Pública e a escola profissional no Distrito Federal na década de 1910

É notório o crescimento e as contribuições das pesquisas sobre a história das instituições educacionais para a História da Educação Brasileira, fruto, principalmente, de teses e dissertações dos cursos de pós-graduação em Educação. Quando iniciamos a pesquisa, buscamos através do banco da CAPES e de algumas universidades (UNIRIO, UERJ, UFRJ, UFF, UFRRJ, PUC-RJ, USP e UNICAMP) trabalhos com temáticas e períodos semelhantes ao nosso projeto. Entretanto, quando se trata de educação na Primeira República, são poucos os trabalhos com recorte temporal anterior à década de 1920, e menos ainda sobre as iniciativas da Prefeitura do Distrito Federal.

No livro *Instituições Educacionais da Cidade do Rio de Janeiro: Um século de história (1850-1950)*, as organizadoras Miriam W. Chaves e Sonia de C. Lopes (2009) afirmam “que ainda há uma grande lacuna no que se refere ao conhecimento da história da educação no Rio de Janeiro...”, mesmo reconhecendo o aumento significativo das pesquisas nos programas de Educação. (CHAVES e LOPES, 2009, p.13).

Observa-se que esta lacuna é ainda maior se considerarmos a temática sobre as ações do Distrito Federal na década de 1910. Reflexo disto é que na obra citada, das nove instituições escolares abordadas, somente o artigo de Cardoso refere-se a uma iniciativa do Distrito Federal neste período¹⁸.

Em que pese não ser objetivo deste trabalho debater os silêncios e escolhas da historiografia educacional, algumas reflexões são pertinentes. Acredito que pese sobre a

¹⁸ No artigo intitulado **A Trajetória da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz (1917-1937)** A autora apresenta a história desta instituição que foi criada em 11 de agosto de 1917 pelo Decreto nº 1880 da prefeitura do Distrito Federal, mas logo transferida para o governo federal, em 27 de junho de 1919, por problemas financeiros. (p.121-145).

preferência da maioria dos pesquisadores pela década de 1920, a clássica tese de Jorge Nagle, defendida em 1966 e publicada em 1974. Segundo este autor

É essa orientação do movimento reformista que vai definir a primeira e mais profunda mudança que sofre a educação brasileira em sua história: a substituição de um “modelo político” por um “modelo pedagógico”. Esta é uma das principais teses deste trabalho e a razão que justifica essa abordagem histórica. A reorientação, que se processa nos sistemas escolares estaduais, vai transformar a década de 1920, também do ponto de vista da escolarização, num “momento histórico de significação” (NAGLE, 2009, p. 215).

A obra em questão, *Educação e Sociedade na Primeira República*, é um marco na historiografia da educação brasileira, leitura imprescindível para aqueles que desejam estudar a educação durante a Primeira República. Para Nagle, as reformas da década de 1920, principalmente no estado de Minas Gerais e no Distrito Federal, projetaram uma inversão: os princípios do republicanismo e da democracia perdem importância para os princípios do escolanovismo, despolitizando as propostas educacionais, que passam a ser debatidas, principalmente, do ponto de vista técnico-administrativo.

Neste livro, o autor também debate que as transformações sociais vividas neste período fazem florescer um “inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico” (NAGLE, 2009, p. 115). Através da escolarização da grande maioria da população, seria possível inserir o país no rol das grandes nações capitalistas: “Escarização, o motor da história” (idem, p. 116). A principal consequência deste entusiasmo seriam as sucessivas reformas educacionais, que de certa forma acreditaram que a escola poderia criar um novo homem e conseqüentemente uma nova nação.

O autor afirma que devido à desilusão com as primeiras décadas da República brasileira e à constatação de que a realidade não mudara efetivamente, estabeleceu-se um desânimo generalizado:

[...] mais que este desânimo, as desilusões e as frustrações – que dominaram a mentalidade dos homens públicos, dos pensadores, dos intelectuais e dos educadores que viveram durante a Primeira República até cerca de 1920 [...] por esse tempo, das próprias desilusões e frustrações se liberam as energias acumuladas, que motivam amplo processo de orientação do pensamento e da atuação. (NAGLE, 2009, p.117)

Considerando todo o mérito da obra de Nagle, não é do meu interesse tecer críticas a sua análise que lança um olhar privilegiado para a última década da Primeira República. No entanto, é possível que essa hipótese tenha suscitado um maior interesse por parte dos pesquisadores.

Outra explicação possível para o silêncio sobre as ações educacionais da administração da prefeitura do Distrito Federal na Primeira República, durante as décadas anteriores a 1920, pode ser a mesma origem que Pinto¹⁹ apresenta como um dos motivos para que a história política carioca seja pouco estudada: “a difusão da tese da nacionalização da política carioca”. Esta concepção acredita que, pelo fato de ser capital federal e não possuir autonomia administrativa, “... a cidade teria encontrado sérias dificuldades em organizar-se enquanto sujeito político” (PINTO, 2002, p.3).

É fato que logo após a proclamação da República, a Lei Orgânica do Distrito Federal de 20 de setembro de 1892 estabeleceu a indicação do prefeito pelo presidente da República e não sua eleição pela população carioca. Também o Conselho Municipal tinha limitada a atribuição de fiscalizar o executivo, já que não era da sua alçada vetar as propostas do prefeito – essa atribuição era do Senado Federal. No entanto, isto não significa que a administração política do Distrito Federal estivesse totalmente submissa e anulada pela presidência da República.

Desta forma, transpondo esta tese para a educação, boa parte da historiografia sobre a escolarização na Primeira República, anterior a década de 1920, refere-se a iniciativas do governo federal no Distrito Federal, silenciando sobre o papel da prefeitura da cidade.

Para traçar um panorama sobre as ações da Diretoria Geral de Instrução Pública, utilizei como fontes os Boletins da Prefeitura do Distrito Federal, existentes no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro²⁰.

Ao iniciarmos a pesquisa nas publicações da Diretoria de Instrução Pública, chamou-nos a atenção a variedade de publicações legais referentes à educação em geral e sobre o ensino profissional, em especial. Esta constatação nos fez pensar na ausência de pesquisas sobre as iniciativas do Distrito Federal neste período. Não seria um paradoxo? Afinal, aquelas publicações diárias refletem uma atuação efetiva. Daí surgiu o desejo de levantar nesta dissertação essas reflexões, enriquecendo a pesquisa.

Ruy Medeiros afirma que o documento legislativo adquire uma grande importância na compreensão de determinado momento histórico, sendo com certeza uma fonte da história, mas é necessário ficar atento para que a história da educação não seja, meramente, uma

¹⁹ Tese de Doutorado em História Social da UFRJ. **Elites Políticas e o Jogo de Poder na Cidade do Rio de Janeiro (1909 – 1922)**. 2002. 308 p. A pesquisadora defende a hipótese de que os prefeitos não eram meros interventores e que a elite política carioca conseguiu manter alguma autonomia e não esteve a reboque do governo federal.

²⁰ Os Boletins da Prefeitura do Distrito Federal estão à disposição para pesquisa e digitalização, na Biblioteca do AGCRJ. Rua Amoroso Lima, 15 Cidade Nova RJ/RJ. Portal: <http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/index.html>

história da legislação educacional. Para o autor, “A lei é um dado essencial da realidade, inclusive da realidade histórico-educacional” (MEDEIROS, 2006, p.5). Entretanto, não se pode confundi-la com a própria realidade.

No entanto, como esclarece Regina Tereza Cestari de Oliveira²¹ “... o processo de conhecimento da realidade, o modo ou a possibilidade de conhecer a realidade depende de uma concepção da realidade” (OLIVEIRA, 2005, p.5). A realidade não fala por si mesma, ou seja, o pesquisador procura entendê-la de acordo com suas escolhas teórico-metodológicas. Assim, concordo com a concepção de que as políticas educacionais desenvolvidas pelos governos da república brasileira, no momento histórico estudado, representam o papel do Estado Capitalista. Citando, a referida autora:

Esse Estado constitui-se a organização da sociedade para a produção capitalista, abarcando em uma dimensão ampla, o conjunto dos organismos públicos e privados de dominação burguesa (órgãos legislativo, judiciário, executivo, exércitos, entre outros) (OLIVEIRA, 2005, p.5).

Neste sentido, as medidas educacionais tomadas pelo Distrito Federal não são ações isoladas, mas são produtos do contexto histórico em que se encontrava a sociedade brasileira. Autores que escreveram sobre o ensino profissional no início da República, como Cunha (2000) e Nagle (2009) afirmam a continuidade de propósitos entre o final do Império e o início da República. Este último afirmava:

Agora como antes, o ensino técnico-profissional é organizado com o objetivo expresso de atender às “classes populares”, às “classes pobres”, aos “meninos desvalidos”, “órfãos”, “abandonados”, “desfavorecidos da fortuna” (NAGLE, 2009, p. 182. Grifos do autor).

Para o primeiro (CUNHA, 2000, p. 24), como “... pedagogia preventiva propiciaria o disciplinamento e a qualificação técnica das crianças e dos jovens cujo destino era “evidentemente” o trabalho manual...” (grifo do autor). Conforme apresentamos no início deste capítulo, o ensino profissional na Primeira República, voltado para o ensino de ofícios, expressava as necessidades da formação da força de trabalho correspondente àquele momento da economia brasileira.

²¹ Texto elaborado para a Vídeo Conferência, organizada pelo HISTEDBR e apresentado na Faculdade de Educação/UNICAMP, em 29 set. 2005.

Cabe ressaltar as críticas de Francisco de Oliveira (1989) quanto às análises teleológicas que se apresentam em muitos debates sobre o capitalismo brasileiro. Para Oliveira (1989):

O único destino – no sentido trágico da expressão – que se pode legitimamente aceitar no caso da economia brasileira é seu ponto de partida: uma economia e uma sociedade que foram geradas a partir de um determinado pressuposto. [...] as diversas situações são, pois, expressões da dialética de produção desta forma de valor. Não há nenhum *destino* quanto ao ponto de chegada (OLIVEIRA, 1989, p.11. Grifo do autor).

Devemos aprender com os ensinamentos de Oliveira, quando trata cuidadosamente de entender as transformações capitalistas no Brasil a partir de sua formação contraditória e desigual, e não acreditando na possibilidade de caminhos para o sucesso. Quando tratamos da pesquisa sobre história da educação, acredito no mesmo princípio, que devemos ter o cuidado de buscar o conhecimento sobre aquele determinado momento histórico, procurando entendê-lo através das relações dialéticas daqueles sujeitos com o seu tempo e lugar.

Através do relatório da Diretoria Geral de Estatística²² que apresentou os resultados do recenseamento de 1920, é possível perceber que os índices de analfabetismo vinham diminuindo a cada recenseamento. Na comparação realizada entre os censos de 1890 e 1906 na capital do Brasil, o referido relatório apresentava uma pequena queda no percentual de analfabetismo, afirmando que: “... Eliminando-se, porém, os menores de 6 anos, dos totais apurados nos dois aludidos inquéritos, é menos deprimente o confronto, porquanto se verifica a redução da taxa de analfabetos de 41,2%, em 1890, para 40,2% em 1906”.

Apesar do índice ainda ser alto quando comparado a outras capitais do mundo na mesma época, em relação ao restante do país, era o menor. No censo de 1920, o Distrito Federal apresentou, quanto à instrução²³, uma população com o grau de alfabetização bem acima do restante do país. Em sua maioria, o índice dos demais estados encontrava-se em torno de 70% de analfabetos, variando entre 88,0% no Piauí e 61,2% no Rio Grande do Sul. Já no Distrito Federal, o percentual dos analfabetos sobre o total da população era de 38,7% e o percentual dos analfabetos de 15 anos ou mais, sobre o total do mesmo grupo, era de 25,8%. Em números absolutos, os resultados apresentados eram de 710.252 alfabetizados e 447.621

²² BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Memória Estatística do Brasil, Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro. Disponível em <http://archive.org/details/recenseamento1920poprj>

²³ Anuário Estatístico do Brasil. População do Brasil segundo o grau de instrução Disponível em http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/trabalho/1939_40/trabalho1939_40aeb_001_1a002.pdf

analfabetos. Verifica-se, a partir destes dados, que o Distrito Federal apresentava o menor índice de analfabetismo, tanto no geral, quanto entre a população acima de 15 anos.

De acordo com o referido censo, a população distribuía-se assim: na zona urbana, 801.097 e na zona suburbana 356.776.

Procurei levantar os dados do censo de 1920²⁴ que apresentavam informações referentes à população masculina e à zona suburbana, tendo em vista que a escola, objeto de nosso estudo, situava-se no subúrbio e atendia exclusivamente aos meninos que haviam concluído a escola primária de Letras. Sendo assim:

Tabela 4: Dados sobre analfabetismo por zona no Distrito Federal 1920

POPULAÇÃO	ANOS	ENTRE 1000 HOMENS			
		7 A 14 ANOS		15 OU MAIS	
		Lê	Não Lê	Lê	Não Lê
Zona urbana	1906	590	410	715	285
	1920	697	303	841	159
Zona suburbana	1906	382	618	540	460
	1920	523	477	731	269

Como podemos observar na tabela 4 e também no relatório da Diretoria G. de Estatística, a diminuição no índice do analfabetismo masculino ocorreu tanto na zona urbana quanto na suburbana. Em números absolutos, entre 1906 e 1920, o subúrbio apresentou melhores resultados, tanto na faixa de 7 a 14 anos quanto na faixa de 15 ou mais.

Outra informação pertinente foi encontrada no Almanak Laemmert para 1916²⁵, que afirmava estar o Distrito Federal dividido administrativamente em 26 (vinte e seis) distritos assim denominados e numerados: (1) Candelária; (2) Santa Rita; (3) Sacramento; (4) São José; (5) Santo Antonio; (6) Santa Thereza; (7) Gloria; (8) Lagoa; (9) Gávea; (10) Sant'Anna; (11) Gamboa; (12) Espirito Santo; (13) São Cristóvão; (14) Engenho Velho; (15) Andaraí; (16)Tijuca; (17)Engenho Novo; (18)Meyer; (19)Inhaúma; (20)Irajá; (21)Jacarepaguá; (22)Campo Grande; (23)Guaratiba; (24)Santa Cruz; (25)Ilhas e (26) Copacabana. Em outro documento, tomamos conhecimento que esta divisão foi instituída pelo Decreto Municipal nº 434, de 16 de junho de 1903, que dividiu o Distrito Federal em 25 distritos²⁶.

²⁴ Recenseamento do Brasil, setembro de 1920, volume II (1ª parte), p. CVI. Sobre a População do Rio de Janeiro (Distrito Federal) Disponível em <http://archive.org/details/recenseamento1920poprj>

²⁵ 72º ano, p. 944. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&PagFis=63387>

²⁶ Anuário Estatístico do Brasil, 1º ano (1908-1912), volume I, Território e População, pág.88. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/AEB/AEB1908_1912v.I.pdf

Acreditamos que a divisão em distritos da Diretoria de Instrução Pública que trataremos adiante, tenha se originado a partir desta divisão administrativa mais geral.

1.2.1. A Classificação Geral das Escolas Primárias de Letras

De acordo com nossas pesquisas nos Boletins da Prefeitura do Distrito Federal, em 1912, a Diretoria de Instrução Pública fiscalizava um número expressivo de escolas espalhadas por toda a capital federal. Estas escolas isoladas indicam o desenvolvimento de um processo de escolarização, que, de alguma forma, foi responsável pelo índice de alfabetização apresentado no item anterior. Para ingressar na escola profissional era necessário ter cursado a escola primária de letras.

Neste item pretendemos apresentar, de maneira geral, esta distribuição de escolas, como forma de demonstrar este processo de escolarização no Distrito Federal, que se encontra relacionado diretamente à oferta do ensino profissional. A ilustração 5 mostra parte da publicação que estabelecia a classificação e distribuição das escola por distritos .

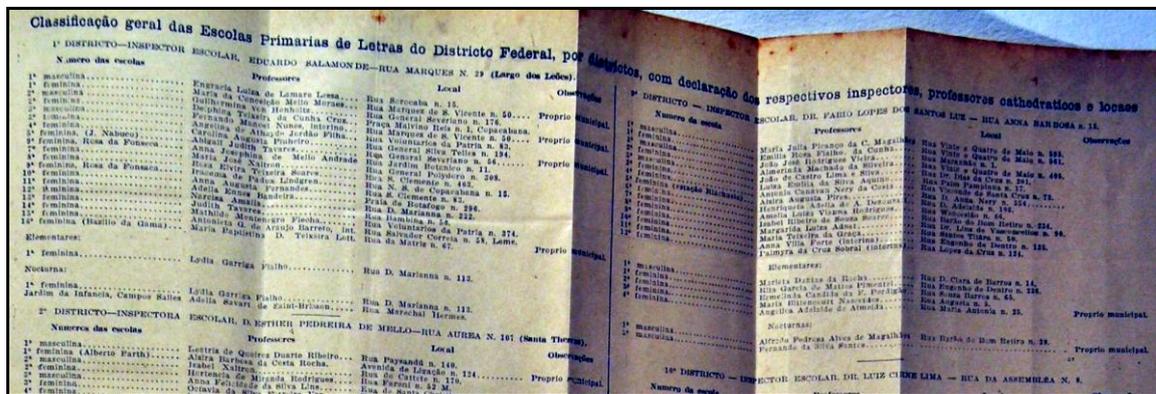


Ilustração 5: Foto recortada apresenta parte do documento sobre os distritos da Instrução. Fonte: AGCRJ. Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, 1912, p. 337.

São ao todo 15 distritos. Cada distrito, com o nome do respectivo inspetor, o endereço, a relação numerada das escolas (feminina ou masculina), elementar, noturna, o professor responsável, o endereço e nas observações, se era próprio municipal (provável referência ao prédio). A seguir descrevemos algumas informações sobre a classificação.

1º Distrito: Inspetor Eduardo Salomonde. Rua Marques, nº 29. Largo dos Leões. 03 escolas masculinas, 13 femininas, 01 elementar feminina, 01 noturna feminina e 01 Jardim de Infância;
2º Distrito: Inspetor Esther Pedreira de Mello. Rua Aurea, nº 107. Santa Teresa. 03 masculinas, 19 femininas, 01 elementar feminina;
3º Distrito: Inspetor Dr. Elysio de Araújo. Rua Rosario, nº 13 A. 06 escolas masculinas, 12 femininas, 03 noturnas masculinas e 01 Jardim de Infância;
4º Distrito: Inspetor Virgílio Várzea. Rua Alice, nº 80. Laranjeiras. 07 escolas masculinas, 18 femininas, 02 elementares feminina, 01 noturna feminina e 01 noturna masculina;
5º Distrito: Inspetor Olavo Bilac. Rua das Laranjeiras, nº 279. 03 escolas masculinas, 17 femininas, 02 elementares feminina;
6º Distrito: Inspetor Dr. João Baptista da Silva Pereira. Rua desembargador Izidro, nº 137. 04 escolas masculinas, 16 femininas, 01 elementar feminina, 02 noturnas masculinas;
7º Distrito: Inspetor Dr. Antonio Rodrigues da Silveira. Rua dos Inválidos, nº 32. 02 escolas masculinas, 15 femininas, 03 elementares feminina, 01 noturna masculina;
8º Distrito: Inspetor Jose Custódio Nunes Junior Rua Vinte e quatro de maio, nº 639. 05 escolas masculinas, 15 femininas, 01 elementar feminina;
9º Distrito: Inspetor Dr. Fabio Lopes dos Santos Luz. Rua Anna Barbosa, nº 12. 03 escolas masculinas, 12 femininas, elementares 01 masculina e 04 femininas, 02 noturna masculinas;
10º Distrito: Inspetor Dr. Luiz Cirne Lima Rua da Assembleia, nº 8. 03 escolas masculinas, 09 femininas, 10 elementares femininas, 03 noturnas femininas e 02 noturnas masculinas;
11º Distrito: Inspetor Jose Venerando da Graça Sobrinho. Rua Vinte e quatro de maio, nº 52. 01 escola mista; 04 escolas masculinas, 10 escolas femininas, 01 elementar masculina, 06 elementares femininas, 03 noturnas masculinas;
12º Distrito: Inspetor Professor Antonio Carlos Velho da Silva. Rua Sergipe, nº 18. 02 escolas masculinas, 12 femininas, 01 elementar masculina, 11 elementares femininas, 01 noturna masculina;
13º Distrito: Inspetor Dr. Alfredo Cesario de Faria Alvim (interino). Rua Vinte e quatro de maio, nº 95. 01 escola mista; 03 escolas masculinas, 11 escolas femininas, 05 elementares masculinas, 09 elementares femininas, 01 noturna masculina;
14º Distrito: Inspetor Dr. Arthur de Oliveira Magiolo. Ilha do Governador. 02 escolas masculinas, 02 femininas, 08 elementares masculinas, 09 elementares femininas;
15º Distrito: Inspetor Dr. Roberto Gomes. Rua D. Carlota, nº 3. 01 escola masculina, 04 escolas femininas, 02 elementares masculinas, 06 femininas, 01 noturna masculina.

Fonte: AGCRJ. Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, 1912, p.337.

Em 14 de fevereiro de 1912, alguns dias depois, a Diretoria Geral de Instrução Pública publicou outra classificação: “*De ordem do Sr. Dr. diretor geral, faço publico a nova distribuição das escolas pelos distritos escolares e suas classificações:*” (Boletim, 1912, p. 390). Na nova distribuição ficariam dezesseis distritos, surgindo um novo distrito entre o 9º e o 10º, avançando a numeração anterior. Nos demais distritos, permanecem os mesmos

inspetores da antiga classificação. No novo 10º distrito, o inspetor escolar será Francisco Furtado Mendes Vianna e nele serão incluídas as escolas profissionais: Instituto João Alfredo (Boulevard Vinte e oito de setembro); Instituto Souza Aguiar (Rua do Lavradio) e Instituto Profissional Feminino (Rua São Francisco Xavier). Abaixo, a fotografia recortada do novo distrito:

Numero da escola	Professores	Locaes	Observações
1ª feminina	Theriza Monteiro de Barros e Mello	Rua Hermínia n. 22.	
2ª feminina (Escola Ferreira Vianna)	Rosa Serrão de Medeiros Reis	Rua Archias Cordeiro n. 314	Proprio municipal.
3ª feminina	Aurelia Luiza Vianna Rodrigues	Rua Wencesião n. 66.	
4ª feminina	Maria Carneiro Oddone	Rua Getulio n. 277.	
	Maria Teixeira da Graça	Rua Santos Titara n. 50.	
Elementares:			
1ª feminina	Bellarmina Maria de Souza	Rua Honorio n. 219.	
2ª feminina	Francisca da Gloria Dutra da Silva	Rua da Redempção n. 75.	
3ª feminina	Adelia Sampaio de Andrade	Rua Lucílio Lago n. 46.	
4ª feminina	Luiza Dorothea Soares Barbosa	Rua Baldraco n. 70.	
Nocturnas:			
1ª feminina	Maria Isabel Wildhagem de Souza	Rua Archias Cordeiro n. 314	Proprio municipal.
Profissionais:			
Instituto João Alfredo		Boulevard Vinte Oito de Setembro.	
Instituto Souza Aguiar		Rua do Lavradio.	
Instituto Profissional Feminino		Rua S. Francisco Xavier.	

Ilustração 6: Foto recortada apresenta o novo distrito com as instituições profissionais
Fonte: AGCRJ. Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, fev. 1912, p.390.

Apresentamos um levantamento geral da classificação das escolas publicadas no Boletim da Prefeitura em 1912. Não citamos os endereços das escolas, mas a distribuição atingia desde o centro da cidade, passando pela zona sul, zona norte, subúrbios, alcançando até os bairros mais longínquos, como Jacarepaguá, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, entre outros. O número de alunos matriculados, se essas escolas realmente funcionavam ou como funcionavam, não é possível conhecer pelo documento, mas ele comprova, ao menos, sua existência legal e a conclusão que, em 1912, o município do Rio de Janeiro já possuía uma rede de escolas com algum controle do Estado.

Cruzando os dados sobre a alfabetização da população do Distrito Federal citado anteriormente com a rede de escolas administradas pela prefeitura em 1912, podemos inferir que a administração pública destas escolas, por mais precária que fosse, contribuiu certamente, para a redução do analfabetismo no município, atingindo em 1920, os melhores índices do país.

1.2.2. O Orçamento Anual e a Instrução Pública

As pesquisas objetivaram a primeira publicação sobre o orçamento da escola no período observado de 1912 a 1917. Com este estudo podemos acompanhar a incorporação das

escolas profissionais ao longo da década de 1910. A tabela a seguir apresenta a receita/despesa geral do município e as despesas com a educação no período citado.

Tabela 5: Orçamentos do Distrito Federal para a Educação entre 1913-1917

Orçamento DF	1913	1914	1915	1916	1917
Receita	40.209:840\$000	41.729:840\$000	43.483:840\$000	43.935:800\$000	44.828:650\$000
Despesa	39.821:510\$345	41.550:196\$704	42.441:145\$528	43.871:991\$199	44.801:166\$928
Diretoria Geral de Instrução Pública	636:040\$000	669:040\$000	445:040\$000	568:070\$000	664:285\$000
Instrução Primária	8.551:312\$000	7.927:867\$976	7.655:467\$976	7.838:045\$976	8.313:177\$976
Escola Normal	550:280\$000	544:519\$952	488:971\$952	486:271\$952	562:939\$952
Pedagogium	87:320\$000	87:320\$000	38:920\$000	38:920\$000	32:440\$000
Inst. Profissional João Alfredo	339:040\$000	346:320\$000	323:020\$000	295:068\$000	405:250\$000
Inst. Profissional Feminino*	231:360\$000				
Inst. Profissional Souza Aguiar	168:040\$000	169:840\$000	128:590\$000	123:760\$000	
Inst. Profissional Orsina da Fonseca*		252:620\$000	236:240\$000	231:572\$000	355:940\$000
Escolas Profissionais**		155:700\$000			
Esc. Profissionais Femininas			155:700\$000		
Esc. Profissional Masculina			109:590\$000		
Esc. Profissional Álvaro Batista				122:956\$000	136:370\$000
Esc. Profissional Bento Ribeiro				78: 540\$000	106:730\$000
Esc. Profissional Visconde de Mauá				109:190\$000	140:130\$000
Esc. Profissional Rivadávia Corrêa				106:800\$000	129:870\$000
Esc. Profissional Souza Aguiar					127:220\$000
Escola de Aperfeiçoamento					118:500\$000
Instituto Ferreira Vianna					197:200\$000

Fonte: AGCRJ. Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, 31.12.1912-30.12.1916.

O quadro acima foi montado a partir dos seguintes decretos do Poder Legislativo, publicados nos Boletins do Distrito Federal:

- Decreto nº. 1.460 de 31 de dezembro de 1912. “*Orça a receita e fixa a despesa da Municipalidade para o exercício de 1913*” (dez.1912, p.21).

- Decreto nº. 1.569 de 31 de dezembro de 1913. “*Orça a receita e fixa a despesa da Municipalidade para o exercício de 1914*” (dez.1913, p.21).
- Decreto nº. 1.677 de 31 de dezembro de 1914. “*Orça a receita e fixa a despesa da Municipalidade para o exercício de 1915*” (dez.1914, p.19).
- Decreto nº. 1.726 de 31 de dezembro de 1915. “*Orça a receita e fixa a despesa da Municipalidade para o exercício de 1916*” (dez.1915, p. 14).
- Decreto nº. 1.786 de 30 de dezembro de 1916. “*Orça a receita e fixa a despesa da Municipalidade para o exercício de 1917*” (dez.1916, p. 16).

O orçamento era decretado pelo Conselho municipal e sancionado pelo prefeito. Nota-se que os valores referentes à receita e às despesas sofrem pequenos acréscimos de um ano para o outro. Não consegui realizar, de maneira segura, a conversão para nossa moeda atual. Mesmo assim, é possível concluir que o percentual de despesas previstas para a educação, comprometia praticamente $\frac{1}{4}$ da receita total do município, sendo que, deste valor, em torno de 70% eram empenhados com a instrução primária.

É fato que participavam da receita os Institutos Profissionais e o Fundo Escolar. O mesmo assim, as despesas superavam em muito o valor total destas arrecadações. Seria necessário aprofundar a pesquisa sobre a movimentação financeira da Prefeitura, a relação com as unidades de ensino e o funcionamento do Fundo Escolar para apresentar maiores conclusões, entretanto este não é o objeto desta dissertação. A tabela abaixo apresenta os valores anuais do Fundo e dos Institutos para a receita do município:

Tabela 6: Arrecadação da Instrução Pública

Exercício	Fundo Escolar	Institutos Profissionais
1913	50: 000\$000	30: 000\$000
1914	50: 000\$000	30: 000\$000
1915	50: 000\$000	30: 000\$000
1916	120: 000\$000	2: 000\$000

Fonte: AGCRJ. Boletim da Prefeitura do Distrito Federal

Em 1917, a receita foi organizada diferente dos anos anteriores, separadamente por Diretorias. Na Diretoria Geral de Instrução Pública, não apareceu a receita dos Institutos profissionais, somente do Fundo Escolar, que apresentou um aumento de empenho significativo. O valor fixado foi de 540: 000\$000. (dez.1916, p. 17).

O estudo dos orçamentos nos possibilitou levantar algumas questões. Primeiramente, que a prefeitura do Distrito Federal, ao longo deste período, foi aumentando a oferta de ensino profissional sob a responsabilidade da Diretoria Geral de Instrução Pública e, ao mesmo tempo, foi reestruturando este ensino. Em segundo lugar, é pertinente observar que entre todos os empenhos da Diretoria Geral de Instrução Pública no período, o Pedagogium foi aquele que efetivamente perdeu verbas – iniciou o período estudado com um valor anual de 87: 820\$000 e terminou com 32: 440\$000. Por último, observamos que os investimentos na formação docente não acompanharam o mesmo crescimento da educação profissional. As verbas destinadas para a Escola Normal neste período mantiveram-se estagnadas, chegando mesmo a perder valores nos anos de 1914, 1915 e 1916. Também não construíram outras escolas para formação de professores.

Quanto ao ensino profissional, em 1913, a oferta limitava-as aos três institutos profissionais (João Alfredo, Feminino e Souza Aguiar). Somando-se os valores previstos com as despesas para os três institutos obtém-se um total de 738:440\$000.

Em 1914, o Instituto Profissional Feminino²⁷ passa a chamar-se Instituto Profissional Orsina da Fonseca. Apareceu, pela primeira vez, o orçamento para as escolas profissionais, sem especificação. Verificou-se neste ano o aumento das despesas com o ensino profissional, que somaram 924:480\$000.

Em 1915, as escolas profissionais dividem-se em Escola Profissional Masculina (Escola Álvaro Baptista) e Escolas Profissionais Femininas²⁸ (Escolas Bento Ribeiro e Rivadávia Corrêa) e novamente aumentam as despesas, ficando em 953:140\$000. Entretanto, constatei que o aumento foi irrisório, pois observando com atenção, as verbas foram transferidas das outras unidades, que apresentaram diminuição na previsão das despesas.

Em 1916, ano da inauguração da Escola Profissional Visconde de Mauá, as escolas profissionais aparecem discriminadas: as duas masculinas, Álvaro Baptista e Visconde de Mauá e as duas femininas, Bento Ribeiro e Rivadávia Corrêa. As despesas deste ano também sofreram acréscimo somando 1.067:886\$000. No entanto, observa-se mais uma vez que as verbas dos institutos diminuíram, sendo o mais prejudicado o Instituto Profissional João Alfredo.

²⁷ Maiores informações sobre esse Instituto, ler o artigo da Prof. Dr^a Nailda M. da C. Bonato. *Imagens do Instituto Profissional Feminino*. In: MARTINS, A. M.S; BONATO, N. M. da C (Org.) **Trajetórias Históricas da Educação**. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.

²⁸ Para conhecer sobre as escolas profissionais femininas, ler a tese de doutorado de BONATO, Nailda M. da C. *A escola profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica*. UNICAMP. 2003. Disponível em < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000317311&fd=y> >

Em 1917, a previsão orçamentária para o conjunto das instituições de ensino profissional aumentou visivelmente, chegando ao total de 1.717:210\$000. Outras novidades para este ano foram a transformação do Instituto Profissional Souza Aguiar em Escola Profissional Souza Aguiar, a criação da Escola de Aperfeiçoamento e do Instituto Ferreira Vianna²⁹.

O Instituto Ferreira Vianna foi criado a partir da transferência da Casa de São José da Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública para a Diretoria de Instrução (Decreto nº. 1053 de 14 jan.1916). Dois meses depois, outro decreto do Poder Executivo “Dá regulamento ao Instituto Ferreira Vianna (ex-Casa de S. José)”. O art.1º do Decreto afirma: “A Casa de S. José, que de ora em diante passará a denominar-se Instituto Ferreira Vianna em homenagem ao seu fundador, Conselheiro Antonio Ferreira Vianna...” (Decreto nº. 1.061 de 14 mar.1916).

Não é nosso objetivo apresentar conclusões precipitadas, os números sozinhos sem uma análise do contexto político-econômico em que foram aprovados, podem nos enganar. Seria necessário realizar um estudo sobre a economia da época, que levasse em conta o custo de vida, os salários, os preços, etc. De qualquer forma, por trás desses orçamentos, existiam diversos interesses em jogo, pressões, negociações. Antes de serem sancionados pelo prefeito, eles eram debatidos e aprovados pelo Conselho Municipal, formado por intendentos eleitos pelo voto popular. Desta forma, não poderiam estar totalmente afastados das demandas sociais.

Após a leitura desses orçamentos, concluímos que durante a década de 1910, no Distrito Federal, a instrução pública e educação profissional eram parte significativa da pauta da administração pública do município, confirmando o que o Censo de 1920, alguns anos depois, vai apresentar.

1.2.3. A Legislação Educacional

Não temos como objetivo nesta dissertação realizarmos um estudo aprofundado da legislação em vigor neste período. Nossa intenção é situar de forma geral, aspectos relacionados à educação profissional, na qual a Escola Visconde de Mauá inserida.

No levantamento realizado nos Boletins sobre a legislação educacional do Distrito Federal na década de 1910, selecionamos os decretos que se encontram na tabela 7 para esta abordagem.

²⁹ Maiores informações sobre esse Instituto encontram-se na dissertação de mestrado em Educação de Vilma Alves Machado. A Casa de São José: instituição fundada por Ferreira Vianna, em 1888, no Rio de Janeiro, para abrigar e educar crianças desvalidas para o trabalho. UERJ/PPGE. 2004.

Tabela 7: Legislação Educacional do D. F. na década de 1910

DECRETOS	DATA	FINALIDADE
Decreto nº 838	20 out. 1911	Reforma a lei do ensino primário, normal e profissional.
Decreto nº 974	09 jul. 1914	Dá Regulamento as escolas profissionais masculinas
Decreto nº 981	02 set. 1914	Modifica o Decreto nº 838 (Ensino Público Municipal)
Decreto nº 1.066	19 abr.1916	Dá novo Regulamento as escolas profissionais

I. A Reforma do Ensino Municipal nº. 838 de 20 de outubro de 1911

Esta Reforma do Ensino Público Municipal foi decretada pelo prefeito Bento Ribeiro, autorizado pelo Decreto nº. 1.328, do Conselho Municipal, de 12 de julho de 1911. Abrangia desde a organização da Diretoria Geral de Instrução Pública até os programas de ensino das escolas. Foi dividida em oito títulos, a saber: Da instrução pública municipal; Do Ensino; Dos alunos; Do tempo letivo, dos programas de ensino e dos exames; Do magistério; Da administração geral do ensino; Disposições Transitórias e Disposições Gerais.

De acordo com o decreto, a instrução pública seria responsável pelo ensino primário de letras e o ensino primário técnico-profissional. O ensino municipal deveria ser livre, leigo e gratuito, garantindo de liberdade e independência àqueles que desejassem construir instituições de ensino e, estabelecendo equiparação do ensino leigo particular ao ensino oficial.

Percebe-se que o legislador desejava exercer certo controle normativo sobre a diversidade de escolas isoladas, próprias deste período, pois ao mesmo tempo em que garantia liberdade à iniciativa particular, equiparava-a legalmente ao ensino oficial. Isto significava que assim, como as escolas da prefeitura, as demais também, deveriam obedecer aos mesmos preceitos legais para que pudessem funcionar.

O percentual de analfabetismo da população, as estatísticas e a frequência dos alunos foram apontados como critérios para localização, supressão e remoção de escolas. O município foi dividido em distritos constituídos por inspetorias escolares e cada distrito com, no mínimo, 25 (vinte cinco) escolas para a zona urbana e 15 (quinze) para a zona suburbana. As escolas foram classificadas em masculinas, femininas, mistas, noturnas e escolas-modelo.

Numa leitura inicial, percebe-se que a prefeitura tem como objetivo o exercício do controle público sobre sua rede de escolas, seja de oferta oficial ou oferta particular.

Apresentaremos a seguir uma ideia geral de como era organizado o ensino profissional masculino de acordo com o Decreto nº 838/1911, visto ser a Escola Visconde de Mauá, uma

escola profissional para o sexo masculino. Neste sentido, como toda legislação compreende aspectos culturais e sociais de seu tempo histórico, conhecê-la significa também compreender como a sociedade pensava esta relação entre educação e trabalho.

Sendo assim, veremos que a finalidade do ensino técnico-profissional seria: “...ministrar conhecimentos científicos e de artes e ofícios”. Em acordo, com uma forma de produção predominantemente manufatureira, a educação profissional ainda era pensada para a formação de ofícios.

As escolas seriam organizadas como externatos e divididas em escolas profissionais masculinas e femininas e escolas noturnas para os dois sexos. Quanto às escolas profissionais masculinas, objeto deste trabalho, seria ministrado em dois cursos: curso de adaptação e curso profissional.

A. O Curso de Adaptação.

Consistia num preparatório para o curso profissional. O Decreto determinava que a parte prática fosse oferecida em gabinetes e laboratórios. Seu currículo abrangia:

(a) matemática elementar; (b) física experimental, mecânica elementar, máquinas e motores; (c) noções de química geral, química industrial; (d) desenho de ornatos, desenho linear, sombras e perspectiva, desenho industrial, desenhos de máquinas e de detalhes; (e) música escrita e canto. Este currículo seria organizado em oito (8) matérias distribuídas em dois anos de estudos, sendo:

-Primeiro ano: (a) matemática elementar, aritmética, álgebra, até equações do primeiro grau, inclusive, geometria plana e estereometria; (b) física e elementos de química geral; (c) desenho de ornatos, desenho linear; (d) música e canto.

-Segundo ano: (a) máquinas e motores, calor, ótica, mecânica elementar; (b) química industrial; (c) desenho de máquinas, desenho industrial; (d) música e canto.

B. O Curso Profissional.

De acordo com este Decreto, o currículo deste curso poderia oferecer, constituindo-se em oficinas e distribuídas em três (3) anos, as seguintes formações: modelagem; gravura; pintura mural a fresco, a óleo e à cola; carpintaria; marcenaria; entalhador; ajustador; torneiro de mecânica; ferreiro limador; forja; serralheiro; fundição; eletricidade; máquinas e motores; etc.

C. Quanto à matrícula, disciplina dos alunos e exames finais.

A matrícula não poderia ser realizada em apenas um dos cursos. Para se matricular o aluno precisaria ter concluído o curso primário de letras e ter no mínimo doze (12) anos e no máximo vinte (20) anos.

As sanções disciplinares aplicáveis, segundo o Decreto, de acordo com a gravidade cometida eram: (a) notas más nos livros de aula; (b) exclusão momentânea das classes ou do campo de recreio; (c) advertência em particular; (d) advertência perante as classes; (e) privação de recreio com ou sem trabalho de escrita; (f) exclusão da escola por três a seis dias; (g) exclusão definitiva.

Os exames finais constavam de provas orais e práticas. Os exames práticos consistiam na exibição de trabalhos executados nas oficinas. O aluno não seria avaliado caso o trabalho fosse realizado fora das oficinas ou por outra pessoa. Os exames eram prestados para uma banca examinadora que avaliaria as provas em graus de 0 a 10 (zero a dez). Os alunos seriam considerados: (a) média dez (10), aprovado com distinção; (b) de nove (9) a seis (6), aprovado plenamente; (c) de cinco (5) a três (3), aprovado simplesmente, sendo reprovado com média inferior a três (3). Entretanto, o Decreto nº 838/1911 impedia a reprovação do aluno com média anual superior a oito (8). Os exames deveriam ser lavrados em ata diariamente e assinados pelos membros da banca. Ainda determinava a publicação em jornal oficial da relação dos aprovados e suas respectivas notas.

D. Do Magistério Profissional

Era composto por (a) diretores do curso de adaptação; (b) mestres gerais; (c) professores dos cursos de adaptação; (d) mestres; (e) substitutos do curso de adaptação; (f) contramestres. A seguir o Decreto enumerava as atribuições de cada um, em linhas gerais: A administração geral da escola era responsabilidade do diretor, entretanto ao mestre geral cabia a direção técnica, tendo autoridade, inclusive, para aplicação de multas e admissão de operários. O professor do curso de adaptação era responsável pelo ensino teórico e prático. O mestre era responsável pelo ensino nas oficinas. Substitutos e contramestres atuavam como auxiliares.

A Reforma do Ensino estabeleceu o tipo e o pessoal necessário para trabalhar nas escolas. No que se refere às escolas profissionais masculinas, definiu:

Administração: 01 (um) diretor; 01 (um) escriturário, servindo de almoxarife; 01 (um) porteiro e 01 (um) servente.

Para os Cursos de Adaptação e Profissional, a mesma equipe dos Institutos Profissionais, a saber:

- Curso de Adaptação: um professor de matemática elementar; um professor de física e noções de química geral; um professor de química industrial; um professor de mecânica elementar, máquinas e motores, calor, eletricidade, ótica; um professor de desenho; um professor de música e canto e três professores substitutos.

- Curso Profissional: um mestre geral; um mestre e um contramestre para cada oficina.

De acordo com a Reforma, o provimento dos cargos para o magistério profissional seria por concurso ou promoção. Contramestres e professores substitutos seriam nomeados mediante concurso. Já o mestre geral e o mestre eram nomeados pelo prefeito por promoção respectivamente, de mestres e contramestres, considerando sua capacidade técnica. Assim como, o cargo do professor do curso de adaptação era ocupado por promoção do professor substituto.

Nas disposições transitórias, o art. 158 do Decreto nº 838/1911 cria trinta (30) escolas profissionais, sendo dez (10) femininas, dez (10) masculinas e dez (10) noturnas. Entretanto, até o ano 1917, aparecem apenas as 04 escolas profissionais femininas e as 04 masculinas apresentadas no quadro sobre o orçamento do período. Não foi possível verificar nenhuma informação sobre as escolas profissionais noturnas.

II. Decreto nº 974 de 9 de julho de 1914: O Regulamento das Escolas Profissionais Masculinas

Este Regulamento só foi publicado quase três anos depois da publicação da Reforma do Ensino Municipal, ao final do mandato do General Bento Ribeiro. Diferente desta, que foi autorizada pelo Legislativo, o Regulamento é um ato do Executivo. Seus artigos estão distribuídos em nove capítulos: Do Ensino; Do tempo eletivo e da matrícula; Da Direção, do pessoal docente e administrativo; Do provimento de cargos e das substituições; Dos programas, dos exames e das exposições; Das aulas e oficinas; Da disciplina escolar; Disposições gerais e Disposições transitórias. A seguir, o Regulamento será apresentado comparativamente à Reforma.

A. finalidade do Ensino

Reforma nº 838/1911	Regulamento nº 974/1914
“... ministrar conhecimentos científicos e de artes e ofícios.” Art.1º, p. 21	“... instrução técnica necessária para o desempenho de profissões, em que possam encontrar trabalho remunerador.” Art. 1º, p.17

Nota-se que a oferta do “conhecimento para as artes e ofícios” é regulamentada pela expressão “trabalho remunerador”. Isto parece retratar uma expressão do avanço do processo de industrialização brasileira. A finalidade “trabalho remunerador” é ambígua e nela cabe tanto o trabalhador que detém as ferramentas e o produto final lhe pertence, quanto o trabalhador que vende sua força de trabalho.

B. O Currículo do Curso de Adaptação

Reforma 838/1911	Regulamento 974/1914
a) matemática elementar; b) física experimental; mecânica elementar; máquinas e motores; c) noções de química geral; química industrial; d) desenho de ornatos, desenho linear, sombras e perspectiva; desenho industrial; desenhos de máquinas e de detalhes; e) música escrita e canto.	a) matemática elementar; b) física experimental e mecânica elementar; c) noções de química geral e industrial; d) desenho a traço e a cores com aplicação de usos industriais; e) música vocal e instrumental.

A princípio não apresentou alterações significativas, com exceção dos conteúdos de desenho, disciplina fundamental para o ensino de ofícios. No Regulamento 974/1914 nota-se a intenção de direcionar o conteúdo desta disciplina diretamente para a necessidade das indústrias.

C. As Oficinas do Curso Profissional

Reforma 838/1911	Regulamento 974/1914
Modelagem; gravura; pintura mural a fresco, a óleo e à cola; carpintaria; marcenaria; entalhador; ajustador; torneiro de mecânica; ferreiro limador; forja; serralheiro; fundição; eletricidade; máquinas e motores; etc.	f) Oficina de marceneiro; g) Dita de entalhador; h) Dita de torneiro; i) Dita de torneiro mecânico; j) Dita de funileiro; k) Dita de tipógrafo; l) Dita de encadernado.

Através do Regulamento, as escolas profissionais ofereceriam menos ofícios do que os estabelecidos na Reforma, distinguindo entre oficina de marcenaria e os demais que são apresentados como ditas, não sendo possível apontar o significado desta diferença.

D. Quanto à matrícula, disciplina dos alunos e exame final

	Reforma 838/1911	Regulamento 974/1914
Matrícula	- ter no mínimo doze (12) anos e no máximo vinte (20) anos; - o aluno precisaria ter concluído o curso primário de letras; - não poderia ser realizada em apenas um dos cursos;	- ter no mínimo doze (12) anos e no máximo vinte (20) anos. - certidão do exame final do curso primário ou habilitação em exame de admissão; - o curso de adaptação era obrigatório
Disciplina	(a) notas más nos livros de aula; (b) exclusão momentânea das classes ou do campo de recreio; (c) advertência em particular; (d) advertência perante as classes; (e) privação de recreio com ou sem trabalho de escrita; (f) exclusão da escola por três a seis dias; (g) exclusão definitiva.	Não há alterações quanto às penas, mas determina-se que a pena (f) só pode ser aplicada pelo diretor da escola e a (g) pelo Diretor Geral.
Exames	a) média dez (10) aprovado com distinção; b) de nove (9) a seis (6) aprovado plenamente; c) de cinco (5) a três (3) aprovado simplesmente, d) reprovado com média inferior a três (3).	Não há alterações

Observa-se que o Regulamento flexibilizou a exigência da conclusão do curso primário de letras. Desta forma, podemos inferir que havia uma demanda para o ingresso na escola profissional, de meninos entre 12 e 20 anos que apesar de alfabetizados, não concluíam a escolarização primária.

E. Quanto aos trabalhos nas oficinas

Aparece a questão vocacional, garantindo a possibilidade de experimentação das oficinas até que o aluno escolhesse “... de acordo com sua vocação...” (p.18). A discriminação também aparece nas letras da lei através da exclusão de “... quem tiver defeito físico que iniba de exercer profissão industrial”. (art.3º, §3º, p. 18)

O Regulamento nº 974/1914 trouxe outras novidades: o Capítulo V foi dedicado aos programas, exames e exposições. Observa-se que a “exposição de trabalhos” tornou-se um requisito de destaque, sendo inclusive, regulamentada pelo art. 27: “... Haverá anualmente em cada escola uma exposição de trabalhos. De cada trabalho, que for vendido durante o ano e que, pela sua perfeição mereça ser exposto, far-se-á imediatamente, para esse fim, segundo exemplar”.

Também se destaca o Capítulo VI – Das aulas e oficinas. Neste capítulo percebe-se a intenção da Prefeitura de exercer um controle direto sobre as atividades de formação desenvolvidas nas oficinas da escola. Os artigos deste capítulo dissertam sobre a criação e supressão de novas aulas e oficinas (artigos 29 e 30); a exigência de três oficinas montadas para a inauguração da escola (art. 31); o fornecimento de livros aos alunos (art. 32); o controle de ferramentas e materiais e dos trabalhos desenvolvidos nas oficinas (art. 33); os dois tipos de trabalho que poderiam ser realizados nas oficinas, de aprendizado e de completa execução (art.34); a conservação e limpeza das oficinas (art. 35) e o uso de uniformes (art. 36).

De acordo com o Regulamento nº 974 (art. 34, p.22), os trabalhos de “completa execução” eram feitos para o público ou para a Prefeitura, por encomenda. Os orçamentos eram preparados pelos mestres e aprovados pelo diretor da escola. Do seu valor eram debitadas as despesas com os materiais e o restante era dividido da seguinte forma: 30% eram da Prefeitura, 60% para os alunos que participaram da execução e 10% para o mestre.

F. Quanto ao Magistério Profissional e sua remuneração

Com a comparação abaixo se observou uma significativa diminuição do quadro docente, enquanto o quadro administrativo ganhou outros cargos. O Regulamento não fez referência ao cargo de mestre geral e suas atribuições.

	Reforma nº 838/1911	Regulamento 974/1914 (Cap. III, p. 19)
Administrativo	(1) Diretor (1)Escriturário, servindo de almoxarife (1) Porteiro (1) Servente	(1) Diretor; (1) Escriturário-almoxarife (2) Inspetores (1) Porteiro (1) Contínuo (2) Serventes
Docente	(1)mestre geral (1)mestre/oficina (1)contramestre/oficina (1)prof. de matemática elementar (1)prof. de física e noções de química geral (1)prof. de química industrial (1)prof. de mecânica elementar, máquinas e motores, calor, eletricidade, ótica (1)professor de desenho (1)professor de música e canto (3)professores substitutos	(1)mestre/oficina (1) contramestres/oficina* (1)professor e (1) substituto de desenho (1)professor de música (1)professor de matemática elementar (1)professor de física e mecânica elementar (1)professor de química geral e industrial *a cada 30 alunos.

III. Decreto nº 981 de 2 de setembro de 1914: A Reforma da Reforma

Este Decreto, autorizado pelo legislativo, foi assinado pelo Prefeito Bento Ribeiro, ao final de seu mandato. Constituindo-se na nova *Lei do Ensino Público Municipal* através da modificação da Reforma nº 838/1911. Sua estrutura organizacional estabeleceu os seguintes títulos: I. Da instrução pública municipal; II. Dos alunos; III. Do tempo letivo, dos programas de ensino e dos exames; IV. Do magistério; V. Da administração geral do ensino; VI. Disposições gerais e transitórias.

Comparando-se as duas Reformas, nº 838/1911 e nº 981/1914, constatou-se que, no geral, o teor e a redação dos artigos permaneceram iguais. As exceções mais importantes observadas foram: a absorção do Ensino Normal pela Instrução Pública Municipal e a exigência do diploma da Escola Normal do Distrito Federal para provimento dos cargos na carreira do magistério público (art. 92, art.93 §1º, art. 96); a supressão dos artigos 3º e 4º do Decreto nº 838/1911, que se referiam à permissão para criar e dirigir instituições escolares e a equiparação legal do ensino particular ao oficial; a supressão da oferta do ensino em escolas modelos e todos os artigos referentes a este tipo de escola que existiam no Decreto nº 838/1911.

Uma observação interessante é que o Decreto nº 981/1914 exigia a imediata investigação da Diretoria da Instrução Pública nas escolas que apresentassem quedas exageradas na frequência de alunos. O art. 8º, § 1º afirmava:

Toda a vez, porém, que a frequência de qualquer escola anteriormente bem frequentada descer sensivelmente durante seis meses consecutivos ou chegarem ao conhecimento do diretor geral de instrução pública queixas ou reclamações sobre o funcionamento de alguma escola, o mesmo diretor geral mandará imediatamente proceder a rigorosa sindicância ou inquérito entre os moradores na localidade a que servir essa escola, a fim de conhecer os motivos da redução da frequência ou verificar a procedência da reclamação (PREFEITURA, Boletins, set. 1914, p.36).

Considerando que toda legislação envolve relações políticas e negociações de interesses diversos, é possível supor que existia um grau de insatisfação da população com a oferta do ensino público, a ponto de garantir um artigo obrigando averiguar as reclamações.

Quanto ao ensino técnico-profissional, a nova *Lei do Ensino Público Municipal* não apresentou modificações significativas.

IV. Decreto nº 1.066 de 19 de abril de 1916: O Novo Regulamento das Escolas Profissionais

Este último Decreto a ser analisado foi assinado pelo Prefeito Rivadavia da Cunha Corrêa³⁰, em 19 de abril de 1916. O novo regulamento não se limitou às escolas profissionais masculinas, mas a todo o ensino técnico-profissional. Foi estruturado em onze capítulos, a saber: I. Do Ensino Profissional – Escolas Profissionais; II. Das Escolas de Aperfeiçoamento; III. Os Institutos Profissionais; IV. Do Pessoal Docente e Administrativo; V. Provimento dos Cargos, Substituições; VI. Das aulas e oficinas; VII. Da Disciplina Escolar; VIII. Dos Exames, Certificados, Recompensas; IX. Das Caixas Escolares; X. Patrimônio; XI. Da Biblioteca e Museu; XII. Das Disposições Gerais e Transitórias e ao final, em anexo, uma Tabela de Vencimentos.

O art.1º do Decreto nº 1066/1916 manteve a mesma finalidade do Regulamento 974/1914. No art.2º ficou estabelecido que o ensino profissional mantido pela Prefeitura fosse ministrado em (a) escolas profissionais; (b) escolas de aperfeiçoamento e (c) institutos profissionais. Os Cursos de Adaptação e Profissional foram mantidos pelo art.4º do Regulamento. O artigo 10 organiza as oficinas das escolas em seções, sendo doze as seções nas escolas profissionais masculinas: (a) madeira; (b) metal; (c) folha de metal; (d) couro; (e) livro; (f) pintura e trabalhos de estuque; (g) pedra, tijolo e cimento; (h) tecelagem e fiação; (i) pequena mecânica de precisão aplicada a trabalhos preciosos; ourivesaria, relojoaria, aparelhos científicos de ótica e acústica, balanças, etc.; (j) eletrotécnica; (k) agrícola; (l) palha, vime e bambus. Outra mudança foi na idade para a matrícula nas escolas profissionais diurnas, que passou para maior de 13 e menor de 21 anos. A duração completa do curso foi estabelecida entre 1 (um) a 5 (cinco) anos, de acordo com a seção que o aluno escolhesse e em cada seção, haveria três programas de ensino técnico: (a) tecnologia; (b) desenho industrial; (c) exercícios sistemáticos, metódicos e progressivos de aprendizagem.

Bem mais abrangente e detalhado, este Regulamento apresentava com clareza, a aproximação “escola-fábrica”, tanto pelo convencimento do patronato sobre a importância de liberar o operário para os estudos, quanto pela apresentação do aluno-aprendiz ao “mundo da fábrica”. Como exemplo, podemos citar a orientação prevista para que o sábado fosse reservado para visitas de alunos guiadas pelo mestre a uma oficina modelo ou um estabelecimento fabril. As Escolas de Aperfeiçoamento são o melhor exemplo: “... destinadas

³⁰ Sucedeu o General Bento Ribeiro na prefeitura do Distrito Federal, de 16.11.1914 a 06.05.1916, nomeado pelo então Presidente Wenceslau Brás.

exclusivamente aos adolescentes do sexo masculino, empregados na indústria ou no comércio, e que queiram aperfeiçoar os seus conhecimentos profissionais” (art. 19, p.9).

O Regulamento também estabelecia que o diretor da escola entrasse em entendimento com os “... gerentes das fábricas, chefes de oficinas e patrões...” para unir o ensino teórico da escola e a prática realizada no local de trabalho. Incumbia o inspetor de ensino técnico de visitar “... as casas comerciais, oficinas particulares e fábricas situadas na vizinhança...” da escola de aperfeiçoamento para aconselhar os patrões a permitirem que os empregados adolescentes se matriculassem sem perdas salariais (art. 26-27, p.10).

No capítulo VI, sobre as aulas e oficinas, a mudança de destaque foi sobre a distribuição dos valores da venda dos trabalhos realizados por encomendas nas oficinas. Ficou instituído o percentual de 30% para o patrimônio da escola e 70% para os alunos, sendo deste valor, 10% destinado à caixa escolar, 10% em dinheiro para os alunos e 50% eram entregues aos pais dos alunos. (art. 74 §VI, p. 16)

Quanto à disciplina escolar, as punições continuaram as mesmas, entretanto, a novidade ficou por conta da recomendação para que a atitude fosse “... de preferência pelo conselho, pela admoestação amistosa...” (art.77, p. 16)

Chama a atenção a inclusão do Capítulo XI, Biblioteca e Museu. Segundo este capítulo, cada unidade de ensino profissional teria uma biblioteca e um museu com peças que pudessem interessar “... a educação profissional dos alunos, como, por exemplo, amostras de madeiras de qualidades diferentes, de materiais de construção, álbuns com fotografias...”. (art. 108, p. 18).

Procuramos neste item apresentar aspectos gerais sobre a legislação do Ensino Público Municipal do Distrito Federal na década de 1910, com destaque para o ensino profissional. Através das alterações na legislação, pode-se perceber que existia uma preocupação e uma mobilização, tanto do Executivo quanto do Legislativo da Municipalidade para adequar este ensino às mudanças sociais e econômicas vividas no então Distrito Federal.

É importante considerar que a finalidade da escola era oferecer ofícios que possibilitassem ao aluno conseguir “trabalho remunerador”. Esta proposta estava consonante com a finalidade deste ensino para o período estudado, visto que a separação entre o trabalhador e o produto do seu trabalho ainda não se consolidara e só alguns anos depois seria hegemônica com o predomínio da produção industrial. No entanto, já se percebe uma iniciativa clara de aproximação entre escola-fábrica, principalmente a partir do Decreto nº 1.066/1916.

A publicação de duas Reformas sobre o Ensino Público Municipal (nº 838/1911 e nº 974/1914) e dois Regulamentos sobre o Ensino Profissional (nº 981/1914 e nº 1.066/1916) no curto período de cinco anos; a rede de escolas que atingia os bairros mais distantes, como Guaratiba e Santa Cruz; os orçamentos anuais com valores previstos para a educação que comprometiam aproximadamente, $\frac{1}{4}$ do orçamento total são informações que demonstram haver uma intensa mobilização social e política no Distrito Federal, em torno da escolarização anterior à década de 1920. Isto explica os resultados apresentados pelo Recenseamento desse ano.

Neste primeiro capítulo, procuramos apresentar de forma generalizada o contexto histórico que se inseria a Escola Profissional Visconde de Mauá, objeto desta dissertação. Para tanto, foi importante compreender que esta escola foi construída como parte do projeto de construção de vilas proletárias, implementado pelo Presidente Hermes, atendendo uma demanda social da classe operária, base de apoio do seu governo. Não podemos desconsiderar, que o debate sobre escolarização dos filhos da classe trabalhadora, não era exclusividade de políticos, pensadores educacionais e autoridades públicas. Crescia entre os próprios trabalhadores e suas organizações, inclusive com importante contribuição dos anarquistas, a importância da educação e da escola. Daí, que a Escola Visconde de Mauá, desde seu nascedouro, pode ser considerada uma conquista desta classe, assim como também foi considerada a própria construção da Vila Proletária Marechal Hermes.

Acreditamos que, tenha contribuído definitivamente para a manutenção da identidade de origem, este pertencimento à memória da classe trabalhadora, inviabilizando sua descaracterização, fato que não se deu com as demais escolas fundadas neste momento.

Constatamos também que o Distrito Federal, já contava com um número significativo de escolas isoladas espalhadas pelo município, que apesar das críticas que receberam em períodos posteriores, apresentava-se nas estatísticas da época, como responsável pela escolarização da infância, conseguindo, em comparação com os demais estados, resultados positivos. Isto se refletia também nas diversas legislações que foram sancionadas no período, com certeza fruto das demandas de uma sociedade que iniciava o processo de desenvolvimento fabril, numa economia que ainda era predominante a produção manufatureira.

Dr. Orlando era um homem desse tempo histórico, antes de assumir a direção da escola, viveu experiências que foram determinantes na sua atuação como diretor da Escola Profissional Visconde de Mauá.

CAPÍTULO 2



Dr. Orlando

E se escrevo como penso e sinto, arrostando a fúria dos poderosos e até provocando-a, não é que me sinta garantido nas leis que instituíram a liberdade de imprensa, que esta os factos o tem demonstrado, nada vale entre nós; mas porque considero forte o meu pulso para sustentar o que a minha pena escrever em desafronta e em defesa da sociedade (Orlando Corrêa Lopes).

CAPÍTULO 2. ENTRE A PENA E A CARABINA: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ORLANDO CORRÊA LOPES

Este capítulo será dedicado à trajetória de Orlando Corrêa Lopes até o momento em que assumiu a direção da Escola Profissional Visconde de Mauá. Pesquisar a história de alguma instituição escolar é, também, estudar a trajetória de seus sujeitos. Estas histórias formam redes que interagem e se cruzam ao longo de suas existências. Sendo assim, pesquisar a primeira década da escola, significa estudar também a gestão de seu primeiro diretor, Orlando Corrêa Lopes (1916 - 1927).

Mas quem foi Orlando Corrêa Lopes? Que ideias e experiências anteriores influenciaram sua gestão neste período inicial da escola? Quem era este homem que se mudou em 1916, com mulher e filhos para a Vila Proletária Marechal Hermes?

Para analisar o papel da gestão de Orlando Corrêa Lopes na institucionalização da Escola Profissional Visconde de Mauá foi necessário voltar um pouco mais no tempo, para conhecer suas experiências vividas anteriormente à escola, responsáveis pela sua formação política e pessoal, pelos seus pensamentos e suas características como gestor escolar.

De acordo com E. P. Thompson (1981, p. 15), “... a experiência é uma categoria indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados...”. Com base nesta concepção, entende-se que Dr. Orlando viveu diversas experiências que lhe constituíram uma consciência social, que não podem ser desprezadas em nossa análise historiográfica. A omissão dessa trajetória anterior comprometeria a análise de sua atuação como diretor da escola. Sendo assim, procuro neste capítulo apresentar esse personagem polêmico e ativista que as pesquisas realizadas demonstraram estar à frente da escola, exercendo uma liderança fundamental para a institucionalização desta.

Existem muitas lacunas na trajetória de vida do Dr. Orlando. Não há uma biografia escrita sobre ele e as poucas informações foram retiradas de Edgar Rodrigues (1997), João Batista Marçal (1995, 2008) e do jornalista Milton Lopes (2010). De acordo com estes autores, Orlando era gaúcho de Itaqui, engenheiro por formação, jornalista de carreira e tornou-se anarquista no Rio de Janeiro, a partir de 1912. Liderou a Expedição dos Poetas, formada por um grupo de intelectuais que invadiram o Acre para expulsar os bolivianos e anexar o Acre ao Brasil. No Rio de Janeiro, foi redator chefe do *Correio da Noite* (1907-1912) e escreveu no diário *A Epoca* (1912).

Como militante anarquista escreveu em diversas publicações anarquistas: *A Vida* (1914-1915), *Na Barricada* (1915-1916), *O Germinal do Rio* (1919) e na *Revista Liberal* (1922-1923). Foi um dos criadores, em abril de 1913, do Centro de Estudos Sociais, que reunia anarquistas. Organizou o *Congresso Anarquista Sul-americano* em 1915.

Segundo Edgar Rodrigues (1997, p.172) ele participou de comícios, congressos operários e anarquistas, desenvolveu forte campanha contra a Primeira Guerra e atuou em associações de ofícios. Também divulgava as obras de Kropotkin, Jean Grave, Sebastian Faure, Agustin Hanon, Cristiano Cornelissem, Elisée Reclus, Charles Albert, Alfredo Naquet, Neno Vasco, Adolfo Lima, entre outros.

João Batista Marçal (1995, p.102) afirma que “... Orlando teve nome em todo o país pela sua militância no movimento anarquista [...] Seus artigos eram publicados em diversos jornais, inclusive em *A Plebe*, órgão fundado em São Paulo por Edgar Leuenroth, em 1917.”.

No Arquivo Nacional encontram-se os proclamas do seu casamento com as seguintes informações:

Orlando Corrêa Lopes, brasileiro, natural do estado do Rio Grande do Sul, solteiro com 29 anos de idade, engenheiro civil, filho legítimo de Belisario Lopes da Silva, já falecido no mesmo estado e de Dona Antonia Corrêa da Silva; e Carolina de Castro, brasileira, natural desta Capital, com 22 anos de idade [...] querendo casar-se, vêm requerer à V. S. que se digne mandar passar os editaes [...]. [sic] Capital Federal 15 de abril de 1902.

Na cópia de sua certidão de batismo na Matriz de São Borja, encontrada em anexo, consta 6 de setembro de 1872 como sua data de nascimento.

Além das fontes citadas, este capítulo traz como fonte privilegiada, os periódicos digitalizados da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional³¹. Através destes, uma grande quantidade de informação se abre ao historiador. Estes impressos permitiram acompanhar a escolarização de Orlando Corrêa Lopes, atuação profissional, detalhes de sua família, participação política, seus artigos em jornais diários, os temas de sua preferência, a defesa e propaganda do anarquismo, suas ideias e aspectos de seu pensamento, entre outros assuntos.

Vieira (2007) em artigo publicado sobre a importância do jornal como fonte e objeto de pesquisa afirma que:

A imprensa permite uma ampla visada da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de

³¹ <<http://hemerotecadigital.bn.br/>> Através deste endereço eletrônico é possível acessar os periódicos digitalizados da Biblioteca Nacional. As pesquisas podem ser realizadas por periódico, por período ou por local.

mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e experiências sociais. (VIEIRA, 2007, p. 13).

Neste aspecto, a leitura dessas fontes jornalísticas possibilitou acompanhar as diferentes experiências vividas por Dr. Orlando e o contato direto com sua escrita permitiu perceber como essas experiências foram sendo determinantes para mudanças em seu pensamento. Como argumenta Thompson (1981, p. 16), a experiência “... propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados”.

2.1. Princípios Republicanos: a educação dos irmãos Corrêa Lopes

A informação mais antiga localizada nas pesquisas refere-se à formação primária e secundária de Orlando Corrêa Lopes no *Instituto Brasileiro*, em 1887³². Aos 15 anos, seu nome constava na relação das aprovações do resultado dos exames prestados perante a Delegacia Especial da Instrução Pública de Porto Alegre. O Instituto Brasileiro era um estabelecimento de ensino particular de cunho racionalista, fundado e dirigido por Apolinário Porto-Alegre³³ que atacava a educação tradicional, abolindo o castigo corporal e reformando os programas de estudo, como pode ser verificado no currículo da escola: Português, Latim, Francês, Geografia, Inglês, Retórica, Filosofia, História, Aritmética, Álgebra e Geometria. Apolinário era republicano convicto, ativo propagandista da república.

Outros nomes da família Corrêa Lopes apareceram entre os aprovados nos exames: Antonio Corrêa Lopes, Tito Corrêa Lopes e José Corrêa Lopes, irmãos de Orlando, caracterizando a opção familiar por uma formação identificada com valores republicanos. Isto significa que desde a infância, ele esteve inserido em espaços sociais e culturais por onde circulavam valores republicanos e estes eram experimentados também através das relações familiares e pessoais. Assim, como afirma Thompson (1981), as pessoas vivem suas experiências também como sentimentos e, sua compreensão acontece a partir de determinado

³² INSTITUTO Brasileiro: Aprovações de 1887. **A Federação**: orgam do Partido Republicano, Porto Alegre, p. 3, 25 jan. 1888. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&PagFis=4115>> Acesso em: 2 jan. 2013.

³³ Informações sobre Apolinário Porto Alegre em <<http://www.paginadogauch.com.br/escr/apa.htm>>; <<http://pepinomconversa.blogspot.com.br/2012/03/chute-na-estante-apolinario-porto.html>> e <http://lealevalerosa.blogspot.com.br/2012/03/porto-alegre-em-montagem_9753.html>. Acesso em: 2 jan. 2013.

contexto cultural, por onde se desenvolve o que o historiador denomina de consciência afetiva e moral.

Entre as dezenas de propagandas do Instituto Brasileiro publicadas no jornal *A Federação: órgão do Partido Republicano*, encontramos a seguinte nota³⁴:

[...] foi hontem installado o Club Litterario Democratico Vinte de Setembro. Tem por fim a nova sociedade propagar as ideas republicanas e trabalhar em prol da litteratura nacional [...] Solemnizando a fundação, o Club Democratico Vinte de Setembro fez um passeio por algumas ruas da cidade, precedido da banda de musica dos alumnos do Instituto Brasileiro, dirigido pelo nosso co-religionario político Apolinario Porto Alegre. [sic] (CLUB DEMOCRATICO, 1885, p. 2).

A pequena notícia indica que os princípios republicanos orientadores do ensino oferecido na instituição escolar que formou Orlando, não se limitavam aos muros da escola, mas também envolviam os alunos em atividades extraclasses.

Neste aspecto, Bertucci, Faria Filho e Taborda de Oliveira (2010, p. 47) ao estudarem as contribuições de Thompson para a história do processo de escolarização, argumentam que “... a escola exerce, simultaneamente, uma intensa atividade de apropriação, reorganização, desestruturação e desqualificação em relação às formas anteriores de produção cultural...”.

Partindo desta compreensão, podemos inferir que o Instituto Brasileiro deixou suas marcas na formação cultural dessa geração escolarizada com ideário republicano que se identificava com o progresso em contraposição à monarquia, identificada com o atraso político-social do Brasil.

Neste ponto, cabe debater outra importante categoria usada por E. P. Thompson: cultura. Para o autor (2008, p. 17), cultura e experiência humana estão relacionadas, já que homens e mulheres tratam suas experiências e concepções na cultura em que estão inseridos, mesmo que este conceito não seja homogêneo e isento de conflitos como ele alerta dizendo que “... o próprio termo ‘cultura’, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto”.

Assim, após completar sua escolarização primária e secundária, reencontramos os irmãos Orlando e Tito Corrêa Lopes na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, cursando

³⁴ CLUB Democratico. **A Federação**: organo do Partido Republicano, Porto Alegre, p. 2, 21 set. 1885. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&PagFis=1894> > Acesso em: 2 jan. 2013.

engenharia em 1892. De acordo com o *Diário do Comércio* de 6 abr. 1892³⁵, seria dado neste dia, ponto para prova oral para Orlando (1ª cadeira do 1º ano) e para Tito (2ª cadeira do 2º ano). Segundo verbete da Rede de Memória Virtual Brasileira, “... desde a época da Escola Central até o primeiro quartel do século XX, o Positivismo de Augusto Comte exerceu influência nos ensinamentos da Escola Polytechnica³⁶” [sic].

Durante a Revolta da Armada de 6 de setembro de 1893, no periódico *O Tempo* de 20 dez. 1893³⁷, foi possível constatar que os jovens irmãos Corrêa Lopes não negaram a formação republicana aprendida no Instituto de Apolinário e consolidada na Escola Politécnica, quando acreditaram ser necessário pegar em armas para defender a República recém-proclamada. Neste dia, encontra-se a seguinte publicação reproduzida em parte:

Pelo batalhão Benjamin Constant, há pouco organizado para defender a santa causa da República, foi hontem distribuído o boletim abaixo, verdadeiro brado de avante, partido da entusiastica e valente mocidade brasileira, que, sempre leal e heroica, corre a tomar postos para defender as instituições que nos regem:

“Aos patriotas – A comissão abaixo assignada dirigi-se aquelles que ainda sentem vibrar a fibra do entusiasmo pela Republica. É um apello aos patriotas, aquelles que ainda não desceram dos destinos gloriosos da pátria. Cidadãos, o momento é de agir. A bandeira monarchica desfralda-se aos ventos da insurreição! É preciso que o estandarte glorioso da Republica tremule sustentado pelo braço da mocidade! [...] A nós, mocidade, cabe a invejável ventura de derramar o sangue neste momento decisivo. Nosso apello não será em vão. Ainda há muita dedicação e muita esperança ao serviço da pátria. Cidadãos, a nós que ajudamos a fundar a República cabe o papel de defendel-a: Salvemol-a, ou tombemos com ella envoltos em seu glorioso pavilhão! Viva a República! Capital Federal, 18 de dezembro de 1893. A comissão: Tito Corrêa Lopes – Pardo Santayana – Orlando Lopes – Oscar Corrêa – João Nazareth [sic] (A REVOLTA, 1893, p.1).

A disposição de luta de jovens como os irmãos Corrêa Lopes e seus companheiros, nos remete a compreensão de Thompson quanto ao papel da “educação formal [como] motor de aceleração (e do distanciamento) cultural [no] processo de transmissão de geração para geração” (2008, p. 18). É pertinente reafirmar o papel exercido pelas duas instituições educacionais sobre uma parcela da nova geração que vivenciou a transição entre monarquia e

³⁵ ESCOLA Polytechnica. *Diário do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 2, 6 abr. 1892. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=248070&PagFis=5419>> Acesso em: 2 jan. 2013.

³⁶ MOREIRA, Heloi J. F. *A Escola Politécnica da UFRJ*. Rede da Memória Virtual brasileira. Disponível em <<http://bndigital.bn.br/redememoria/poli.html>> Acesso em 2 jan. 2013.

³⁷ A REVOLTA. *O Tempo*. Rio de Janeiro, p.1, 20 dez. 1893. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218731&PagFis=3393>> Acesso em: 2 jan. 2013.

república no Brasil. Não é difícil imaginar os debates calorosos, o caldeirão de ideias, as leituras de filósofos e autores positivistas entre esses jovens, alimentando suas reflexões sobre as mudanças e contradições que experimentavam neste início da nova República Brasileira.

2.2. Oligarquia e luta armada: a experiência no estado do Amazonas

Seguindo os passos do engenheiro civil Orlando Corrêa Lopes, vamos descobri-lo novamente na publicação do *Diário Oficial do Estado do Amazonas* em 5 out. 1897, numa lista de engenheiros e agrimensores que estão autorizados a realizar medições e demarcações de terras neste estado. Ao longo do ano de 1898, Orlando trabalhou, designado pelo Secretário de Negócios, medindo e demarcando lotes de terras às margens dos rios Envira e Juruá, conforme os editais publicados para tal. Em outubro deste ano, outra publicação apresentava a lista dos engenheiros e agrimensores que tinham carta registrada na Diretoria de Terras Públicas do Amazonas³⁸.

Por que o engenheiro recém-formado não retornou ao seu estado natal ou se estabeleceu na capital federal? Porque se mudou para a região norte do país? Por oportunidades de trabalho? Por relações políticas ou pessoais? Não temos respostas para estas questões, mas é fato que as experiências no Amazonas marcaram definitivamente a trajetória de vida e o pensamento político de Orlando Corrêa Lopes. Neste estado, Dr. Orlando viveu experiências contraditórias com a “santa causa da República” e suas instituições. Engajou-se na Revolução Acreana liderando um grupo de voluntários e tomou consciência da corrupção, dos abusos de poder e da violência nos governos oligárquicos do Amazonas, constatando que a República também tinha seus “malfeitores”.

³⁸ AMAZONAS (Estado). Lista dos engenheiros e agrimensores que estão autorizados a fazerem medições e demarcações de terras neste Estado. **Diário Oficial [do] Estado do Amazonas**. Diretoria de Terras. Manaus, 5 out. 1897. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028843&PagFis=8598>> Acesso em 3 jan. 2013

AMAZONAS (Estado). Editais: Demarcações de Terras. **Diário Oficial [do] Estado do Amazonas**. Diretoria de Terras. Manaus, 18 mai. 1898, 19 mai. 1898, 21 mai. 1898. Disponíveis em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028843&PagFis=10507>>; <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028843&PagFis=10513>>e<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028843&PagFis=10530>> Acesso em 3 jan. 1898.

AMAZONAS (Estado). Lista dos engenheiros e agrimensores que têm cartas registradas na Diretoria de Terras Públicas. **Diário Oficial [do] Estado do Amazonas**. Diretoria de Terras. Manaus, 2 out. 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028843&PagFis=11459>> Acesso em: 3 jan. 2013

A demarcação de terras no estado do Amazonas em pleno ‘Ciclo da Borracha’ não deveria ser uma atividade muito honesta e segura. Uma matéria publicada no jornal do *Comércio do Amazonas*, em 30 ago. 1899, denunciava o enriquecimento ilícito de profissionais responsáveis por demarcação de terras no estado. Outra matéria assinada por comerciantes publicada no jornal do Partido Republicano, *A Federação*, em 31 out. 1898 afirmava que ‘... a brecha por onde penetraram os vulgares exploradores do interesse foi, e continua a ser, a demarcação de terras devolutas...’³⁹

Durante o ano de 1899 não localizamos o paradeiro do Dr. Orlando, mas acreditamos que as experiências como engenheiro na Diretoria de Terras não tenham sido das melhores, pois em janeiro de 1900 sua entrada foi proibida na Secretaria de Indústrias e em março do mesmo ano, o Secretário de Negócios da Indústria, em nome do governador, o proíbe de demarcar terras no Amazonas por um ano⁴⁰.

Estes episódios foram compreendidos após leitura de duas publicações no jornal *Quo Vadis?* onde foi reproduzido o discurso do Sr. Costa Azevedo durante a 117ª sessão do Senado Federal⁴¹. Nesta sessão, ao denunciar as barbaridades nas administrações do estado do Amazonas, este senador apresenta, entre outros documentos, um panfleto intitulado ‘*A atual Administração do Amazonas pelo engenheiro civil Orlando Corrêa Lopes*’, datado de 21 mar. 1901.

O autor do artigo denunciava que tentou publicá-lo na *A Federação*, confiando na palavra do proprietário do jornal, pagou os quatrocentos mil réis cobrados. Retornando no outro dia, foi informado que o artigo estava nas mãos do governador para ser avaliado e dias depois foi informado que o governador exigia mais seiscentos mil réis pela publicação.

³⁹ EU e o João Miguel Ribas. **Comércio do Amazonas**. Manaus, p. 3, 30 ago. 1899. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=301337&PagFis=1677>> Acesso em 3 jan. 2013. TERRAS Devolutas: O direito conculcado. **A Federação**. Manaus, p. 3, 31 out. 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=223573&PagFis=451>> Acesso em: 3 jan. 2013.

⁴⁰ AMAZONAS (Estado). Portaria nº 197. **Diário Oficial [do] Estado do Amazonas**. Secretarias de Estado: Indústria. Manaus, 17 jan. 1900. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028843&PagFis=13918>> Acesso em: 3 jan. 2013. AMAZONAS (Estado). Portaria nº 332. **Diário Oficial [do] Estado do Amazonas**. Secretarias de Estado: Indústria. Manaus, 31 mar. 1900. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028843&PagFis=14396>> Acesso em: 3 jan. 2013.

⁴¹ SENADO Federal, 117ª sessão em 4 de novembro de 1903. **Quo Vadis?** Orgam de interesses populares. Manaus, p. 1-2, 9-10 dez. 1903. O jornal publicou em duas edições, o discurso do senador José da Costa Azevedo, Barão de Ladário, denunciando as irregularidades nos governos do Amazonas, que reproduzia integralmente o artigo de Orlando Corrêa Lopes sobre os governos do Amazonas. Disponíveis em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=363154&PagFis=911>> e <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=363154&PagFis=914>> Acesso em: 4 jan. 2013.

Impossibilitado de dispor de mais dinheiro, Dr. Orlando optou pela publicação independente. Reproduzimos a seguir alguns trechos do artigo que iniciou afirmando não ter mais nada a perder:

[...] tenho sopitado os meus sentimentos a respeito da administração do Sr. Silverio José Nery, cuja tutela só agora pude libertar-me e da qual vou fazer a necessária apreciação em público, porque já não tenho medo que s. exc., por um dos tantos actos despóticos inherentes às administrações deste Estado, mande novamente prohibir a minha entrada nas repartições publicas e prorogue por mais um ou dois annos a pena a que fui condemnado pelo seu digno antecessor e por s. exc. mantida. Não tenho mais autos de terras dependentes de qualquer despacho, o que quer dizer que o prejuízo, que possa haver na perseguição de que naturalmente serei victima, só a mim attingirá e isto me consola, porque serei o primeiro a relatar o que todos sabem, mas o que ninguém teve ainda a coragem de dizer. [sic] (SENADO Federal..., 1903, p.1).

Demonstrando a influência da educação positivista no seu pensamento, iniciou as acusações ao governador apontando sua falta de conhecimento para o exercício do cargo. Escreveu: “... não tendes preparo algum, nem scientifico, nem philosophico, não tendes ardor social que vos faça abraçar um programma político de idéas alevantadas...” [sic] (ibid., p. 1).

Em outro trecho do artigo, admitiu a decepção e ao mesmo tempo cobrou dos governantes o compromisso com a república idealizada em comparação com a monarquia omissa aos problemas cotidianos do povo:

Veja bem que fui suspenso de minhas funcções de engenheiro civil, no regimen republicano já, e este não se confunde com o governo monarchico que o chefe de governo é irresponsável [sic] (SENADO Federal..., 1903, p.2).

O articulista seguiu relatando as improbidades administrativas que tinha conhecimento, inclusive acusando-o de envolvimento no assassinato do ex-governador Eduardo Ribeiro, o ‘Pensador’. Concluía as denúncias com o fato do próprio governador ter se aproveitado desta posição para aprovar as demarcações de terras feitas por ele mesmo enquanto era agrimensor do estado do Amazonas. Afirmou “... De modo que o Sr. Nery funcionou nos autos como parte e como juiz, approvando o seu próprio trabalho” [sic]. (ibidem, p.2).

Neste momento, percebemos o engenheiro civil Orlando Corrêa Lopes, um homem determinado reivindicando sua honestidade e convicção de ideias, frutos de uma sólida formação anterior que o impediam de ser cooptado pelo enriquecimento ilícito:

[...]quem vos falla o póde fazer, porque, si alguma cousa tem ganho neste Estado, é tudo producto do seu trabalho, apezar das perseguições que tem soffrido desde que aqui chegou até agora, promovidas pelas administrações do Amazonas. Quem vos falla não veiu desmamar-se aqui: já tinha, quando

aqui chegou, o seu tirocínio profissional e político, o que bastava para não se deixar illudir com os milhões amazônicos e para fazer uma idéa clara do mundo, da sociedade e dos homens. [sic] (SENADO Federal..., 1903, p.1).

Cabe aqui, uma reflexão sobre estas experiências marcantes na vida de Orlando com base nos ensinamentos de Thompson (1981). Para ele, os valores e necessidades materiais devem ser pensados dentro de “um terreno de contradição”, mas nem por isso devem ser analisados numa perspectiva de relativismo moral ou cultural. O autor afirma que os valores são escolhas de homens e mulheres, aprendidos nas experiências passadas, mas que nem por isso deixam de interagir com sua capacidade racional já constituída, desta forma, tornam-se sujeitos de sua própria história. Segundo o historiador,

Homens e mulheres discutem sobre os valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Isso equivale a dizer que essas pessoas são *tão* determinantes (*e não mais*) em seus valores quanto o são em suas ideias e ações, são *tão* ‘sujeitos’ (*e não mais*) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral. (THOMPSON, 1981, p.194, grifos do autor).

Baseando-nos nesta análise do autor, consideramos que os valores republicanos e positivistas se encontravam, de tal forma, consolidados na consciência afetiva e moral do engenheiro Orlando, que as experiências negativas com a República Oligárquica ao invés de fazê-lo desistir, reforçavam suas escolhas de continuar lutando.

Assim, vamos acompanhá-lo na Revolução Acreana. A *Gazeta de Notícias* em dezembro de 1900⁴² reproduzia matéria do *Jornal do Pará* publicada em 22 nov.1900 sobre a expedição de voluntários que partira de Manaus para o Acre. De acordo com a notícia, o grupo reformara o velho vapor Solimões e carregaram-no com artilharia e mais de mil fuzis. No comando dos voluntários, “...o engenheiro civil Orlando Lopes; entre eles seguem alguns jornalistas, engenheiros, etc. Os expedicionários levam canhões de tiro rápido e metralhadoras, todos modernos”. Outra notícia publicada no jornal *A Federação*, em fevereiro de 1901⁴³, afirmava que a expedição não fora bem sucedida, sendo preso Orlando Corrêa Lopes entre outros, que seriam fuzilados, fato não ocorrido devido ao ataque das forças revolucionárias, soltando os presos.

⁴² O ACRE. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 2, 16 dez. 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&PagFis=1647> Acesso em: 5 jan. 2013.

⁴³ O ACRE. **A Federação**: orgam do Partido Republicano, Porto Alegre, p. 1, 28 fev. 1901. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&PagFis=12676>> Acesso em 5 jan. 2013.

Esta ação de voluntários entrou para a história do Acre como “Expedição Floriano Peixoto ou Expedição dos Poetas”, entretanto as poucas notícias encontradas nos jornais da época não a nomeavam assim. As informações sobre esta experiência vivida por Dr. Orlando não são muito precisas, mas podemos deduzir que experiências humanas passadas em guerras e revoluções são sempre muito marcantes.

Mais uma vez, cabe reproduzir a importância que Thompson (1981) credita a essas experiências para a consciência humana, quando afirma que

A experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação genocídio. [...] Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença. (THOMPSON, 1981, p. 17)

Constatou-se que esses anos em que o engenheiro civil Orlando Corrêa Lopes viveu no Amazonas, foram de intensas experiências. Jovem recém-formado, em outro estado, conheceu de perto os interesses políticos e econômicos da poderosa oligarquia amazonense, enfrentou a corrupção dentro do estado republicano, presenciou fraudes nas demarcações de terra, foi impedido de exercer sua profissão, se envolveu numa guerra pela disputa internacional de território e sentiu a morte de perto.

Como não imaginar que essas experiências também foram responsáveis por grandes reflexões? Podemos deduzir, como a citação acima que suas concepções republicanas foram abaladas e que novas problemáticas se fizeram presentes.

2.3. A outra face da República: o jornalismo e as desilusões republicanas

As notícias seguintes sobre Orlando Corrêa Lopes serão no Distrito Federal. A pequena nota publicada no *Jornal do Brasil* em abril de 1901⁴⁴ afirmava que Orlando Lopes, chefe da expedição do Acre embarcara para o Distrito Federal de Recife, no dia anterior.

Como citamos no início deste capítulo, em 1902 Dr. Orlando já residia no Distrito Federal e estava casado com Carolina de Castro. Após a vitória brasileira na Revolução

⁴⁴ PASSAGEIROS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 1, 25 abr. 1901. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_02&PagFis=2264> Acesso em: 5 jan. 2013.

Acreana em 1903, localizamos algumas notícias citando Dr. Orlando Lopes como representante dos acreanos na capital federal, esta representação indicava que nosso personagem tinha prestígio e a confiança dos líderes da revolução, Plácido de Castro e Rodrigo de Carvalho. Ele esteve presente nas solenidades com o Barão do Rio Branco, acompanhando Plácido de Castro nas negociações sobre o Acre⁴⁵, mas principalmente, exercendo uma intensa propaganda em defesa da autonomia do Acre, através de artigos publicados nos jornais da época, principalmente ao longo do ano de 1906.

Na capital do país, o engenheiro tornou-se definitivamente o jornalista Orlando Corrêa Lopes. Sua escrita afiada e provocadora, seu discurso veemente na defesa de suas convicções políticas e sociais tornaram-se suas principais armas de combate, inicialmente, a favor das instituições republicanas e depois, quando perde a confiança no Estado, a favor do anarquismo.

O engenheiro Orlando Corrêa Lopes começou a escrever nos jornais da capital como representante oficial dos interesses do povo acreano. A primeira publicação que conseguimos localizar foi uma carta dele aos jornais da capital reproduzida no jornal *Gazeta de Notícias* em 03/01/1904. Nesta carta, o representante dos acreanos que assinou como engenheiro civil, defendeu a iniciativa diplomática brasileira junto à Bolívia, escrevendo: “... Foi a efetividade de todos esses esforços, o respeito ao sacrifício de todos os nossos compatriotas mortos sob as armas bolivianas, que o benemérito Sr. barão do Rio Branco conseguiu no tratado de Petrópolis...”⁴⁶

De acordo com as pesquisas realizadas, acreditamos que a primeira experiência como articulista nos jornais do Rio de Janeiro, foram três artigos publicados na *seção do público* do jornal *Gazeta de Notícias*⁴⁷ em defesa da autonomia do Acre e contra a sua anexação ao estado do Amazonas. Também localizamos 9 (nove) artigos intitulados “O Acre e o

⁴⁵ RIO Branco. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 1, 20 fev. 1904. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&PagFis=7281> Acesso em: 5 jan 2013.
PLÁCIDO de Castro. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 1, 19 abr. 1904. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&PagFis=7553> Acesso em: 5 jan. 2013.

⁴⁶ LOPES, O. C. O Tratado de Petrópolis e os acreanos brasileiros. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 9, 3 jan. 1904. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&PagFis=6916> Acesso em: 5 jan. 2013.

⁴⁷ LOPES, O. C. Território do Acre I. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 5, 28 jan. 1906. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&PagFis=11404> Acesso em 10 jan. 2013.
LOPES, O. C. Território do Acre II. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 3, 03 fev. 1906. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&PagFis=11438> Acesso em 10 jan. 2013.
LOPES, O. C. Território do Acre III. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 3, 09 fev. 1906. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&PagFis=11475> Acesso em 10 jan. 2013.

Amazona” publicados no jornal *Correio do Norte* (AM) durante o mês de junho de 1906. Em todos esses artigos a defesa da autonomia do Acre era sustentada pela denúncia sobre a corrupção e improbidade administrativa contra os governos do Amazonas.

Provavelmente, esta experiência na imprensa diária tenha fortalecido no engenheiro, o gosto pelo jornalismo e a consciência do jornal como importante veículo de propaganda e denúncia.

Neste início de vida na cidade do Rio de Janeiro, Dr. Orlando ainda trabalhou como engenheiro civil. No Almanak Laemmert do Rio de Janeiro, de 1904 a 1907, localizamos Orlando Corrêa Lopes trabalhando como engenheiro auxiliar na Sub-Diretoria da Carta Cadastral. De 1908 a 1911, Orlando Corrêa Lopes passou a ser citado duas vezes, como engenheiro da Carta Cadastral e como jornalista, redator e diretor do jornal *Correio da Noite*. A partir de outubro de 1907 foi possível encontrar em jornais que publicavam *Atos da Prefeitura*, as concessões de licenças sem vencimentos, do cargo de engenheiro auxiliar dessa subdiretoria, para Dr. Orlando. Em 23/07/1911 o jornal publicou a exoneração a pedido do cargo de engenheiro ajudante de 1ª classe da Diretoria Geral de Obras e Viação⁴⁸.

Na série de artigos publicados⁴⁹ em junho de 1915 no jornal *A Epoca*, Orlando esclareceu alguns episódios deste período. Denunciando o Prefeito Rivadávia Corrêa, escrevia ao longo dos meses de junho e julho, nos dez artigos da série, críticas severas e irônicas ao prefeito, que não despachava seu pedido de reintegração ao funcionalismo público carioca. Assim ficamos sabendo que Dr. Orlando, após trabalhar durante anos como engenheiro, em 1907 com a aquisição do Jornal *Correio da Noite*, sua carga horária tornou-se incompatível com as duas atividades profissionais, por isso passou a solicitar licenças sem vencimentos. No primeiro artigo da série, ele escreveu:

Durante longos anos exerci as funções de engenheiro da Directoria Geral de Obras e Viação [...] Averso aos processos, em vigor, de conquistar promoções, consegui essa collocação [de engenheiro ajudante de 1ª classe] com grande dispêndio de energia, completamente desajudado de quem quer que fosse e tão somente pelo merecimento conquistado pela minha capacidade technica, pela minha laboriosidade e pela minha probidade profissional. [...] Ao fundar o jornal *Correio da Noite*, que durante cinco

⁴⁸ PREFEITURA (Distrito Federal). **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 8, 23 jul. 1911. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&PagFis=27441 > Acesso em 6 jan. 2013.

⁴⁹ LOPES, O. C. Enfrentando Malfeitores. **A Epoca**, Rio de Janeiro, p. 1, 18 jan. 1915. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=8472> > Acesso em 10 jan. 2013. Este artigo é o primeiro dos cinco artigos com o mesmo título que foram publicados de 18 a 22 de junho de 1915. A segunda série *Enfrentando Descarados*, contou com quatro artigos foi publicada de 08 a 11 de julho de 1915, no mesmo jornal.

anos esteve sob a minha direção, pedi ao então prefeito municipal uma licença sem vencimentos... [sic] (LOPES, 1915, p.1)

E continuou esclarecendo que a última prorrogação tinha sido impugnada sem nenhum respaldo legal, pelo então presidente do Conselho Municipal, cuja eleição para intendente, Orlando tinha combatido. Na impossibilidade de acumular as duas funções, se viu obrigado a pedir exoneração. Este relato nos levou a refletir que Orlando Corrêa Lopes viveu intensamente a experiência como jornalista, o que lhe rendeu muitos inimigos.

Retornemos a 1906 para acompanhar a militância do republicano positivista Orlando Corrêa Lopes. Em 21 de julho desse ano, *O Paiz* noticiava a reunião do Centro Republicano Conservador presidido por Dr. Demetrio Ribeiro. Entre os presentes encontramos Orlando Corrêa Lopes. A agremiação objetivava "... ativar a propaganda das ideias republicanas...", para tanto os participantes da reunião decidiam as 4 (quatro) resoluções básicas: conferências públicas; ouvir a opinião dos defensores da República e propor-lhes à adesão; contatar as associações operárias para divulgar as ideias do Centro e convocar um congresso republicano na capital federal para debater e fundar um partido baseado no programa do Centro. Também aprovaram uma moção de protesto pela manutenção de representação brasileira junto ao papado católico.

Na conferência proferida por Reis Carvalho publicada na Revista *Kosmos* em 1908 percebem-se claramente, os ideais positivistas que influenciavam esta agremiação. O conferencista procurou esclarecer ao público o sentido do termo conservador, reivindicando que ser liberal não significava necessariamente ser progressista, como também ser conservador não significava ser retrógrado.

Assim afirmava que "... República quer dizer ordem; conservação quer dizer ordem; conservar melhorando é o que significa republicano conservador; ordem e progresso é o seu lema, o belíssimo lema da bandeira nacional..."⁵⁰

De acordo com a trajetória e as experiências vividas por Orlando Corrêa Lopes, é possível afirmar que ele valorizava as associações e organizações que refletiam sobre a sociedade, mas que também apresentavam propostas e ações. Neste sentido, seria sua participação no Centro Republicano Conservador mais uma tentativa de recuperar os valores republicanos positivistas que influenciaram sua geração na luta pelo fim da monarquia? Tudo indica que sim.

⁵⁰ CARVALHO, Reis. O Feriado Brasileiro de 14 de julho. *Kosmos*, Rio de Janeiro, p. 15-18, jul. 1908. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=146420&PagFis=3004> > Acesso em 10 jan. 2013.

Suas experiências negativas com a República Oligárquica não tinham sido suficientes para um rompimento definitivo. Antes, indicavam-lhe que era preciso aumentar a propaganda dos princípios republicanos, conseguir mais adeptos e apontavam para a importância da aproximação com a classe operária. Entretanto, o objetivo maior seria fundar o novo partido fiel a esses princípios e capaz de assumir o poder político na república brasileira.

Pesquisas recentes sobre essa agremiação republicana demonstram sua atuação efetiva neste início do século XX, inclusive junto ao Congresso Nacional na defesa de suas concepções. Em 1907, o Centro Republicano Conservador apresentou documento com suas posições sobre a reforma da instrução pública que tramitava no Congresso, entre os que assinaram o documento encontrava-se Orlando Corrêa Lopes⁵¹.

O Centro Republicano Conservador também se manifestou publicamente repudiando o fuzilamento de Francisco Ferrer y Guardia⁵², em nota no jornal *O Século*, “... lavrou solene protesto contra o assassinato de Francisco Ferrer associando-se a todas as manifestações de solidariedade que condenam o bárbaro crime do governo espanhol”⁵³.

Ao mesmo tempo em que intensificava sua militância positivista, Dr. Orlando trocava definitivamente sua carreira de engenharia pelo jornalismo ao inaugurar em 29 de outubro de 1907, o jornal *Correio da Noite*⁵⁴. O lançamento deste jornal fez parte do noticiário da época, *O Jornal do Brasil* (RJ), *O Pharol* (MG), *O Século* (RJ) e *A Federação* (RS) deram as boas vindas o novo colega.

No editorial de apresentação o *Correio da Noite* escrevia⁵⁵:

⁵¹ Maiores informações podem ser encontradas no artigo de Elomar Tambara. Neste trabalho o autor reflete sobre a ação deste segmento positivista junto ao Congresso Nacional. Segundo ele, o documento apresentado pelo Centro Republicano Conservador representava o predomínio do positivismo nas instituições republicanas, identificado com o pensamento positivista ortodoxo, como o princípio da ‘completa liberdade individual’. TAMBARA, Elomar. O Centro Republicano Conservador e a reforma de ensino proposta por Tavares de Lyra - 1907. **História da Educação**: ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 23, p. 227-239, set/dez 2007. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29280/pdf> > Acesso em: 10 jan. 2013.

⁵² Anarquista espanhol. Fundou em Barcelona (Espanha), a Escola Moderna, que oferecia uma educação laica e libertária, sendo, por isso, condenado à morte no dia 13 de outubro de 1909.

⁵³ FRANCISCO Ferrer. **O Século**, Rio de Janeiro, p. 2, 19 out. 1909. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224782&PagFis=3886> > Acesso em: 10 jan. 2023.

⁵⁴ Este jornal não foi microfilmado nem faz parte do rol de periódicos digitalizados da Hemeroteca Digital BN. Em pesquisa na Biblioteca Nacional pude consultar seus exemplares que se encontram encadernados por ano, no Setor de Periódicos. Infelizmente, pela fragilidade das condições do papel, decidi não usá-lo como fonte.

⁵⁵ CORREIO da Noite. **A Federação**: Orgam do Partido Republicano, Porto Alegre, p. 1, 14 nov. 1907. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&PagFis=19631> > Acesso em 11 jan. 2013.

O Rio de Janeiro resente-se da ausência de imprensa nocturna [...] *O Correio da Noite* vem, portanto, corresponder uma necessidade do nosso meio. Com o maravilhoso desenvolvimento que a nossa cidade tornou-se nestes últimos tempos, transformando-se da velha pachorrenta e colonial de outr'ora numa capital civilisada e de grande vida, o aparecimento desta folha é perfeitamente oportuno e necessário. Absolutamente isento de ligações políticas, sem credo estreito de partidos que o sujeito, o *Correio da Noite* é um jornal que fará do serviço público, dos seus interesses e de bem informal-o todo o seu programma e o seu único empenho [sic]. (CORREIO da Noite, 1907, p.1)

Esses jornais comentaram que seu formato era de oito páginas com várias seções, muitas notícias e anúncios, mas o primeiro número não designava seus proprietários e redatores⁵⁶.

Através das pesquisas observamos que era comum entre os jornais deste período, a transcrição de notícias e artigos, elogios e críticas às matérias, felicitações por aniversários, etc., esta prática possibilitou acompanhar, de longe, a atuação do *Correio da Noite* e consequentemente de Orlando Corrêa Lopes.

No primeiro ano, o vínculo de Dr. Orlando com o jornal não aparece explicitamente. Alguns jornais, como *O Paiz*, citam apenas o jornalista Victor da Silveira como seu fundador e diretor. Podemos inferir que a omissão se justificava por Dr. Orlando Corrêa Lopes não ser ainda reconhecido como jornalista, provavelmente nem mesmo ele se sentisse confortável nesta posição. A experiência a frente do jornal, acompanhando seu cotidiano, as reportagens, a redação, a impressão, possibilitou-lhe a conquista do título.

No seu lançamento, o jornal *Correio da Noite* anunciou sua neutralidade partidária e política. No entanto, não era bem assim que acontecia, como pode ser observado nas publicações da imprensa carioca. O jornal tinha uma posição política como todos os demais. Esta posição se tornava mais clara em momentos de eleições e de crises e mais discreta em fatos cotidianos como críticas a autoridades do governo, do judiciário, policiais e legislativas. Segundo seus colegas da imprensa, por trás do *Correio da Noite* encontravam-se os interesses do grupo de republicanos identificados com preceitos positivistas e maçônicos. Isto se acentuou, durante a campanha eleitoral entre Rui Barbosa e Marechal Hermes, quando a

⁵⁶ CORREIO da Noite. **O Século**. Rio de Janeiro, p. 2, 30 out. 1907. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224782&PagFis=1478> > Acesso em 11 jan. 2013.
CORREIO da Noite. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 2, 30 out. 1907. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_02&PagFis=24248 > Acesso em: 11 jan. 2013.
CORREIO da Noite. **O Pharol**. Juiz de Fora, p. 1, 01 nov. 1907. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=23042> > Acesso em: 11 jan. 2013.

sociedade e a própria imprensa se dividiu entre civilistas, os que apoiavam Rui Barbosa e militaristas ou hermistas, aqueles que defendiam a candidatura do Marechal Hermes.

Assim, podemos citar alguns exemplos: O *Pharol*⁵⁷, que em ocasiões anteriores, se derramou em elogios ao colega da capital federal, em janeiro de 1910 atacou radicalmente sua posição de crítica ao bispado mineiro.

Afirmava um dos artigos do jornal:

O “Correio da Noite”, orgam hermista que se publica na Capital Federal, investiu há poucos dias, com insolência e atrevimento singulares, contra os srs. bispos de Minas signatários da circular que aconselha catholicos brasileiros o combate sem tréguas a candidatos maçônicos e hostis ao catholicismo [sic] (A CIRCULAR dos bispos, 1910, p. 1).

O articulista continuou justificando o direito da Igreja se manifestar democraticamente como qualquer outra organização e de combater os inimigos da maçonaria.

O outro exemplo se refere às eleições para o Senado. Trata-se de artigo publicado na imprensa respondendo à crítica feita pelo jornal do Dr. Orlando a determinado candidato, por este “... ter sido o principal autor das leis cognominadas *ditadura municipal, código de torturas e policia janota*, pretendendo que o seu apoio a essas leis é o motivo para que o povo não o reeleja”⁵⁸.

Outro interessante exemplo que demonstrou a postura do jornal nas eleições foi a notícia publicada no *O Pharol*. Este jornal mineiro comentando a contradição da imprensa na divulgação do resultado das eleições no Estado do Rio de Janeiro, pois alguns jornais declaravam a vitória para o candidato civilista e outros para o candidato hermista, elogiou a atitude do *Correio da Noite* pela maneira como noticiou os resultados, transcrevendo sua notícia⁵⁹:

São tão diferentes os resultados do pleito eleitoral realizado hontem no Estado do Rio, publicados pelos jornaes desta capital, que julgamos acertado não publical-os. A verdade inteira e crua é que na maioria dos municípios fluminenses não houve eleição alguma. Ambos os partidos forgicaram actas dando como eleitos os seus candidatos. Na capital do Estado só se reuniram as mesas do segundo districto, onde poucos eleitores compareceram. Por não

⁵⁷ LIMA, Mario de. A circular dos bispos. **O Pharol**. Juiz de Fora, 19 out. 1910, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=26093> > Acesso em: 12 jan. 2013.

⁵⁸ VARGAS, Demetrio. Candidatura a abraçar-se. **O Século**, Rio de Janeiro, p. 3, 23 jan. 1909. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=224782&PagFis=2999> > Acesso em: 12 jan. 2013.

⁵⁹ AS ELEIÇÕES no Estado do Rio. **O Pharol**, Juiz de Fora, p.1, 13 jul. 1910. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=26713> > Acesso em: 12 jan. 2013.

haver eleição, tudo correu na santa paz do Senhor... E foi só [sic] (AS ELEIÇÕES..., 1910, p.1).

Esses exemplos interessam como fonte para acompanhar o pensamento de Dr. Orlando através do jornal que este dirigia. É fato, que a tão cantada imparcialidade da imprensa não existe e o jornal é um veículo de propaganda e defesa de projetos que se confrontam na sociedade, sendo exatamente por isso que consiste a importância deste documento como fonte histórica. De acordo com Vieira (2007, p. 16) “... as questões que se impõe não estão associadas às ideias do verdadeiro e do falso, da imprensa dizer ou não a verdade, mas sim no entendimento dos motivos que a levaram a defender determinadas teses...”.

Sendo assim, já acompanhamos parte da trajetória de Dr. Orlando que permite compreender as bases de seu pensamento positivista e suas expectativas com a República. Seu engajamento na campanha presidencial de Marechal Hermes da Fonseca e a experiência negativa com seu governo foi a experiência determinante para o rompimento com suas convicções sobre o estado republicano.

Entretanto, antes disso, dois acontecimentos marcaram a trajetória de Dr. Orlando: o assassinato de Plácido de Castro (11 de agosto de 1908) e a tentativa de golpe no estado do Amazonas com o bombardeio da cidade de Manaus (08 de outubro de 1910). Os dois acontecimentos históricos destacaram publicamente a figura do jornalista Orlando Corrêa Lopes.

Plácido de Castro, além da amizade, também era respeitado por Dr. Orlando como um revolucionário fiel aos princípios republicanos. Segundo os jornais, as homenagens póstumas ao Coronel Plácido de Castro foram organizadas no Distrito Federal pelo *Correio da Noite*, no Teatro Carlos Gomes que ficou cheio. À mesa o Senador Dr. Coelho Lisboa e como representantes do jornal, Sr. Vitor da Silveira e Dr. Orlando Lopes. O discurso de Pedro Moacyr, característico da influência positivista entre os organizadores do evento, afirmava que “o culto dos Mortos é a vida da história”.

Em 1910, no 2º aniversário de morte do Plácido de Castro, realizaram outra solenidade de homenagem à memória dele. A Revista da Semana publicou a fotografia a seguir:



Ilustração 7: Comemoração do 2º aniversário da morte de Plácido de Castro. Palácio São Luiz, 12 set. 1910. À mesa Orlando Corrêa Lopes (em pé), ao centro Dr. Demétrio Ribeiro e ao seu lado Pedro Moacyr.

O outro episódio que deu publicidade a Orlando Corrêa Lopes foi seu discurso reproduzido nos jornais da época, criticando Pinheiro Machado pelo apoio ao golpe no Amazonas⁶⁰.

Contra a atitude de Pinheiro Machado, Dr. Orlando, Lopes Trovão e Coelho Lisboa organizaram no dia 12/10/1910, no Teatro Carlos Gomes, um comício popular em protesto à intervenção no estado do Amazonas. Segundo o jornal *O Século*⁶¹, o comício teve grande adesão com várias manifestações de “vivas e palmas demoradas”. Os discursos eram contra as oligarquias e lamentavam o apoio dado pelo “companheiro de muitos anos – o general Pinheiro Machado”. O discurso proferido por Dr. Orlando foi veemente, reproduzido pelo jornal, subscrevemos em parte:

Parece incrível que um senador da República, com o mais ignominioso desrespeito à sua própria pessoa, fosse capaz de dizer o que disse o sr. general Pinheiro Machado, no seu discurso de hontem. S. ex. proclamou que a política do sr. Silvério Nery foi sempre “sábica, generosa e humana.” Que política sábica pode fazer um gatuno da ordem de Silvério Nery, que, para escalar o poder, passou por cima do cadáver do desventura do Pensador, a quem elle infamemente mandou assassinar? Sábica, porque soube roubar o thezouro do Estado do amazonas? Sábica, porque este bandido soube tramar a deposição do governador Antonio Bittencourt! Generosa! Que atesta essa generosidade? O incêndio do Quo Vadis? O empastelamento d’A Federação,

⁶⁰ Este acontecimento histórico ocorrido em 8 out. 1910, durante a presidência de Nilo Peçanha (1909-1910) é pouco conhecido atualmente, mas teve repercussão nacional na época. O Senador Pinheiro Machado, então vice-presidente do Senado, exercia influência sobre Nilo Peçanha, e enviou as tropas federais que bombardearam a cidade de Manaus para depor o governador do Amazonas. Pressionado pela má repercussão do acontecido, o Presidente enfrentou Pinheiro Machado e ordenou a recondução do Cel. Bittencourt ao governo do estado.

⁶¹ COMÍCIO Popular. *O Século*, Rio de Janeiro, p. 2, 13 out. 1910. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224782&PagFis=5048> > Acesso em: 15 jan. 2013.

do Correio do Norte e o assassinato de Oswaldo Baptista? Humana! Mas, senhores, humanidade é banditismo, é latrocínio? [...]

Quem classificou os Nery foi o próprio general Pinheiro Machado, dizendo que não tratava de sua administração porque a não conhecia. Mas, meus concidadãos, como é que um senador da República tem o despudor de dizer ao Senado que desconhece o que consta dos annaes daquela casa, do tempo de seu predomínio, para não dizer do seu reinado?! É preciso que os homens públicos de nossa pátria tenham um pouco mais de pudor, para que não mais chegue o advento de um imbecil, como esse que ahí está a deprimi-nos e ultrajar-nos no palácio do Cattete [sic] (COMÍCIO..., 1910, p. 2).

A ênfase no discurso de Dr. Orlando baseava-se nas experiências vividas por ele no Amazonas, tendo presenciado parte dos fatos de que era acusada a oligarquia amazonense chefiada pela família Nery. Neste momento, as contradições do movimento republicano se acirravam e se transferiam para o projeto de formar um partido nacional, com o Partido Republicano Conservador (PRC), tendo de um lado os positivistas ortodoxos e de outro o grupo liderado por Pinheiro Machado, do qual os Nery faziam parte. Devido a este acontecimento, o grupo republicano que Dr. Orlando se identificava, fundou uma nova organização, a Liga Anti-oligárquica, sob a presidência de Coelho Lisboa. Orlando Corrêa Lopes foi eleito representante do Amazonas.

Apesar de posições completamente antagônicas sobre as instituições republicanas, os dois grupos se reuniam em torno da candidatura de Marechal Hermes. No leque de defensores desta candidatura à presidência da República, ou seja, entre os chamados hermistas se aglutinavam as mais diversas cores e matizes do pensamento republicano nacional, entre eles o diretor e proprietário do *Correio da Noite*, Orlando Corrêa Lopes ou Dr. Orlando Lopes, como era citado pela imprensa.

A vitória do Marechal reabriu o debate sobre a formação do partido político, então completamente apartado das ideias constituídas, no passado, pelo Centro Republicano Conservador. Este partido, controlado por Pinheiro Machado, objetivava tão somente manter a base política que elegera Marechal Hermes, fortalecendo seu governo. O jornalista Gil Vidal do *Correio da Manhã*⁶² escreveu vários artigos que ridicularizavam o novo partido e sua composição de “saco de gatos”. Em um deles escreveu com ironia que

O novo partido, em vez de organizar-se em torno de idéas, organiza-se em torno de uma pessoa. Pode mesmo aparecer com qualquer nome que lhe queiram dar, partido republicano conservador ou partido republicano liberal, mas será conhecido sempre por partido pinheirista, e será o partido pessoal do sr. Pinheiro Machado [...] não há nenhuma mudança na política nacional.

⁶²VIDAL, Gil. O Novo Partido. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 19 nov. 1910. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_02&PagFis=3067> Acesso em 15 jan. 2013.

O governo, aqui e nos Estados continuará nas mesmas mãos. Apenas se consummará o sacrifício previsto de muitos que desinteressadamente, só na esperança de melhores dias para a República, levantaram a candidatura à presidência, de um soldado, porque, estando elle fora da política, o consideravam isento de sua influencia nefasta[sic] (O NOVO..., 1910, p.1).

As votações nas reuniões de fundação do PRC demonstravam o controle do novo partido pelas oligarquias chefiadas por Pinheiro Machado. Entretanto, isto não impediu Dr. Orlando Lopes de apresentar suas propostas na convenção do novo partido. Na 2ª convenção “... pediu permissão para ler, oferecendo como subsídio à casa, um estudo completo, ampliando as bases primitivas...”, conforme noticiou o jornal *Gazeta de Notícias*⁶³. A emenda substitutiva do Dr. Orlando Lopes foi publicada pelo jornal *O Paiz* como parte da matéria sobre a reunião do Partido Republicano Conservador. Era extensa e tinha 12 princípios basilares para a organização e plataforma do partido. Resumidamente: respeito à Constituição Federal; autonomia dos estados; defesa da liberdade eleitoral e representação das minorias; estabilidade cambial; revisão do regime tributário; orçamentos equilibrados; defesa das industriais nacionais: agrícola, pastoril, extrativa e fabril; defesa do comercio nacional; desenvolvimento do poder militar para defesa da pátria; organização da liberdade de ensino superior, manutenção e desenvolvimento das escolas agrícolas e profissionais, como base do nosso progresso científico e econômico; códigos e leis que correspondam à civilização; associações de crédito, principalmente agrícola; independência econômica do país e proporcionar condições materiais ao proletariado dos campos e das cidades.

Cada ponto era acompanhado de vários argumentos e na introdução ele afirmava a necessidade do partido se pautar em bases “... para o efeito de assegurar ao país um núcleo de elementos conservadores capaz de manter os princípios cardeais do nosso regime, acudir às nossas necessidades e fomentar o nosso progresso”⁶⁴.

A proposta é ampla, dentro dos preceitos republicanos positivistas que Dr. Orlando acreditava. É provável que representasse a posição do Centro Republicano Conservador, agremiação política da qual Dr. Orlando fazia parte, como já citado anteriormente. As publicações na imprensa sobre esta organização contavam com a presença de Orlando Lopes, Demetrio Ribeiro, Sampaio Ferraz, Almeida Fagundes, Saturnino Cardoso, Oscar Correia, Reis Carvalho, Miranda Freitas, Luiz Pires entre outros.

⁶³ P. R.C: O Novo Partido: A 2ª reunião da Convenção. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1-2, 22 nov. 1910. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&PagFis=25158 > Acesso em: 15 jan. 2013.

⁶⁴ EMENDA Substitutiva do Dr. Orlando Lopes. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 2, 22 nov. 1910. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&PagFis=4471 > Acesso em 15 jan. 2013.

Note-se que a convenção do partido republicano não teve o menor interesse em debater uma plataforma que justificasse sua legenda, o que nos leva a refletir sobre a participação de Dr. Orlando e outras vozes isoladas. Seriam esses homens tão inocentes para acreditar que suas ideias seriam debatidas ou aprovadas? Ou oportunistas que marcavam posição para tirar algum proveito próprio? Não era o caso.

Pela trajetória e formação de Dr. Orlando, podemos afirmar que este conhecia bem os espaços sociais por onde circulava. Intelectuais, como ele, se empenham na propaganda do projeto de sociedade que acreditam, de acordo com as experiências vividas e das reflexões que fazem, por isso se transformam em sujeitos históricos.

Vieira e Taborda de Oliveira (2010, p.531) debatendo Thompson e Gramsci, como importantes suportes teóricos para a História da Educação, escrevem que para ambos “... a cultura implica e está implicada também na economia e na política.” Portanto, para entender a ação humana historicamente, é preciso que a cultura seja analisada “... como espaço social estruturado, no qual ocorrem lutas entre os diferentes projetos que visam à hegemonia política...”.

Esta concepção é importante para situar a escrita deste trabalho dentro de uma visão materialista da história que entende a ação de indivíduos não como grandes feitos morais e de heroísmo, mas principalmente pelas relações dialéticas, estabelecidas historicamente, deste homem com seu tempo e espaço. Pensando assim, acompanhamos a participação política de Dr. Orlando até o momento que retirou seu apoio ao governo do Presidente Hermes, rompeu com o positivismo e tornou-se anarquista.

No final de 1911, uma pequena notícia do jornal *O Século*, identificado com a campanha civilista e anti-hermista, encheu de elogios Orlando Lopes pela atitude de recusar o mandato de deputado pelo Amazonas, lugar que tantos gostariam de estar, segundo afirmava o jornal. O cargo seria arranjado na Capital Federal e para aceitá-lo Dr. Orlando teria que conciliar com seus antigos inimigos da oligarquia amazonense. Agindo com coerência política, Dr. Orlando “atirou então a cadeira pelos ares, rompeu com o governo, separou-se da situação e voltou para o posto de oposição, onde as ilusões o tinham ido buscar”⁶⁵.

⁶⁵ NOVIDADES. *O Século*, Rio de Janeiro, p. 1, 21 dez. 1911. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224782&PagFis=6483> > Acesso em: 15 jan. 2013

Na última edição do jornal *Correio da Noite*⁶⁶ sob a direção de Dr. Orlando, ele fez uma autocrítica pública do apoio dado ao governo do Presidente Marechal Hermes, escrevendo:

[...] apresentei e defendi a candidatura do sr. marechal Hermes à presidência da República; no seu primeiro anno de governo procurei convergir esforços com os de s. ex. e, sempre que julguei que os seus actos tendiam a desviar-se da rota que s. ex. promettera seguir e dos princípios que, eu entendi, nos eram commum, profligal-os publicamente, tentei evital-os ou attenuar-lhes os effeitos maléficos. Hoje não sou eu que estou em opposição ao governo, o governo é que está em opposição à nação que o elegeu e a mim que de boa fé lhe defendi o advento. No que diz o sr. marechal Hermes cumprir a Constituição, que jurou defender; não quis seguir os preceitos republicanos exarados na sua plataforma; [...] por isso lhe retirei o meu apoio e por isso mesmo fez a nação que lhe confiou os destinos. [...] Prometteu o sr. marechal Hermes da Fonseca governar com a opinião publica e abandonar o governo logo que o apoio desta lhe faltasse. [...] Mas é assim mesmo que surgem os déspotas e os tyrannos [sic] (LOPES, 1912, p. 1)

Com a venda do *Correio da Noite*, Dr. Orlando Lopes tornou-se articulista do novo diário *A Epoca*. Na direção do novo jornal estavam Vicente Ouro Preto, Camara Canto e Vicente Piragibe. Além de Orlando, seus colaboradores seriam Fabio Luz, J. da Penha, Irineu Machado, Lopes Trovão, Affonso Celso, Sylvio Romero, Lauro Sodré, Leopoldo de Bulhões, Lindolpho Camara, Francisco Glycério, Martim Fancisco, Moncorvo Filho, Moniz Freire, Paulino de Souza, Pedro Tavares, Prudente de Moraes.

No edital de lançamento, os proprietários que se identificavam como “profundamente crentes, sinceramente católicos” e imploravam a “Deus a sua proteção para o nosso jornal”, também se comprometiam com a ampla liberdade de expressão, escrevendo que permitiriam “... aos nossos eminentes colaboradores liberdade tão ampla que irá, talvez, até o antagonismo com as nossas ideias...”⁶⁷.

O primeiro artigo de Orlando Corrêa Lopes no novo diário esclareceu os motivos e a negociação que envolveu a venda do *Correio da Noite*. Apresentou o valor da transação, demonstrou como usara quase todo o dinheiro da venda do jornal para pagamento de dívidas e afirmou que não podia se responsabilizar se o jornal, após sua saída, passou a defender o governo, pois ele continuava na oposição⁶⁸. Escreveu:

⁶⁶LOPES, O. C. No meu posto. *Correio da Noite*, Rio de Janeiro, p. 1, 16 jan. 1912.

⁶⁷ “A EPOCA”. *A Epoca*, Rio de Janeiro, p.1, 31 jul. 1912. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720100&PagFis=1> > Acesso em 16 jan. 2013.

⁶⁸ LOPES, O. C. No mesmo posto, *A Epoca*, Rio de Janeiro, p.1, 5 ago. 1912a. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=45> > Acesso em 16 jan. 2013.

[...] estou firme no mesmo posto, a combater os crimes e as infâmias do governo desse sargentão, que ahi está a nos deshonrar na presidência da República, melhor prova não posso dar do que a da minha collaboração n' A Epoca.[...] fiel às minhas convicções, com o mesmo ardor cívico que sempre me guiou na vida pública, a concorrer com os meus fracos, mas sinceros esforços, para a dignificação da nossa pátria e das instituições republicanas, únicas compatíveis com a dignidade humana [sic] (LOPES, 1912a, p. 1)

Ainda no mesmo artigo afirmou “... façamos do jornal não um meio de propaganda de princípios políticos, o que seria perder tempo, mas um fermento da revolução, que é preciso que façamos em defesa da nossa dignidade de povo livre e soberano” (ibidem). No artigo seguinte, Dr. Orlando defendeu que esta revolução não seria de partido político, mas sim “uma revolução profundamente social, que venha regenerar os nossos costumes”.

O segundo artigo de *A Época*⁶⁹ é muito significativo para compreensão do pensamento do Dr. Orlando. Ele vem permeado pela influência positivista na sua formação e, ainda comprometido com os valores republicanos, fez uso negativo do termo anarquia atribuindo-lhe o significado de caos ao se referir à situação política: “... deplorável estado de anarquia em que chegamos”. (LOPES, 1912b, p. 1)

Buscou esclarecer ao leitor a importância de ter uma filosofia que “subordine a apreciação dos fatos e dos fenômenos sociais.” (ibidem). Acusou os governantes de não possuírem um programa de ações e agirem em defesa de paixões e interesses pessoais, sendo por isso, impossível discutir seus atos através de princípios políticos. Ressaltou: “É preceito moral incontestável e incontestado que todo o homem público tem obrigação de dar satisfação ao povo de seus atos, justificando-lhe a coerência à luz da doutrina que lhe deveria haver dado o posto que ocupa”. (ibidem)

Referindo-se à banalização do uso que os políticos e governos faziam da República, disse que se perguntados sobre sua doutrina política,

[...]dirão com a bocca cheia, empertigando-se no alto de seus tamancos, que são e sempre foram republicanos. Para esses infelizes, a República é a forma de governo que permite a eleição do chefe do Estado de quatro em quatro annos e que lhes pode proporcionar todos os gosos materiaes de que desfrutam. (LOPES, 1912b, p.1)

Também questionou a ausência de intelectuais nos governos, dando como exemplo a falta de livros e bibliotecas nas residências do presidente e de seus assessores.

Nas entrelinhas deste artigo de Dr. Orlando de agosto de 1912, encontramos alguns princípios de Augusto Comte. Segundo Châtelet (1985), Comte acreditava que a humanidade

⁶⁹ LOPES, O. C. Só pela revolução, *A Epoca*, Rio de Janeiro, p.1, 7 ago. 1912b. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720100&PagFis=59> > Acesso em 16 jan. 2013.

se encontrava historicamente capaz de substituir as paixões e interesses da política por uma base científica (era positiva). Os governantes deveriam ser estudiosos, intelectuais que através da metodologia científica poderiam calcular os fenômenos sociais, prevendo suas sequências e promovendo o bem-estar ao povo que governava. Também através da hierarquia de competências definida por ele, pode-se afirmar que Dr. Orlando exercia a função social de publicista e propagandista do espírito positivo.

Conforme observado neste artigo, Dr. Orlando ainda se identificava com o positivismo. Entretanto, informações de fontes secundárias citam que ele teria se tornado anarquista no Rio de Janeiro, em 1912 (MARÇAL, 1995; MARÇAL E MARTINS, 2008). Após este artigo, as publicações dele ficaram escassas: de agosto a dezembro de 1912, localizei mais quatro artigos.

No último artigo publicado neste ano⁷⁰, ‘Pela Revolução’, já é possível perceber alguns indícios nos argumentos que se aproximam do anarquismo. A saber, o termo anarquista com sentido negativo, usado por ele em outros textos, não aparece e é substituído por “... a mais profunda desordem impera na administração e na política...” Ele propôs como solução para a “desordem social” e o “caos econômico” que se encontrava o país devido ao governo de Marechal Hermes, que o povo “... se una para destruir os homens que nos desonram e os aparelhos de que se servem para roubar, oprimir e tyrannizar a sociedade” (LOPES, 1912c, p.1).

Observa-se que, nos outros escritos onde criticava e denunciava radicalmente o governo federal e as oligarquias, seus argumentos eram de caráter pessoal e moral, propondo a substituição por homens íntegros, honestos, com capacidade científica e moral para governar, etc. Neste, a proposta foi além quando propõe destruir também o aparato político. Prosseguiu argumentando que muitas vezes para construir é preciso destruir, mesmo com a incerteza do que pode acontecer depois. Em outro parágrafo, demonstrou descrença nas instituições da democracia representativa, dizendo:

Não lhes façamos, porém, oposição legal, dentro das normas que elles mesmos organisaram para não poderem ser vencidos. Não é pelo suffragio que os devemos combater, mas nos associando em agrupamentos de resistência para preparar e fazer a revolução que nos há de libertar [sic] (LOPES, 1912c, p.1).

Com este artigo, apesar de não assumir explicitamente sua adesão ao anarquismo, já é possível apontar alguns princípios básicos da teoria anarquista.

⁷⁰ LOPES, O. C. Pela revolução, **A Epoca**, Rio de Janeiro, p.1, 26 dez. 1912c. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=1246> > Acesso em 16 jan. 2013.

2.4. “Uma espingarda na mão e uma ideia no cérebro”⁷¹: a propaganda do Anarquismo

Encontramos noções básicas da teoria anarquista em Gallo (1990, p. 22-32) que esclarece ser seu princípio gerador, a liberdade. Apoiando-se no “Programa Anarquista” escrito por Malatesta, o autor define os princípios básicos, sendo três princípios teóricos e três atitudes práticas. Teóricos: autonomia individual, autogestão social e internacionalismo. Práticas: ação direta, associações operárias e greve geral. O autor afirma que para os anarquistas, a origem da opressão humana encontra-se ‘... na máquina política e no Estado...’. Para ser livre, o homem precisa destruí-los, aí consiste a transformação social que não acontecerá pacificamente nem através do voto, mas sim pela revolução. Ideia que aparece nas entrelinhas deste artigo de Dr. Orlando.

Em 1913, encontramos Orlando Corrêa Lopes assumidamente anarquista. Neste ano foi possível localizar, o maior número de publicações, na imprensa diária sobre Dr. Orlando relacionando-lhe ao anarquismo.

No primeiro artigo de 1913⁷², continuou sua artilharia contra a máquina estatal. Este artigo que criticava o Congresso pela votação de projetos faraônicos e orçamentos deficitários, afirmava:

O povo, porém já vae compreendendo que todo esse aparelho complicado destinado a manter a chamada ordem social, que uns querem que seja civil, outros que seja militar, mas que afinal assenta na força bruta; toda essa balella de poderes harmônicos e independentes, o legislativo votando leis, o judiciário as interpretando e o executivo as executando, não se mantém sinão para justificar os escandalosos attentados aos seus direitos, à sua liberdade, à sua dignidade e à riqueza pública, que os governantes distribuem entre si, sem conta nem medida, a pretexto de incrementar o progresso [sic] (LOPES, 1913, p.5).

Neste parágrafo do artigo aparecem claramente as novas concepções do jornalista sobre o Estado. Percebe-se que Orlando não criticou os governantes, não propôs a substituição de regimes e grupos políticos e nem defendeu o verdadeiro significado de república. Aqui, ele responsabilizou a divisão de poderes, princípio básico do estado burguês, pela opressão do povo em detrimento de sua liberdade. Ancorado no povo, quem de fato apresentava uma nova

⁷¹ Lema do jornal *Na Barricada* fundado por Orlando Corrêa Lopes.

⁷² LOPES, O. C. Congresso ou manicômio, *A Epoca*, Rio de Janeiro, p.5, 01 jan. 1913. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=1302>> Acesso em 16 jan. 2013.

compreensão era o próprio Dr. Orlando. Aos 40 anos de idade, o jornalista até esse momento, um positivista convicto, vivia uma mudança radical em suas convicções políticas e sociais, adquiria uma consciência social que até então não manifestara.

Retomemos o diálogo com E. P. Thompson para refletir sobre a nova fase na trajetória política e social do nosso personagem. Como poderíamos explicar este rompimento no pensamento de Dr. Orlando se não considerássemos suas experiências vividas? Segundo Thompson (1981, p. 34) é o “... ser social [que determina] a consciência social, à medida que a experiência se impõe ao pensamento e o pressiona...”.

Aqui consiste a importância da obra de Thompson (1981, p. 188): trazer para o materialismo histórico, a categoria ‘experiência humana’ e com isso criticar o estruturalismo. Desta forma, argumenta, “... a estrutura é transmutada em processo e o sujeito é reinserido na história”.

Não foi possível conhecer maiores detalhes desta transformação na consciência social e política de Dr. Orlando, devido à ausência de fontes. Como um homem do seu tempo, vivendo a conjuntura da Primeira República, período de maior influência das ideias anarquistas no Brasil, como intelectual estudioso de sistemas e regimes políticos e do papel do Estado na sociedade, podemos deduzir que conhecesse a teoria anarquista e seus principais pensadores. Se houve alguma influência pessoal, como por exemplo, a convivência com Fábio Luz no cotidiano do diário *A Epoca*, não podemos afirmar. O fato é que, a partir deste momento, a escrita de Dr. Orlando abordava temáticas analisadas através de princípios anarquistas e passaremos a encontrá-lo como ativo militante e propagandista do anarquismo.

Entre os outros artigos publicados no diário *A Epoca* ainda no mês de janeiro, um⁷³ fez uma análise adensada da campanha civilista-hermista, apontando porque as duas não se diferenciavam substancialmente, pois como Mal Hermes, Rui Barbosa também defendia a manutenção da ordem social através da máquina estatal. Segundo ele, a diferença que deu a vitória ao Marechal foi a ‘questão social’. Rui Barbosa se omitira sobre esta temática enquanto Mal. Hermes prometera atender às necessidades do operariado. Ainda, segundo análise de Dr. Orlando, através da construção das vilas operárias o Presidente consolidara a simpatia e o apoio político destes, que se esqueciam da proximidade entre a Vila Proletária Mal. Hermes e a Vila Militar Deodoro da Fonseca, que pretendia dizer “... si gritarem, a metralha, que aqui fica ao lado, os reduzirá ao silêncio...” (LOPES, 1913a, p.5). Finalizava

⁷³ LOPES, O. C. Os últimos desiludidos, *A Epoca*, Rio de Janeiro, p.5, 05 jan. 1913a. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=1338>> Acesso em 16 jan. 2013.

afirmando que esta ilusão estava prestes a se desfazer com a sanção pelo executivo da lei de expulsão dos estrangeiros⁷⁴, já aprovada pelo Congresso Nacional.

No artigo publicado em 21 de fevereiro⁷⁵, Dr. Orlando assumiu publicamente a defesa do anarquismo e buscou esclarecer o leitor, alguns conceitos básicos. Iniciou o artigo explicando o significado do termo:

[...] Para o mundo burguez a palavra anarchia significa desordem e confusão, e anarchista é sinônimo de malfeitor [...] é erro grosseiro assim pensar. O anarchismo é uma philosophia baseada nos mais elevados sentimentos humanos. Professam-no e pregam-no sábios universalmente conhecidos [sic] (LOPES, 1913b, p. 1).

No parágrafo seguinte explicou sobre a necessidade de abolir a propriedade privada e os governos para conquista da “... verdadeira era de paz, de igualdade, de fraternidade e de liberdade”. E prosseguiu esclarecendo a diferença entre socialistas e anarquistas, afirmando que para estes além da socialização dos meios de produção também era fundamental a “... abolição de todo e qualquer governo e da propriedade individual, pela organização e federação livre das comunas”.

Após esses esclarecimentos básicos, discorreu sobre a Revolução Mexicana e concluiu em defesa dos revolucionários, dizendo:

Em nome, pois da solidariedade humana e dos mais nobres attributos da nossa espécie, protestamos contra qualquer intervenção do governo dos Estados Unidos na revolução do México e daqui enviamos as nossas mais entusiasticas saudações aos hervés revolucionários e os nossos mais ardentes votos pela victoria de sua causa, que é a causa da humanidade [sic] (LOPES, 1913b, p. 1).

Observa-se que como característica marcante na escrita de Dr. Orlando, a transparência e veemência como tratava os diversos assuntos de sua época e na defesa de suas ideias, chegando mesmo a ser citado em alguns jornais como ‘*o destemido Dr. Orlando*’ ou mesmo ‘*Orlando furioso*’. Tinha um especial interesse por temas políticos, sendo esta temática abordada em quase todos os seus artigos localizados, tanto como positivista, como anarquista.

⁷⁴ Ele se referia a Lei de 1913, Decreto nº 2741 de 8 de janeiro, que também contou com a participação de Adolpho Gordo. Mais rigorosa que a de 1907, retirou os artigos da lei anterior que protegiam os estrangeiros residentes no Brasil, sendo por isso considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

⁷⁵ LOPES, O. C. A Revolução no México, **A Epoca**, Rio de Janeiro, p.1, 21 fev. 1913b. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=1736>> Acesso em 16 jan. 2013.

O papel de propagandista que desempenhava quando defendia os princípios científicos da república positivista, continuou desempenhando com o mesmo ardor, quando se tornou anarquista. Daí que vamos acompanhá-lo não apenas em artigos escritos na imprensa diária, mas principalmente, em ativa militância através da participação em comícios, em conferências, na criação do *Centro de Estudos Sociais*, na organização e participação de congressos e imprensa anarquistas.

O ano de 1913 foi de grandes agitações e comícios devido à carestia. Em março *A Epoca*⁷⁶ dedicou a primeira página inteira e parte da segunda, para o grave problema da alta e escassez de alimentos, cujos maiores prejudicados eram os trabalhadores.

Nesta edição Dr. Orlando assinava o artigo ‘*É este o caminho*’ que abria a matéria, fiel aos princípios anarquistas e como bom propagandista, fez uma análise da conjuntura política e social, esclarecendo que as raízes da crise eram a própria estrutura capitalista:

O próprio direito de reunião foi conquistado pelo povo [em] revolta contra o que os governantes chamam a ordem social e que outra coisa não é que a manutenção da sociedade dividida em classes, uma muito numerosa que trabalha e soffre e outra muito menor que gosa e governa [sic] (LOPES, 1913c, p.1).

Observa-se através da imagem a seguir, aspectos da formatação do jornal e o destaque dado ao artigo de Dr. Orlando, na coluna da esquerda.



Ilustração 8: Primeira página do diário A EPOCA com artigo de Dr. Orlando. 6 mar. 1913

⁷⁶ LOPES, O.C. A Revolução pela Fome. *A Epoca*, Rio de Janeiro, p.1-2, 06 mar. 1913c. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=1848> > Acesso em 16 jan. 2013.

Assim, um aspecto importante da escrita de Dr. Orlando era esta capacidade de articular a situação conjuntural, como: crise econômica, acontecimentos políticos, decisões governamentais, ações do legislativo e judiciário, enfim o cotidiano político e social brasileiro à análise teórica da defesa do anarquismo, de modo didático.

Uma das atividades desta nova militância anarquista eram as conferências. Então, encontramos publicação da Liga Operária do Distrito Federal⁷⁷ agradecendo conferência dele realizada na Vila Proletária em comemoração ao 1º de maio com a presença de Edgar Leueronth. Outra se realizou na Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Também realizou conferência para os associados do Centro Cosmopolita, que foi reproduzida na íntegra no jornal⁷⁸. Falou sobre a formação histórica do Estado, sua função opressora, a diferença entre Estado e sociedade, a compreensão dos anarquistas e citou Kropotkin. Iniciou a conferência com modéstia, como podemos ler:

Não vos venho, por certo, pregar idéas e theorias elaboradas pelo meu cérebro medíocre, mas transmittir-vos, em rápida palestra, com a minha palavra pallida, mas sempre sincera, alguma coisa do que tenho assimilado no estudo e na meditação das obras dos grandes pensadores modernos, depois que as mais acerbas desillusões me invadiram a alma, obrigando-me a renegar os princípios falazes e errôneos em que fui creado e educado[sic] (LOPES, 1913d, p. 3).

Esta afirmação sincera e consciente de Dr. Orlando possibilita retomar o diálogo com Thompson (1981, p. 16) quando questiona:

Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isso se dá? Certamente não iremos supor que o “ser” está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a “consciência” (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento.

Desta forma, podemos considerar que homens e mulheres interagem com a realidade, de forma dialética, através de suas experiências e reflexões, não sendo possível isolar uma da outra.

Retomemos a conjuntura de 1913 que a grave crise fomentou diversas mobilizações, cujas lideranças eram perseguidas, presas, torturadas e quando estrangeiros, expulsos,

⁷⁷ LIGA Operária do Distrito Federal. **A Epoca**, Rio de Janeiro, p.11, 04 maio 1913. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=2366>> Acesso em 18 jan. 2013.

⁷⁸ LOPES, O. C. O ESPÍRITO de Associação e o Estado, **A Epoca**, Rio de Janeiro, p.3, 06 jul. 1913d. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=2906>> Acesso em 18 jan. 2013.

principalmente se fossem anarquistas. Entretanto, a solidariedade entre os trabalhadores também se fazia presente e foi demonstrada contra a prisão arbitrária de líderes sindicais em São Paulo. Dr. Orlando denunciou essas prisões inconstitucionais e arbitrárias tanto através de artigos quanto participando dos comícios organizados no Distrito Federal, quando foi fotografado discursando publicado em matéria d'A *Epoca*⁷⁹, como pode ser visto na ilustração abaixo.



**Ilustração 9: Recorte da matéria publicada no diário A Epoca.
Comício no Largo da Carioca realizado 08 maio 1913**

É possível ver Dr. Orlando (ao centro) discursando com chapéu na mão e braço levantado. O comício realizado no Largo da Carioca no dia anterior, às 17 h. tinha como principal objetivo exigir a libertação de dois líderes sindicais presos em São Paulo e protestar contra as violências policiais deste estado e do Rio de Janeiro.

A matéria afirmava que “... Dr. Orlando Lopes dirigiu-se para o centro daquele largo, subindo os poucos degraus do obelisco ali existente. Em torno, grande número de populares que aguardava...” (O MEETING..., 1913, p. 4) O discurso dele pautou-se pelo direito de protestar em praça pública, denunciando a polícia paulista e carioca e exigindo que os presos fossem libertados. Este comício foi dissolvido com violência pela polícia da Capital Federal.

De acordo como o jornal *A Epoca*⁸⁰, outro comício foi organizado para o dia seguinte, pelas associações sindicalistas revolucionárias e pela nova associação de propaganda anarquista, o Centro de Estudos Sociais.

⁷⁹ O MEETING de Hontem. *A Epoca*, Rio de Janeiro, p.4, 09 maio 1913. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=2403>> Acesso em 18 jan. 2013.

⁸⁰ A VICTORIA da opinião pública. *A Epoca*, Rio de Janeiro, p.4, 10 maio 1913. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=2411>> Acesso em 18 jan. 2013.

O jornal citou, além de Dr. Orlando, a participação de vários oradores anarquistas, como João Gonçalves da Silva, Zenon Budaszewski, Candido Costa, representante do sindicato dos carpinteiros e Cecílio Vilar da Confederação Operária Brasileira. Segundo *A Epoca*, a cada orador a multidão aplaudia aos gritos de “viva a anarquia!” A manchete da matéria afirmava que ‘o anarquismo já é pregado na praça pública’.

Dr. Orlando estava à frente do Centro de Estudos Sociais. Segundo Gallo (1990, p. 28), a luta anarquista se dá através da prática da ação direta. Esta prática que objetiva construir a revolução baseia-se em atividades de propaganda e educação voltadas para a conscientização dos trabalhadores. Os jornais e revistas são considerados importantes veículos de propaganda dos ideais libertários, como também a educação permite que o povo seja instruído para entender os processos sociais desenvolvendo consciência e autonomia. O autor afirma que para tanto “... os libertários desenvolveram diversos ‘centros de estudos sociais’...”. Neste aspecto, encontraremos Dr. Orlando participando de diversas atividades educacionais e de propaganda anarquistas como militante desta nova associação anarquista.

Uma dessas atividades, noticiada pelos jornais deste período, foi sua participação na comissão designada pelo Centro de Estudos Sociais para receber o jornalista Pinto Quartim, diretor do semanário anarquista *Terra Livre*, expulso de Portugal. Esta comissão contava também com a participação de J. Gonçalves da Silva, Francisco Viotti e Astrogildo Pereira. Na ilustração a seguir, Dr. Orlando (a direita) e Pinto Quartim em visita ao jornal *A Epoca*⁸¹.



Ilustração 10: Recorte da matéria publicada n’A Epoca. Redação do diário A Epoca, 04 set. 1913.

⁸¹ O JORNALISTA Brasileiro Pinto Quartim... *A Epoca*, Rio de Janeiro, p.1, 05 set. 1913. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=3450> > Acesso em 18 jan. 2013.

O Centro de Estudos Sociais da Capital Federal exerceu o importante papel na propaganda e educação anarquistas, seus membros também ofereciam aulas de formação geral, conforme notícia no jornal⁸²: “... É este por enquanto o quadro dos professores: - Aritmética, Drs. Orlando Corrêa Lopes e João Gonçalves da Silva; Português, Dr. Orlando Corrêa Lopes; Francês, Hemeterio de Vasconcellos; Inglês, Meyer Seldneau; Geografia, Carlos de Lacerda e Literatura, Fabio Luz”. (CENTRO..., 1913, p. 4) Muito ativa, a jovem associação anarquista era sempre notícia nos jornais, como podemos ver na ilustração a seguir:



**Ilustração 11: Recorte do jornal A Noite, 27 jun. 1914.
Sede do Centro de Estudos Sociais.**

Retomando o diálogo com Gallo (1990, p. 27), o autor esclarece que o internacionalismo é outro importante princípio anarquista. Segundo ele, os anarquistas não concebem a liberdade restrita a fronteiras nacionais, já que estas são entendidas como “...

⁸² CENTRO Cosmopolita. **A Epoca**, Rio de Janeiro, 15 nov. 1913. Coluna Operária, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=4063>> Acesso em 18 jan. 2013.

projetos de dominação e exploração.” Este pensamento era uma novidade para Dr. Orlando que fora educado a partir de ideais republicanos nacionalistas.

Neste aspecto, podemos entender sua empolgação ao escrever sobre a realização do 2º Congresso Operário Brasileiro⁸³. Neste artigo⁸⁴, Dr. Orlando elogiou a organização do congresso e suas resoluções, a cultura operária, os debates ocorridos e os assuntos tratados. Escreveu, entusiasmado:

[...] enquanto a diplomacia, entre salamaleques e medidas ridículas, pensa resolver o equilíbrio da paz internacional, escudada na tonelagem das suas esquadras, os operários rompem as fronteiras territoriais e, dominados por sentimentos mais alevantados e mais nobres, em nome da fraternidade e da solidariedade internacional dos que trabalham, se aparelham para acabar com as guerras [...] (LOPES, 1913e, p. 3)

Citou como resolução do congresso o pacto internacional entre a Confederação Operária Brasileira (COB), a Federación Obrera Argentina e a Federación Obrera Uruguiaia contra a lei de expulsão de estrangeiros e a aprovação de uma comissão com representantes dos três países para organizar um Congresso Operário Sul-americano.

O ano de 1914 foi de guerra mundial, de grande agitação política e da repressão instituída através do estado de sítio decretado pelo governo federal. No início de março, o decreto estabelecia o estado de sítio no Distrito Federal, em Petrópolis e Niterói. Segundo o decreto publicado nos jornais era preciso manter a ordem pública perturbada “... por meio de criminosa propaganda, mas também pela prática de actos...”⁸⁵.

O diário *A Epoca* sofria intervenção, sendo intimado a não publicar artigos de oposição e Dr. Orlando teve que se afastar. Ficamos sabendo deste episódio através do

⁸³ O 1º Congresso Operário Brasileiro realizou-se de 15 a 20 de abr. 1906, com predomínio das ideias libertárias, fundou a COB (Confederação Operária Brasileira). Em 1912, o Presidente Mal Hermes patrocinou um congresso operário com o objetivo de fortalecer suas bases políticas, que foi dirigido por seu filho Mario Hermes e fundou a CBT (Central Brasileira do Trabalho). Em resposta, a COB organizou em set. 1913, o 2º Congresso Operário Brasileiro, do qual participou Orlando Corrêa Lopes. Maiores informações disponíveis em: <http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/c/cob_cong_oper_bras.htm> Acesso em 18 jan. 2013.

⁸⁴ LOPES, O. C. O 2º Congresso Operário Brasileiro *A Epoca*, Rio de Janeiro, p. 3, 20 set. 1913e. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=3580>> Acesso em 18 jan. 2013.

⁸⁵ O DECRETO de estado de sítio. *A Epoca*, Rio de Janeiro, p. 1, 5 mar. 1914. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=5021>> Acesso em 20 jan. 2013.

próprio Orlando Lopes: “... Sobreveiu o estado de sítio, vindo-me obrigado a sahir do Rio de Janeiro, para não dar o gosto, ao Chico Labaredas⁸⁶, de prender-me, como pretendia⁸⁷”.

Se Dr. Orlando não tivesse saído da capital federal teria sido realmente preso junto com outros jornalistas, como foi o próprio diretor de *A Epoca*, Dr. Vicente Piragibe, que somente foi posto em liberdade pelo governo em 1º de maio, conforme notícia que dizia terem sido libertados “... todos os cidadãos que se achavam presos em virtude da decretação do vigente estado de sítio”⁸⁸.

Com os jornais censurados e a liberdade de imprensa comprometida devido ao estado de sítio, durante alguns meses não teremos notícia de Dr. Orlando. Com a prorrogação do estado de sítio até 31 de outubro de 1914, várias vezes levantaram-se contra tal situação política denunciando sua inconstitucionalidade, Rui Barbosa foi uma delas junto ao Senado e ao Supremo Tribunal Federal. Esta insatisfação da sociedade pode ter sido motivo para diminuição da censura à imprensa, já que antes de findo o estado de sítio, *A Epoca*⁸⁹ publicou uma entrevista com Dr. Orlando, conforme vemos na ilustração a seguir:



Ilustração 12: Recorte da matéria d'A Epoca, 01 jul 1914.
Entrevista com Dr. Orlando

⁸⁶ Chico Labaredas era a forma jocosa de referir-se a Francisco Valladares, chefe da polícia do Distrito Federal, a partir de novembro de 1913.

⁸⁷ LOPES, O. C. Enfrentando Malfeitores. *A Epoca*, Rio de Janeiro, p. 1, 18 jan. 1915. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=8472> > Acesso em 10 jan. 2013.

⁸⁸ UMA HOMENAGEM do governo aos trabalhadores nacionaes. *A Epoca*, Rio de Janeiro, p. 1, 02 maio 1914b. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=5299> > Acesso em 20 jan. 2013.

⁸⁹ O CONGRESSO anarchista internacional de Londres. *A Epoca*, Rio de Janeiro, p. 2, 01 jul. 1914c. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=5816> > Acesso em 20 jan. 2013.

A matéria não foi assinada, mas seu autor afirmou que fora colher informações sobre o congresso anarquista que se realizaria dali a dois meses em Londres, com o colaborador do jornal, Dr. Orlando, por ter certeza que através deste conseguiria “... informações completas e interessantes...”. Mencionou sua aproximação com o anarquismo, escrevendo que “... foi quando fazia parte da redação d’A *Epoca* que o nosso distinto colega Dr. Orlando Corrêa Lopes evoluiu do positivismo para o anarquismo...” (O CONGRESSO..., 1914c, p. 2).

Dr. Orlando iniciou a entrevista, como bom propagandista do anarquismo, esclarecendo seus princípios para depois falar que o congresso reuniria representantes de grupos e federações anarquistas da Inglaterra, França, Alemanha, Espanha, Portugal, Itália, Rússia, Áustria, Suíça, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Noruega, colônias da Ásia, Austrália, Argentina, Peru, Uruguai, Brasil, Estados Unidos e México. Informou que no Rio de Janeiro, os anarquistas reuniam-se na sede do Centro de Estudos Sociais, à Rua dos Andradas nº 87, onde também funcionavam a Federação Operária do Rio de Janeiro e a COB, além de vários sindicatos de ofícios e associações operárias. Ainda estavam decidindo sobre a representação e a tese que o Brasil apresentaria, mas com certeza, seria relativa à imigração para desmentir a propaganda enganosa que o governo e embaixadas faziam sobre as condições de vida e trabalho no Brasil. Afirmou que:

É preciso contar às classes trabalhadoras da Europa, por meio do congresso de Londres, que aqui também os trabalhadores vivem na miséria, que há milhares de brasileiros que não tem trabalho, porque a terra e os instrumentos de trabalho estão em mãos também de meia dúzia [...] Mas, sobretudo, o que é preciso que eles saibam é que temos aqui uma lei de expulsão de estrangeiros, que é uma ameaça constante à liberdade dos trabalhadores que aqui se vem instalar (O CONGRESSO..., 1914c, p. 2).

Como podemos observar, Dr. Orlando falava abertamente sobre o anarquismo, mesmo estando em vigor o estado de sítio. Essa franqueza do discurso que acompanhou sua trajetória política, incorporando-se à sua identidade, a autoridade para circular nos espaços de poder político e da imprensa diária, lhe conferiam condições e facilidades para fazer a propaganda do anarquismo de maneira peculiar. Percebe-se que ele tinha esta consciência, pois aproveitava bem todas as possibilidades que se apresentavam. Na imprensa diária não existia quem falasse mais abertamente sobre os princípios do anarquismo como ele.

Em 30 de novembro de 1914, com o lançamento da publicação mensal anarquista *A Vida*, Dr. Orlando fez sua estreia na organização da imprensa libertária. O diário *A Epoca*⁹⁰ saudou o mais novo colega como uma notinha que dizia:

Os seus editores não pensaram só em fazer uma publicação digna de ser lida, mas também de ser vista, pois a esplêndida e sugestiva alegoria da capa, como a bem cuidada partitura material do texto, dão-lhe um aspecto sympathico que convida à leitura. Esta é muito interessante e de valia e os nomes que subscrevem os seus artigos, como os srs. dr. Fabio Luz, Orlando Corrêa Lopes, José Oiticica e Hermes Fontes vêm-nos dizer que o anarchismo no Brazil conta já com elementos intellectuaes de real merecimento[sic] (*A VIDA*, 1914d, p. 6).

A seguir vemos a ilustração da capa que se referiu a matéria d'*A Epoca*.

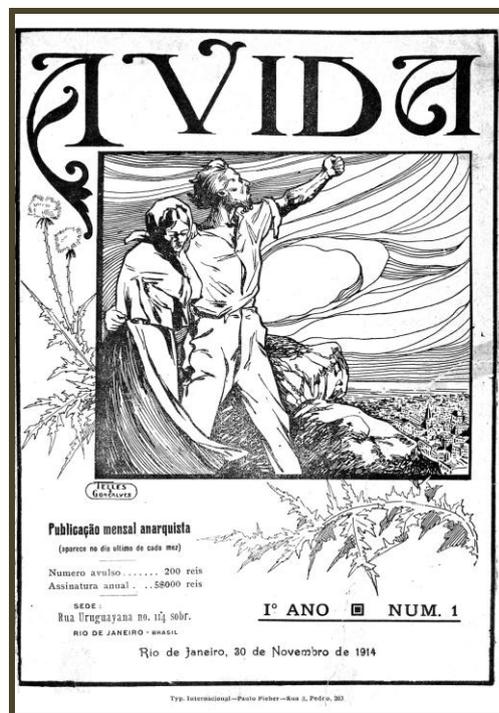


Ilustração 13: Capa de lançamento da Revista Anarquista *A Vida*, 30.11.1914, AMORJ

Segundo Ventura (2006, p. 25) a Revista *A Vida* é “considerada a primeira revista teórica brasileira voltada para a formação ideológica e organização da classe operária”. No ensaio de Penna (2011, p.1) sobre este mensário anarquista o autor afirma que “... Fábio Luz, José Oiticica e Orlando Corrêa Lopes, foram à frente desta revista jornal, nomes a difundirem o ideário anarquista...”. A revista era administrada por Francisco Viotti e Nilo Ferreira.

⁹⁰ “A VIDA”. *A Epoca*, Rio de Janeiro, p. 6, 01 dez. 1914d. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=6912> > Acesso em 20 jan. 2013.

Os artigos de Orlando nesta revista continuaram desenvolvendo a temática sobre do Estado e dos governos, enfocados pelo viés do anarquismo, ou seja, pela opressão do Estado e contra a propriedade privada. No primeiro número, Dr. Orlando assinou o artigo *Guerra aos Senhores*, onde escreveu:

E que é que mantem o Estado senão o regimen economico, baseado sobre a propriedade privada? Ao em vez, portanto, de combater os homens, de apelar para leis sabias e liberais, o que é preciso é combater todas as leis, todos os governos, afim de que o povo se governe por si, sem tutores, sem senhores, sem protetores (A VIDA, 1914, p.4).

No número 2 da revista não há artigo do Dr. Orlando, entretanto, uma notinha (dez. 1914, p.12) comunica a “excelente conferência” que no dia 18 daquele mês, Dr. Orlando realizara no Centro de Estudos Sociais com o tema ‘*A moral positivista e a moral anarquista; o problema social do ponto de vista positivista e do ponto de vista anarquista*’.

Em outro artigo *Continue a agitação!* (jan.1915, p.3) que escreveu sobre a situação política no estado do Rio de Janeiro, perguntava “... Qual a função das leis senão a de garantir o explorador contra o explorado, o forte contra o fraco?”. Em *Transformar e não reformar* (fev.1915, p.51-52) argumentava que a crise econômica brasileira não se resolveria apenas pela eleição de homens honestos, já que sua causa era o próprio sistema capitalista:

Não; a causa das nossas desgraças não está nos homens, mas na atual organização da sociedade. [...] A guerra européia veio demonstrar que a sociedade humana não pode manter-se sob o atual regimen economico-politico, isto é, sob uma organização bazeada na exploração do homem pelo homem, na luta de um contra todos, no direito do mais forte, desprezados o apoio mutuo e a solidariedade. O que é preciso é transformar e não reformar [sic] (A VIDA, 1915, p.52).

A Revista *A Vida* trazia artigos sobre os mais diversos assuntos abordados pela ótica anarquista, condição feminina, educação, diferenças entre positivismo e anarquismo, religião, etc. Apresentava preocupação com a formação de valores anarquistas, sugerindo, inclusive, literatura de diversos pensadores libertários. Entretanto, pelos avisos de cobrança e balancetes percebe-se que a situação financeira não era boa, pois até 31 de janeiro, somente 16 assinantes haviam pago.

Em março do mesmo ano, Dr. Orlando lançou o panfleto *Na Barricada*, notícia nas publicações anarquistas, *A Vida* e *A Lanterna*, e n’*A Epoca* que vinha explicando, este gênero inédito no Brasil. Pelo que já acompanhamos da trajetória de Orlando Lopes, podemos afirmar que ele tinha maior familiaridade com a notícia diária, seus artigos mesmo aqueles mais teóricos se pautavam por assuntos do dia-a-dia, o novo periódico atendia mais ao seu estilo de escrita. Sendo assim, a propaganda na Revista *A Vida*, ratificava esta preferência:

Surgiu, enfim, no dia 15 deste mez, o esperado panfleto. O que é e há de ser, dil-o o seu redator ao público: Sem entraves de qualquer espécie, banidos todos os preconceitos cívicos e religiosos, inteiramente livre da política e dos políticos [...] farei NA BARRICADA a critica dos acontecimentos mais importantes de cada quinzena...” Jornalista vigoroso e destemido, o nome do camarada Orlando é uma garantia segura de êxito para a nova publicação cuja leitura recomendamos vivamente (PUBLICAÇÕES recebidas, mar.1915, p.79).

N^o *A Epoca*⁹¹, matéria de primeira página com fotografia de Dr. Orlando, esclarecia:

O pampheto é quase desconhecido no nosso meio de publicidade e, no entanto, nos países do além-mar, [...] tem sido um elemento preponderante na victoria das boas idéas e das causas justas[...] será, afinal, uma publicação feita para o povo e pelo povo, o porta-voz claro das suas aspirações mais nobres e a bandeira triumphante das suas reivindicações mais justas [sic] (NA BARRICADA, 1915a, p. 1).

No periódico *A Lanterna: anti-clerical e de combate*⁹², publicação libertária de São Paulo, o lançamento de *Na Barricada* também foi comemorado:

É um precioso panfleto de original (altura?), com vinte páginas de elegante formato, trazendo na capa uma bem feita gravura simbolizando expressivamente a propaganda que vem sustentar. [...] basta dizer que seu redactor-único o nosso camarada dr. Orlando Corrêa Lopes, consagrado jornalista que, já tendo militado com grande brilho na imprensa diária do Rio, dedicou-se agora, com proficiência e ardor, à propaganda libertária [sic] (NA BARRICADA, 1915, p.2)

Pesquisando este periódico, pode-se constatar que ele passou por três momentos diferentes: inicialmente, como panfleto criado e escrito por Orlando Corrêa Lopes, como citado acima. A partir do número 11, com formato de ‘jornal de combate e de critica social’ dirigido por ele, mas redigido por um grupo e no terceiro momento, após a resolução do Congresso Anarquista Sul-americano, quando os proprietários cederam o jornal “a título gratuito e livre de qualquer divida” a um grupo para se constituir, exclusivamente, num periódico de propaganda anarquista.

Apesar de *Na Barricada* ter sido lançado em 15 de março de 1915, só foi possível localizar as publicações a partir do número 11, de 19 de agosto de 1915, quando o periódico passou de panfleto quinzenal para jornal de combate. Mesmo assim, através de nota publicada

⁹¹ “NA BARRICADA”. *A Epoca*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 mar. 1915a. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=7678> > Acesso em 20 jan. 2013.

⁹² “NA BARRICADA”. *A Lanterna*, São Paulo, p. 2, 27 mar. 1915. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=366153&PagFis=1103> > Acesso em 20 jan. 2013.

n'A *Epoca*⁹³, ficamos conhecendo os assuntos abordados no número 4. O sumário confirmou nossa análise sobre as preferências de Dr. Orlando pelos comentários de notícias do cotidiano. Como exemplo, foram abordados: a crise econômica brasileira, a intervenção no Contestado, as expedições de Rondon e sua relação como os índios, etc.

A seguir imagens de *Na Barricada*, como jornal de combate e crítica social e como periódico anarquista:



Ilustração 14: Publicação fundada e dirigida por Dr. Orlando. 15 mar. a 28 out. 1915 (2ª fase)



Ilustração 15: Após a resolução do Congresso. 4 nov. 1915 a 1 maio 1916 (última fase)

Ao iniciar a segunda fase do periódico, Dr. Orlando deu a seguinte explicação ao público leitor:

O modesto pamphleto quinzenal que, com este nome, fundei a 15 de março do anno corrente, entra hoje em uma nova phase. Em formato de jornal, trabalhado também por jornalistas, publicistas e homens de letras [...] já não estarei sozinho a sustentar campanhas de saneamento social e a abordar prementes problemas da actualidade [...] vejo agora a meu lado, nesta trincheira popular, a combater por ideias alevantados e nobres, em busca de um futuro melhor e de uma maior felicidade [sic] (LOPES, ago. 1915, p.1).

Foram citados como colaboradores efetivos do jornal: Lopes Trovão, Fabio Luz, Pedro do Coutto, Coelho Lisboa, José Oiticica, Carlos de Vasconcellos, Campos de Medeiros, Sampaio Ferraz, Hermes Fontes, Domingos Ribeiro Filho, Theodoro de Magalhães, Reis Carvalho, Mauricio de Lacerda, Sarandy Raposo, Silva Marques, nem todos eram anarquistas.

Destacamos desta edição o que escreveu Pedro do Coutto sobre Dr. Orlando, na coluna 'O que penso', ao explicar porque aceitou seu convite para colaborar com o jornal:

⁹³ "NA BARRICADA". A *Epoca*, Rio de Janeiro, p. 2, 1 maio 1915b. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=8091> > Acesso em 24 jan. 2013.

O meu velho amigo Orlando Lopes convida-me a colaborar em “NA BARRICADA”. Fal-o com aquella exuberância de gestos tão sua, deixando-me, com grande sympathia, a liberdade de falar como entender, divergindo mesmo de suas ideas, indo até, diz-me elle com largos movimentos “até a atacar-me, se quizeres”. [...] Orlando não merece ataque, digo-o sem lisonja. E não merece porque sua acção é sempre sincera, a sua conducta é normalmente digna, e os seus processos de lucta, claros e nobres [sic] (COUTO, ago.1915, p.1).

Nesta segunda fase, *Na Barricada*, não se apresentava como um jornal exclusivamente anarquista. No nº 12 de 26 de agosto de 1915, o próprio Dr. Orlando afirmou que os colaboradores que não eram anarquistas ampliariam o debate sobre o anarquismo:

Ora, Na Barricada é um campo aberto a todas as discussões e é com grande prazer que assistiremos os debates que se vão travar em suas columnas sobre as doutrinas anarchistas, do ponto de vista, da sua viabilidade, conforme as encararam Silva Marques e Pedro do Coutto [sic] (LOPES, ago. 1915, nº12, p.1).

Com esta atitude o jornalista e anarquista Orlando Corrêa Lopes demonstrou como levava a sério a defesa da liberdade de expressão, num país que os governos se valiam do estado de sítio para censurar e controlar a imprensa e a oposição. Outra característica que demonstrou a condução mais aberta, nesta fase do jornal, era a seção *O Proletariado Militante* “... em que poderiam colaborar livremente todos os operarios.” (NA BARRICADA, ago. 1915, nº11, p.1).

Nesta fase, o jornal também contou com a coluna ‘Na Barricada’, assinada por Orlando Corrêa Lopes, que tratava de algum acontecimento político da semana analisado criticamente, pelos princípios anarquistas.

Chamou-nos a atenção, a quantidade de anunciantes: produtos para cabelos, joalheria, Livraria Quaresma, loterias da Capital Federal, Galeria Artística Portuguesa, drogaria, advogados, clínica médica, cursos, até mesmo uma fábrica de doces e bebidas, a Usina de São Gonçalo. Isto nos permite refletir sobre dois indicadores o primeiro, o jornal deve ter feito sucesso, com um público fiel e o segundo, o empenho de Dr. Orlando para que o jornal conseguisse se sustentar financeiramente.

O último número desta fase foi publicado em 28 de outubro de 1915, Dr. Orlando e João Gonçalves da Silva se despedem dizendo que

Assim, pois, “Na Barricada”, no próximo numero entrará em uma nova phase de sua existência. Cedendo a sua propriedade e direcção, fazemos votos pela sua sempre crescente prosperidade e continuaremos a prestar-lhe o nosso concurso moral, intellectual e material [sic] (NA BARRICADA, 1915, nº21, p. 1).

Na edição seguinte, o novo grupo editor esclarecia ao público as mudanças e a atitude dos antigos proprietários do periódico:

Os camaradas Orlando Corrêa Lopes e João Gonçalves da Silva, numa reunião que fizemos, offereceram entregar o seu periódico *Na Barricada* a um grupo, que poderia imprimir-lhe uma feição caracteristicamente anarquista, poupando-nos assim os trabalhos e despezas iniciaes com a criação dum jornal novo [sic] (NA BARRICADA, 1915, nº22, p.1).

Esta mudança fazia parte das resoluções do Congresso anarquista sul-americano acontecido em setembro, na capital federal, convocado a partir de iniciativas dos anarquistas brasileiros tendo em vista o Congresso Internacional de Londres não ter se efetivado devido à explosão da Primeira Guerra Mundial.

De acordo com as diversas notícias publicadas, tanto na imprensa diária quanto na libertária, ficamos sabendo que a agitação internacional contra a guerra unificara anarquistas e socialistas que atendiam ao manifesto pela paz de Sebastien Faure⁹⁴. O movimento internacional pela paz tentou organizar um congresso internacional que aconteceria em abril de 1915, com a participação de delegados brasileiros, em Ferrol na Espanha.

No Brasil, a Confederação Operária Brasileira e o Centro de Estudos Sociais estavam à frente deste movimento e decidiam atuar com boletins, manifestos, folhetos, conferências e comícios. As reuniões aconteciam na sede do Centro de Estudos Sociais com participação de representantes das organizações de trabalhadores e da imprensa libertária, formando ‘a comissão popular de agitação contra a guerra’⁹⁵.

O congresso de Ferrol foi violentamente reprimido pelo governo espanhol e o representante brasileiro, José Castanheira, assassinado. Em 10 de maio de 1915, Dr. Orlando concede uma entrevista ao jornal *A Epoca*⁹⁶ esclarecendo o ocorrido e as ações de protesto organizadas pelo Centro de Estudos Sociais e pela COB.

⁹⁴ A GUERRA e os revolucionários sociaes **A Epoca**, Rio de Janeiro, p. 2, 16 mar. 1915. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=7723> > Acesso em 24 jan. 2013.

⁹⁵ PELA PAZ: a reunião de hontem no Centro de Estudos Sociaes. **A Epoca**, Rio de Janeiro, p. 2, 27 mar. 1915. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=7811> > Acesso em 24 jan. 2013.

⁹⁶ A AGITAÇÃO contra a guerra. **A Epoca**, Rio de Janeiro, p. 1, 10 maio 1915. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=8162> > Acesso em 24 jan. 2013.



Ilustração 1: Recorte da matéria d'A Epoca. 10 maio 1915
Entrevista com Dr. Orlando sobre o Congresso pela Paz em Ferrol

Nesta entrevista⁹⁷, Dr. Orlando afirmou que o telégrafo acabara de informar sobre a morte do representante brasileiro e que era mais um assassinato do Rei da Espanha, o grande assassino de Ferrer y Guardia. Também esclarecia que:

A comissão popular de agitação contra a guerra já convocou uma assembleia geral, em que foram tomadas várias resoluções. Vae ser convocado um grande meeting de protesto contra o acto tyrannico do governo da Hespanha e contra o assassinato do nosso companheiro João Castanheira. Será também lançado um manifesto e já foi aventada a idéa de realisarmos no Rio de Janeiro um congresso anarchista sul-americano [sic] (LOPES, 1915a, p.1).

As pesquisas não confirmaram se, de fato, a notícia da morte do representante brasileiro era verdadeira ou foi algum mal-entendido, mas alguns dias depois *A Epoca*⁹⁸ noticiava o comício no Largo de São Francisco para protestar contra a violenta repressão ao Congresso na Espanha. Segundo a matéria, Juana Buena, a companheira do operário assassinado, João Castanheira, discursou muito emocionada, reafirmando seus ideais revolucionários, "... que não esmoreceram com a morte daquelle que foi o seu companheiro

⁹⁷ LOPES, O. C. A Agitação contra a guerra. *A Epoca*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 maio 1915a. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=8162> > Acesso em 24 jan. 2013.

⁹⁸ PELA PAZ! *A Epoca*, Rio de Janeiro, p. 2, 13 maio 1915. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=8187> > Acesso em 24 jan. 2013.

de vida, antes mais se arraigam...” (PELA..., 1915f, p.2). Em seguida foi lida uma moção e o “... povo, que era bem grande, desceu pela rua do Ouvidor, dobrando a Avenida e tomando a rua General Câmara até ao largo do Capim, onde fica a sede da Federação Operária do Rio de Janeiro” (ibidem). De acordo com o jornal, durante a passeata, gritavam: “Abaixo a guerra! Viva a Internacional! Viva a anarquia! Abaixo as fronteiras! Morra Afonso XIII!” (ibidem).

No dia 24 de maio de 1915, uma reunião no Centro de Estudos Sociais convocada para decidir sobre o Congresso Anarquista Sul-americano, contou com a presença de trezentos libertários que elegeram uma comissão para organizar o congresso, composta por José Elias da Silva, Jose Henrique Netto e Dr. Orlando Corrêa Lopes, segundo o jornal *A Epoca*⁹⁹.

Ao mesmo tempo, a COB, Confederação Operária Brasileira, lançou a convocação aos socialistas, sindicalistas, anarquistas e organizações operárias de todo mundo para participarem do Congresso Internacional da Paz que se realizaria no Rio de Janeiro, nos dias 14, 15 e 16 de outubro de 1915, para debater o tema: ‘*Meios mais eficazes para fazer terminar a guerra europeia*’¹⁰⁰. A comissão organizadora era formada por Antonio F. Vieytes e Astrogildo Pereira.

Os dois congressos aconteceram seguidamente, primeiro o Congresso Internacional da Paz e nos dias seguintes, 18, 19 e 20 de outubro de 1915, o Congresso Anarquista Sul-americano. No domingo, dia 17 de outubro, foi organizado um comício contra a guerra, no Largo de São Francisco. No Congresso Internacional da Paz, Dr. Orlando, Astrogildo Pereira e Santos Barboza foram escolhidos respectivamente para presidente, secretário do expediente e secretário de atas. Dr. Orlando participou ativamente dos dois congressos, tanto na organização quanto nos debates. O primeiro Congresso obteve algum destaque na imprensa diária, enquanto o Congresso Anarquista Sul-americano foi pouco citado.

Conforme já citamos anteriormente, uma das resoluções deste congresso foi que os anarquistas da capital federal precisavam de um veículo de propaganda exclusivamente anarquista. Tendo acatado esta decisão, Dr. Orlando e seu sócio entregaram *Na Barricada* para cumprir este papel, entretanto, o jornal como periódico puramente anarquista, conseguiu editar apenas mais quatro números.

Ainda neste ano de 1915, em julho, uma notícia comunicava que Orlando Corrêa Lopes não era mais colaborador do diário *A Epoca*. Este desligamento acontecia logo após ter

⁹⁹ CONGRESSO Anarchista Sul-americano. *A Epoca*, Rio de Janeiro, p. 3, 24 maio 1915. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=8274> > Acesso em 24 jan. 2013.

¹⁰⁰ PELA PAZ... *Na Barricada*, Rio de Janeiro, 26 ago.1915. Proletariado Militante, nº 12, p.3.

desenvolvido intensa campanha com a série de artigos *Enfrentando Malfeitores*, contra o prefeito Rivadávia Corrêa, citada anteriormente. Talvez tenha sido este, o motivo principal, mas o desfecho deste episódio só foi possível conhecer numa publicação,¹⁰¹ anos mais tarde, relatada a seguir:

Haveria cousa mais difícil de acreditar do que a aceitação do anarquismo, pelo Sr. Wenceslau Braz? Anarchista, o solitário de Itajubá, o presidente que teve como chefe de polícia o falecido Aurelino Leal? “Blague” pura, dirão todos. Pois não é “blague”. De uma feita, Orlando Corrêa Lopes, cujos últimos anos de jornalismo foram consagrados à propaganda do credo Kropotkine, teve de ir ao Catete, formular, de viva voz, ao presidente da República, as razões pelas quais pleiteava a sua reintegração como funcionário da Prefeitura por meio de artigos tremendos contra o prefeito Rivadávia Corrêa. O presidente, que era o Sr. Wenceslau Braz, achou jeito de, à certa altura da palestra, aludir, escandalizado, ao anarquismo do visitante. Mas este, quando lhe tocavam na corda sensível, realizou, em pleno Palácio das Águias e para um único ouvinte, que era o presidente da República, a mais entusiástica e a mais convincente das conferências que ainda realizara o ardente orador dos pampas. Ao terminar a conferência o Sr. Wenceslau Braz murmurou:

- Mas isso é que é anarquismo?... Se é isso eu também sou anarchista.

E Orlando Corrêa Lopes, dentro em breve, era nomeado diretor da Escola Profissional Visconde de Mauá (FERRAZ, 1929, p. 2).

Encerramos a trajetória de Orlando Corrêa Lopes com esta citação, tanto por ela nos encaminhar para outra etapa de sua vida, dedicada à educação como diretor da escola Visconde de Mauá, objeto principal de nossas pesquisas, quanto por ela descrever de forma brincalhona, sua personalidade vibrante e corajosa na defesa de seus valores e ideias. Como nosso ensina Thompson:

Os valores não são “pensados”, nem “chamados”; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento) no “habitus” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. (THOMPSON, 1981, P. 194)

Esperamos neste capítulo, com o apoio teórico e metodológico de E. P. Thompson, ter apresentado como o processo histórico por que passou Dr. Orlando foi se apropriando das experiências vividas e das reflexões sobre estas, formando e transformando, dialeticamente, sua consciência política. Consciência que lhe permitiu aceitar o desafio de realizar algo completamente novo, ao assumir a responsabilidade de inaugurar e administrar uma escola profissional, localizada no distante subúrbio da cidade do Rio de Janeiro.

¹⁰¹ FERRAZ, Manuel. O comunismo e o sr. Mario Guastini. **A Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 18 jun. 1929. Disponível em: < http://memoria.bn.br/pdf2/116408/per116408_1929_B01084.pdf > Acesso em: 10 jan. 2013.

CAPÍTULO 3



Esses três anos de trabalhos manuais seriados constituem o curso técnico, ou preparatório, para qualquer das profissões que queira seguir o aluno. Ao lado do curso técnico funciona o curso de adaptação, que consta de desenho, ciências e letras. No quarto ano é que o aluno faz o curso verdadeiramente, verdadeiramente profissional. [...] Em primeiro lugar o aluno não perde tempo, pois cada exercício lhe apresenta uma dificuldade a vencer e, portanto, lhe mantém desperta a atenção, ao passo que se fizesse objetos acabados teria de repetir a mesma operação várias vezes. Depois, à proporção que vai se familiarizando com o manejo das ferramentas e aprendendo a técnica das operações vai adiantando no curso de desenho, de ciências e letras, isto é aumentando a sua cultura intelectual. E, por último, e só depois desse curso técnico, que o aluno, com alguma segurança pode escolher a profissão em se deve especializar (LOPES, 1926, p. 1. Entrevista para o jornal *Gazeta de Notícias*).

CAPÍTULO 3. O “FAZER-SE” DA ESCOLA PROFISSIONAL VISCONDE DE MAUÁ NA GESTÃO DO ANARQUISTA ORLANDO CORRÊA LOPES

Ao pesquisar a primeira década da Escola Visconde de Mauá, pretendemos acompanhar e analisar o processo histórico através do qual inaugurou e consolidou sua identidade de escola profissional no subúrbio carioca. Apesar das dificuldades e problemas que atravessaram décadas, governos e regimes políticos, ainda hoje, ex-alunos da Mauá das mais variadas gerações, os ‘*mauenses*’, se emocionam com lembranças dos tempos de escola. Alguns com consciência crítica dos problemas existentes, outros com tom nostálgico, mas todos exprimem um sentimento de ‘pertencer’ a uma instituição escolar profissionalizante de ‘qualidade’.

Para refletir sobre a representação da Escola Visconde de Mauá, como ‘instituição de ensino profissionalizante’, buscamos em Saviani (2005, p. 28) a definição do conceito de instituição. Segundo o historiador, a instituição é constituída para atender a determinadas necessidades humanas de caráter permanente, isto é, “... a instituição é criada para permanecer”, sua transitoriedade não é definida pelo tempo cronológico, mas sim pelo tempo histórico. Para o autor, as instituições são também sociais tanto na origem como no funcionamento em decorrência das relações estabelecidas entre seus sujeitos e a sociedade que está inserida. Para tanto, esclarece que

Tendo em vista as características indicadas, as instituições necessitam, se auto-reproduzir, repondo constantemente suas próprias condições de produção, o que lhes confere autonomia, ainda que relativa, em face das condições sociais que determinaram o seu surgimento e que justificam o seu funcionamento. E, se isso vale para as instituições, de modo geral, “a fortiori” se aplica às instituições educativas, uma vez que estas têm a prerrogativa de produzir e reproduzir os seus próprios agentes internos (SAVIANI, 2005, p. 29, grifo do autor).

Partimos deste conceito para entender e questionar, que o fato da escola ter sido criada como uma escola profissional, não lhe garantiria a institucionalização como tal. Da mesma forma, outras escolas foram criadas e nem por isso se tornaram instituições de educação profissional, ou melhor, não conseguiram se auto-reproduzir, como esclarece Saviani (op.cit.).

Assim, o objetivo deste capítulo é dissertar sobre as origens da escola, procurando desvendar as condições históricas nas quais esta se produziu como instituição de educação profissional, através das ações de seus próprios sujeitos. Partindo do princípio, que só é

possível reproduzir o que foi produzido, acreditamos que esta primeira década, sob a gestão de Orlando Corrêa Lopes, tenha sido determinante para este processo, conferindo-lhe a autonomia necessária que garantiu sua reprodução pelas gerações seguintes.

Cabe também considerar sua localização no subúrbio carioca dentro de um bairro operário. Em 1916, as opções de escolarização para os filhos desses trabalhadores eram raras, apesar do discurso unânime das autoridades sobre a importância social da escola, por isso acreditamos que esta escola tenha ocupado um lugar de destaque, quiçá simbólico neste espaço geosocial.

Outro importante elemento desta análise refere-se à atuação de Orlando Corrêa Lopes na gestão da escola. Já conhecemos as circunstâncias de sua nomeação, mas também conhecemos sua trajetória política para afirmar que não aceitaria a direção da escola, apenas para reassumir o cargo de funcionário público. Assim, podemos imaginar que ponderações o teriam levado a aceitar a indicação: a possibilidade de implantar uma escola ‘partindo do zero’? O fato de ser destinada aos filhos dos trabalhadores? A valorização da educação como importante veículo para a construção do ‘novo homem’ como entendem os anarquistas? Estar localizada no distante subúrbio da cidade, possibilitando menor controle da gestão pelo Estado? Que reflexões o fizeram aceitar o novo desafio?

Também é importante para esta reflexão situarmos a conjuntura política deste período. Com a eleição de Wenceslau Brás (1914-1918), pela rearticulação hegemônica da política do café-com-leite, e a nomeação de Aurelino Leal para chefe de polícia da Capital Federal, a perseguição aos anarquistas se intensificara, principalmente a partir de 1916, quando o chefe de polícia proibira os meetings anarquistas. A militância do anarquismo já antes difícil se tornou pior, quando em julho de 1917, o Supremo Tribunal declarou constitucional a proibição dos comícios anarquistas “... sob o fundamento de que a polícia não ultrapassara os limites das suas atribuições, pois o que lhe cumpria era precisamente prevenir possíveis alterações da ordem pública, decorrentes da propaganda subversiva feita nos meetings anarquistas¹⁰²”. Exatamente em 11 de julho de 1917, no mesmo dia do enterro do operário anarquista Antonio Martinez, assassinado pela polícia paulista, o Supremo Tribunal decidia pela ilegalidade dos comícios anarquistas, ou seja, na mesma proporção que cresciam as greves e mobilizações do movimento operário, acirrava a repressão aos anarquistas.

¹⁰² PELA Paz Publica. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 1, 12 jul. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&PagFis=35516> Acesso em: 18 fev. 2013.

Há de se considerar esta conjuntura política desfavorável influenciando em sua decisão. Ao assumir o cargo de diretor da escola, independente do que o levara a aceitar, pode indicar que ele estava disposto a realizar uma ação contra-hegemônica, exercendo o papel de um intelectual orgânico. Ou então, como explicar a atitude de um anarquista, com o grau de combatividade de Dr. Orlando, se subordinando à direção de uma escola administrada pela prefeitura municipal? Além da conjuntura desfavorável delineada a partir do novo consenso que devolvia a hegemonia política às classes dirigentes, a categoria de intelectual orgânico de Gramsci também pode nos auxiliar nesta análise.

Gramsci (apud COUTINHO, 2011) considerava este tipo de intelectual, aquele que, se identificando com determinada classe social, seja por origem seja por adesão, assumia posição de liderança e reflexão na defesa dos interesses desta classe, atuando, inclusive, em projetos contra-hegemônicos.

De acordo com Gramsci (idem, p. 208), existem dois planos superestruturais: sociedade civil (organismos denominados privados, como a escola) e a sociedade política (Estado), estes planos interagem, sendo no plano da sociedade civil que o Estado impõe seu projeto hegemônico e é também neste plano que se sucedem os conflitos e dissensões com projetos contra-hegemônicos.

Para o pensador italiano (idem, p. 207): “A relação entre os intelectuais e o mundo de produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas...”. Sendo assim, Gramsci não considerava a origem de classe determinante para a representação do intelectual orgânico, pois sua formação não era estabelecida diretamente pela estrutura social, mas antes, sofria a influência de outros aspectos culturais, inclusive educacionais.

Podemos considerar que Dr. Orlando exercia, em decorrência de sua formação e experiências, a função de um intelectual orgânico na defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Estes conceitos debatidos por Gramsci (1985, 2011), juntamente com o conceito de “fazer-se” usado por Thompson (1981, 1988, 2008) que considera a participação dos próprios sujeitos no processo histórico, mesmo quando subordinados à dominação social, estarão embasando nossas análises neste capítulo.

Os dois teóricos militantes não voltaram suas reflexões históricas apenas para o Estado e as classes dominantes, mas antes se preocuparam em pensar sobre a ação de sujeitos históricos não representados na história oficial. Assim, para estes,

a História deve ser concebida estruturalmente, desde que entendamos as chamadas estruturas sociais como espaços de sociabilidade, nos quais os indivíduos e os grupos sociais se movimentam, lutam pelos seus projetos e criam uma dinâmica social e histórica própria e imprevisível (VIEIRA e TABORDA DE OLIVEIRA, 2010, p. 528).

Feitos os esclarecimentos necessários à compreensão deste capítulo, vamos retomar a análise das fontes históricas que nos permitiram acompanhar o passado da escola e seus sujeitos.

3.1. O berço da Escola

Ao iniciar os primeiros estudos sobre a Escola Visconde de Mauá tínhamos como referência o dia 24 de outubro de 1914, data em que a escola comemora seu aniversário. No entanto, nas pesquisas realizadas nos Boletins da Prefeitura do Distrito Federal, arquivados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, não foi localizado nenhum decreto, mensagem ou referência, seja do Poder Executivo, seja do Poder Legislativo, sobre a escola antes do Decreto n. 1.726 de 31 de dezembro de 1915 que estabelecia o orçamento para o ano seguinte. (DISTRITO FEDERAL, 1915, p. 14).

Neste decreto encontram-se as despesas da Diretoria Geral de Instrução Pública, onde foram citadas quatro escolas profissionais, nos itens:

- 14. Escola Profissional Álvaro Baptista – 122.956\$000
- 15. Escola Profissional Visconde de Mauá – 109.190\$000
- 16. Escola Profissional Bento Ribeiro – 78.540\$000
- 17. Escola Profissional Rivadavia Corrêa – 106:800\$000

Dentro deste orçamento para a Escola Profissional Visconde de Mauá estavam previstos pagamentos para 1 Diretor; 1 Escriturário; 1 Professor do Curso de Adaptação; 1 Professor de Desenho; 2 Professores substitutos; 1 Auxiliar de Desenho e 1 Porteiro, além de verbas para o que era considerado Material: matéria-prima, despesas de pronto pagamento, instalação das oficinas, as diárias de mestres e contramestres e o pagamento de serventes.

Antes desta publicação, apenas um indício, em 16 de outubro de 1914, na Mensagem n. 316, do Prefeito Bento Ribeiro para o Conselho Municipal do Distrito Federal, solicitando autorização para a criação de outro distrito escolar tendo em vista o aumento do número de escolas, inclusive por “... entrarem para o quadro as escolas já oferecidas à Municipalidade na Vila Proletária Marechal Hermes”.

As duas publicações encontradas não respondem com exatidão sobre a criação legal da escola, entretanto, em dezembro de 1915, ela já existia legalmente com objetivo de ser inaugurada em 1916, senão não estaria prevista no orçamento para este ano.

Retrocedendo alguns anos, em 1912, uma matéria de jornal¹⁰³, que comentava a visita do Prefeito Bento Ribeiro às obras da Vila Proletária, referia-se à boa impressão do prefeito,

com adiantamento delas, especialmente quanto ao edifício da Escola Profissional onde serão instaladas desde já, as oficinas de carpintaria, serraria, marcenaria, torneiro, fundição, modelagem, ferraria e funilaria, as quais vão sendo aproveitadas na execução das obras, ficando depois para a mesma a Escola. (PELO Proletariado, 1912, p. 3)

O levantamento histórico sobre a escola¹⁰⁴ escrito em 1956, pelo Professor Roberto Barbosa da Silva, a pedido do Departamento de Ensino Técnico, que faz menção a essa inter-relação entre escola-vila proletária, que o Professor considerou “o berço da escola” (SILVA, 1956, p.2).

Entretanto, ele não afirmou que o prédio já fora construído com as duas intenções, ou seja, tanto para oficina das obras como para habitar futuramente a escola profissional, dando a entender que isto foi decidido depois ao escrever que “... aquela área edificada em forma triangular, com algumas máquinas de carpintaria foi cedida à Prefeitura [para] ser instalada e mantida uma escola profissional. As notícias de jornal indicam que o prédio com a instalação do maquinário, já nasceu com duplo objetivo desde a planta, tendo o lançamento da pedra fundamental do edifício da escola profissional sido realizado com a presença do Presidente Mal. Hermes, em 14 de dezembro de 1911¹⁰⁵.

Esta relação ‘genética’ entre vila proletária-oficina-escola nos permitiu refletir sobre a disputa pela apropriação desta materialidade como símbolo tanto pelo governo quanto pelos trabalhadores. Apesar das críticas ao uso político do governo federal na construção das vilas proletárias, há de se considerar como esta política habitacional deve ter refletido no seio da classe operária, já que era de fato uma demanda dos trabalhadores, como também era a demanda por escolas para seus filhos.

¹⁰³ PELO Proletariado. **A Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p.3, 05 abr. 1912. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&PagFis=29692 > Acesso em 16 jan. 2013.

¹⁰⁴ Trata-se de fotocópia de 15 páginas datilografadas, assinada por Roberto Barbosa da Silva em 13 de julho de 1956, professor de curso secundário. A cópia encontra-se arquivada no Centro de Memória da ETE Visconde de Mauá.

¹⁰⁵ O SR. PRESIDENTE da República visita as Villas ... **A Noite**, Rio de Janeiro, 05 abr. 1912. Última Hora, p. 3. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_01&PagFis=582 > Acesso em 16 jan. 2013.

Thompson (2008, p. 78-79) tomando emprestado o conceito de hegemonia de Gramsci para analisar a relação entre as culturas de elite e plebeia, emprega-o como conceito de hegemonia cultural, que pode auxiliar nossa análise, pois considera que esta hegemonia “... até quando imposta com sucesso, não impõe uma visão abrangente da vida [e pode existir ao mesmo tempo] com uma cultura muito vigorosa e autônoma do povo, derivada de suas próprias experiências e recursos”.

Dáí que podemos inferir que a construção da vila proletária e sua escola profissional tenha sido apropriada pela classe operária como um símbolo de conquista que, de certa forma, protegeu a escola, possibilitando que se consolidasse como uma instituição educacional técnico-profissional, garantindo a autonomia necessária a sua reprodução como tal. Esta consideração responderia, em parte, a questão da escola resistir historicamente com o perfil de origem, enquanto as demais sucumbiram às mudanças socioeconômicas.

O prédio da oficina-escola em forma triangular, planejado como edificação da Vila Proletária e seu entorno, podem ser observados, a seguir na fotografia de Malta. Nesta época, a região, a aproximadamente 30 km do Centro do Rio de Janeiro, ainda tinha um forte aspecto rural.

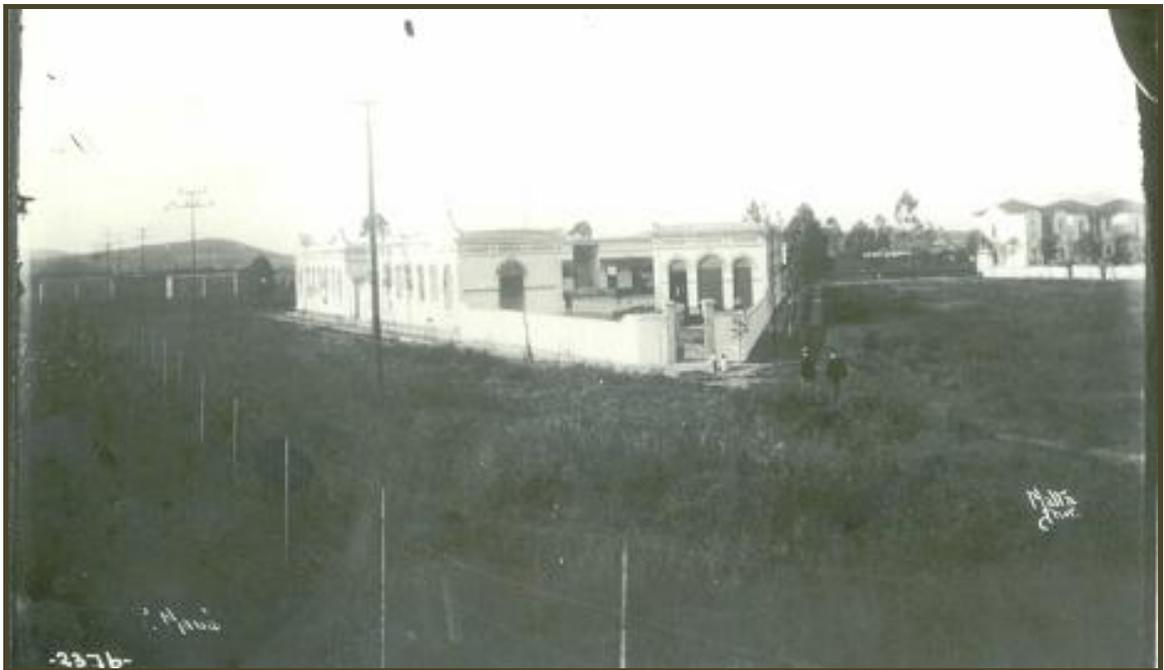


Ilustração 27: Escola Profissional Visconde de Mauá, 1917(?). À direita veem-se as casas da Vila Proletária (Acervo Centro de Memória da ETEVM)

A Mensagem do Prefeito do Distrito Federal, Rivadávia Correia, lida na sessão do Conselho Municipal de 1º de setembro de 1915 e publicada na imprensa¹⁰⁶, comunicava que o governo federal acabara de entregar à prefeitura o prédio da escola profissional construído na Vila Proletária Marechal Hermes, juntamente com os mecanismos, aparelhos e utensílios. A Mensagem afirmava que seria necessário concluir a construção do prédio e

completar a instalação de oficinas para que nele possa funcionar, no próximo ano, uma nova escola profissional masculina. Junto ao prédio existe um vasto terreno inaproveitado, parte pertencente à vila operária e parte ao Ministério da Guerra. Este terreno presta-se admiravelmente a diversas culturas e seria de toda conveniência que se pudesse obtê-lo para anexá-lo à escola, convertendo-o em campo de aprendizagem agrícola. (DISTRITO FEDERAL, 1915, p. 7)

Observou-se pela mensagem que a Escola Profissional Visconde de Mauá ainda não havia sido criada legalmente. Este documento de criação legal da escola com a denominação de Escola Visconde de Mauá, mesmo não localizado, encontra-se perdido entre os meses de setembro e dezembro de 1915, ou seja, entre a publicação da Mensagem do Prefeito e a publicação do orçamento em dezembro.

A confusão nas datas pode ter começado com o relatório de Silva quando afirmou que

Embora preconizado o dia 24 de outubro de 1916 como o da fundação da escola – equívoco assinalado até na placa comemorativa que se encontra no “hall”, à entrada – o certo é que dois anos antes dessa data tinha, já, existência legal a hoje “Escola Técnica Visconde de Mauá” (SILVA, 1956, p. 1).

Esta confusão, a princípio não teria importância, caso não apagasse da memória da escola o trabalho e empenho daqueles profissionais que estiveram à frente do seu processo de implantação. O que as pesquisas indicaram é que o prédio foi construído como escola profissional e aproveitado como oficina durante as obras da Vila, que a prefeitura recebeu o prédio, em meados de 1915, precisando ser concluído, mas somente com a chegada dos primeiros profissionais e alunos a escola passou a ter existência.

Para ser coerente com as contribuições de Thompson (1997), para quem os sujeitos estão presentes ao seu próprio *fazer-se*, vivendo sua própria história, não poderíamos considerar como marco de criação da escola, um documento oficial que nem sequer foi localizado, por isso retomamos o debate na defesa de 1916 como ano de fundação, para tanto

¹⁰⁶PREFEITURA... O Paiz, Rio de Janeiro, 02 set. 1915. Instrução Pública, p. 7. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&PagFis=28995 > Acesso em: 05 jan. 2013.

lembramos o Mestre Paulo Freire ao afirmar “... escola é, sobretudo, gente, gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima...”¹⁰⁷,

Apesar dos equívocos sobre as datas no relatório do Professor Silva, ressaltamos a importância deste, como fonte privilegiada para conhecermos detalhes da história da escola que não se encontram nos jornais nem nos seus arquivos. Silva (1956) pode contar com informações relatadas por professores que acompanharam o processo desde seu início, como ele mesmo reconheceu na introdução do documento:

[...] a história viva da Escola Mauá nos seus fundamentos, foi possível restaurar após constante e reiterada perscrutação e, sobretudo, através do largo e rigoroso inquérito a que, gostosamente, se submeteram os nossos prezados companheiros, professores Francisco Alves e Waldemar de Barros, os quais, partícipes nos acontecimentos desenrolados neste educandário, nos primeiros tempos de sua existência, contribuíram com informes preciosos para este trabalho (SILVA, 1956, não paginado).

Neste aspecto, o relatório também contribuiu para a perspectiva historiográfica deste trabalho que buscou considerar a importância dos sujeitos da escola no seu processo histórico.

3.2. A Escola Visconde de Mauá já tem diretor!¹⁰⁸

A inauguração da Vila Proletária Marechal Hermes aconteceu em 1º de maio de 1914, no último ano de governo do Marechal, antes mesmo de estar totalmente concluída, entretanto se passaram mais de dois anos até que a escola fosse inaugurada. Podemos creditar a demora na abertura da escola, à crise financeira, à falta de interesse político do governo, às dificuldades de organização da Diretoria de Instrução Pública, até mesmo à Primeira Guerra Mundial. Mas assumir a direção de uma escola, num subúrbio afastado, ainda rural, onde o prédio não estava concluído, sem luz e água e o mínimo necessário para começar, não devia ser uma oferta que atraísse muitos candidatos. A nomeação anterior à de Dr. Orlando serve como exemplo, o diretor nomeado sequer apareceu na escola.

¹⁰⁷ Poesia de Paulo Freire *Escola é...*

¹⁰⁸ Manchete no diário **A Noite** que comentava a nomeação de Orlando Corrêa Lopes para diretor da escola e informava que estavam sendo tomadas providências para o início das aulas. 05 jul. 1916a, Rio de Janeiro, p. 2 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_01&PagFis=8824> Acesso em 18 jan. 2013.

Antes da nomeação de Dr. Orlando, publicada em 4 de julho de 1916, o engenheiro Joaquim da Costa Leite apareceu nos Boletins da Prefeitura, como diretor em exercício da Escola Profissional Visconde de Mauá, no período de 29 de fevereiro a 26 de abril de 1916, data em que foi nomeado inspetor escolar do ensino técnico. Entretanto, as pesquisas não localizaram nenhuma ação dele como diretor, esta ausência foi confirmada por Silva (idem, p.2), que segundo registro lançado nas observações do atestado de frequência “deixou o cargo sem ter deixado qualquer sinal de sua passagem por ele”.

É provável que a nomeação de Dr. Orlando para diretor de uma distante escola do subúrbio, sem condições de funcionamento, tenha sido encarada, pelo governo, como uma estratégia para isolá-lo, afastando-o do centro da capital federal e da militância política. No entanto, sabemos que se ele não se intimidou diante de obstáculos bem maiores, não seriam as dificuldades materiais que iriam impedi-lo de lutar pelas condições necessárias ao bom funcionamento da Escola Visconde de Mauá.

Desde abril de 1916, a escola contava com Antonio Olinto Barbosa de Castro, nomeado como escriturário-almoxarife. Ao longo deste ano, outras nomeações foram publicadas nos Boletins da Prefeitura do Distrito Federal: Ernesto Maggioli dos Reis para professor do curso de adaptação (5 junho); o Engenheiro Walter Carlos de Magalhães Fraenkel para professor adjunto do curso de adaptação (4 julho); Manoel Henrique Lima para professor adjunto de Desenho (4 julho); João Maurício da Costa Jobim para Professor de Desenho (9 agosto); Aristides Brasil Ferreira Baptista para inspetor de alunos (18 novembro).

Também foram realizadas nomeações para o ensino profissional, em 17 de julho, os contramestres da seção de metal: Salvador Picantine e José de Moraes Pinto; seção de madeira: Álvaro Ramos dos Santos e Oscar Joaquim do Nascimento; seção agrícola: Elisiario de Araújo; seção de tijolo, pedra e cimento: Euclides Paulino da Fonseca. Em 29 de setembro, contramestres interinos para seção de metal, Francisco Alves e Luiz Alves da Costa e para a seção de madeira, Julio Pereira Mendes.

Dos primeiros nomeados nem todos continuaram, mas Antonio Olinto, Aristides Brasil e Francisco Alves ficaram na escola durante todo o período da gestão de Dr. Orlando, permanecendo mesmo após seu falecimento. Francisco Alves foi um dos professores que, em 1956, colaborou com o relatório de Silva, que se referiu a ele como “... o mais antigo da ‘família Mauá’ em exercício” (idem, p. 5).

Encarando o novo desafio, dois dias depois da nomeação, Dr. Orlando já estava na escola com o escriturário Antonio Olinto, verificando as providências para o “imediato funcionamento das aulas¹⁰⁹”. As matrículas de alunos também foram abertas no mesmo mês de sua posse, a partir do dia 25 de julho. Ainda neste mês, no dia 18, a escola recebeu a visita do Diretor da Instrução Pública, Afrânio Peixoto, que se comprometeu a realizar as obras necessárias para a adaptação.

Pelo volume de solicitações registradas, em 1916 e 1917, no Livro de ofícios do Almojarifado da Instrução Pública (AGCRJ) constatou-se que a escola carecia de praticamente tudo e que o grupo de profissionais recém-nomeado trabalhou muito para a escola funcionar. A movimentação, nos meses anteriores à inauguração da escola e nos primeiros meses de aula, pode ser acompanhada através da abertura de concorrência para a compra de todo tipo de material solicitado pela escola, conforme apresentamos a seguir:

Em 28 de julho de 1916: um bureau-ministro de peroba ou canela com oito gavetas; uma cadeira de peroba com giro e mola com assento de couro ou palhinha (espaldar);

Em 03 de agosto de 1916: recebia doação de cinquenta e três carteiras de duas escolas;

Em 19 de agosto de 1916: aquisição de maquinários e ferramentas para seção agrícola: semeadeira portátil, enxada, foice, ancinho etc. um cavador, um semeador de fileira continua...; um arado fixo; uma semeadeira portátil; uma máquina Tony para cortar forragem; uma pá de virar; uma enxada de três libras; um ancinho; um enguço; uma foice (regular); uma cavadeira mecânica para abrir buraco e um gadanho.

Em 22 de agosto de 1916: aquisição de material para as aulas de desenho e secretaria: (25) esquadro celuloide de 60°; (12) compasso de proporção; (25) transferidor de celuloide; (1) peça de tela para desenho; (1) cuba para lavagem de cópias de prussianato; (1) prensa de 1,00 X 0,80 para cópias; (1) peça de papel prussianato; (25) pau de nanquim (bom); (100) caderno para desenho (cartografia); (1) litro de tinta de cópia; (cento) folha para pagamento de pessoal docente (impressos); (cento) folha para pagamento de pessoal diarista (impressos) e (cento) folha para pagamento dos serventes (impressos).

Em 22 de agosto de 1916: aquisição de material para a seção de tijolo, pedra e cimento: (5) prumo para pedreiro; (20) brocha de cabelo para caiar nº 0, (20) nº 00 e (20) nº 000; (10) pincel chato ou redondo até nº 12, (10) nº 13 a 14; (10) colher para pedreiro de 0,21 a 0,25; (10) martelo para pedreiro (picadeiro); (5) torquês para pedreiro; (10) colher para

¹⁰⁹ VISITA à E. P. Visconde de Mauá. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 1, 7 jul. 1916b. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_01&PagFis=8835 > Acesso em 18 jan. 2013.

pedreiro de 0,11 a 0,20; (6) balde de zinco de 14” de boca: (6) pá de virar; (6) pá de planar e (2) alavanca de ferro calçada de aço de unha ou cunha.

Em 22 de agosto de 1916: material para secretaria escolar: (12) bloco de papel impresso; (2) cento envelopes impresso; (1) molhador de papel para prensa; (1) livro de matrícula igual ao modelo; (1) carimbo com visto do Diretor; (1) carimbo para o escripturario-almojarife (borracha); (1) carimbo para documentos; (3) carimbo com 1ª, 2ª, 3ª, VIA e (1) carimbo com Escola Profissional “Visconde de Mauá” e emblema da Prefeitura.

Em 28 de setembro de 1916: aquisição de material para desenho: (3) estojo para desenho de Kern nº 5357 e (1) um quadro negro perfeita esquadria de 1,30 X 1,10 com cavalete.

Em 19 de outubro de 1916: aquisição de material didático: (2) coleções de quadros esquemáticos para História Natural; (2) coleção de quadros esquemáticos para física.

Em 07 de dezembro de 1916: aquisição de material para seção de madeira e seção de metal: vários metros de tábuas de cedro, pinho, peroba; (12) torno de bancada inglês de ajustador de 5” boca; (12) torno de bancada inglês de ajustador de 5 ½” de boca; (6) cachorro mordente; (2) torno para mesa de máquina de furar.

Nos Livros de ofícios da Diretoria da Instrução Pública (AGCRJ), o então Diretor Afrânio Peixoto, encaminhou vários ofícios referentes às solicitações da Escola Visconde de Mauá ao Prefeito e outros órgãos da prefeitura:

Em 28 de junho de 1916: ao Prefeito a solicitação da escola para entrega de um exemplar diário do Jornal do Comércio.

Em 27 de julho de 1916: Após consentimento do Prefeito, o Diretor da Instrução Pública autorizou o almojarife entregar à Superintendência do Serviço de Limpeza Pública e Particular, as máquinas de furar, virar e cortar chapas, existentes no almojarifado que em troca doaria um arado, uma grade, uma parelha de muares e uma caixa d’água (desmontada) para a Escola Profissional Visconde de Mauá.

Em 09 de agosto de 1916: ao Prefeito a solicitação da escola para que fosse instalado um aparelho telefônico.

Em 18 de agosto de 1916: ao Prefeito a solicitação para junto ao Ministro da Fazenda, conseguir que fosse entregue ao Diretor da Escola Profissional Visconde de Mauá, o material existente nos depósitos da Vila Proletaria Marechal Hermes, que deveria ser empregado nas conclusões das obras da escola e de suas oficinas. O material era o seguinte: (3) portões de ferro; (100) limas de oficinas mecânicas; (200) brochas; (10) carrinhos de mão; (20) enxadas;

(10) picaretas; (5) alviões; (5) foices; (500) ladrilhos; (5000) telhas asbestos; ferragens destinadas ao alpendre do edifício da escola.

Em 27 de setembro de 1916: ao Superintendente da Light solicitando providências para que fosse ligada a luz elétrica na Villa Mauá, moradia do diretor da Escola Profissional Visconde de Mauá, devendo correr o consumo de luz por conta do diretor da mesma escola.

Em maio e junho de 1917: solicitação de mapas geográficos: (2) mapa da Europa; (2) mapa da Ásia; (2) mapa da América; (2) mapa da África; (2) mapa da Mundi; (2) mapa da Oceania; (2) mapa da América do Norte, além de mais material para desenho: (50) compasso de redução e (1) jogo de esquadro de madeira.

Por trás desta variedade de materiais solicitados, encontrava-se a movimentação da direção, professores, contramestres e funcionários para que a escola funcionasse. Acreditamos ser importante dar visibilidade a este esforço coletivo que buscava equipar e aparelhar a escola com as condições materiais necessárias, já que muitas vezes, este empenho não é reconhecido nem pelas autoridades, nem pela sociedade. É preciso considerar que as escolas não surgem prontas, ou parafraseando Thompson (1997) ao se referir à classe operária, não nascem naturalmente como o sol todas as manhãs, muito menos são obras dos políticos e autoridades que lhe cortam a fita de inauguração do prédio escolar e por isso, ganham reconhecimento histórico.

Numa perspectiva thompsoniana, que considera a participação de sujeitos comuns na história, conceituada como *história vista de baixo*, reconhecemos os sujeitos da escola no processo histórico de seu 'fazer-se', assim como Thompson soube reconhecer a participação dos próprios operários na formação da classe operária inglesa.

Assim, ficamos sabendo pela imprensa diária que a escola pode ser inaugurada em 24 de outubro de 1916, graças ao esforço coletivo desse grupo de profissionais, a notícia¹¹⁰ dizia que há três meses Dr. Orlando e equipe trabalhavam para a instalação da escola. Segundo esta matéria:

Toda a cobertura foi reparada e o edifício todo pintado e caiado. Os maquinismos e motores foram desmontados limpos e reparados pelos contramestres da escola. Foram instaladas oito privadas para alunos e mestres e duas para a administração. Foi feito o abastecimento de água potável, que não havia. Nas oficinas de madeira foi tornado estanque o compartimento subterrâneo, onde estão instalados um grande engenho de serra e uma serra de desdobrar. Os jardins e a arborização interna e externa

¹¹⁰ INAUGURA-SE amanhã a Escola Visconde de Mauá. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 4, 23 out. 1916c. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_01&PagFis=9446 > Acesso em 18 jan. 2013.

forma reparados e refeitos [...] Hoje, quando visitamos a escola, estavam substituindo os vidros quebrados [...] (INAUGURA-SE..., 1916c, p.4).

Silva (1956, p. 6) também comentou em seu relatório que “... a montagem das oficinas foi toda feita por pessoal da escola...”, como os banheiros “... também construídos por pessoal da escola”. Uma informação interessante que os jornais não publicaram, podemos conhecer pelo relatório do professor, trata-se da instalação da água:

[...] deu-se um fato que ficou conhecido como o roubo da água que é mais uma revelação do muito que o Dr. Orlando Lopes fez em prol dos interesses da ‘Mauá’. O Diretor pedira insistentemente às autoridades federais que instalassem a canalização necessária para o abastecimento d’água à escola. Cansado de esperar e ante a premência do problema, ele mesmo resolveu abastecer a Casa do precioso líquido, de qualquer maneira. Para tanto, incumbiu um grupo de funcionários de puxar, às escondidas, um ramal da rede particular pertencente ao parque da Vila Militar e que passavam nos terrenos da escola. O plano foi executado à noite, com muita cautela e não pequeno sacrifício... (Silva, 1956, p. 11-12)

Compartilhando do mesmo sentimento de Silva sobre Dr. Orlando, podemos questionar se outro diretor teria coragem suficiente para assumir a irregularidade, mesmo sendo em benefício da escola. Tal atitude demonstrou seu papel de intelectual orgânico, como explica Gramsci (1985, p.8): “O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência [...] mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’...”. Diante, da conjuntura política desfavorável, a escola tornou-se seu espaço de luta privilegiado.

A inauguração da escola foi notícia na imprensa diária, com matéria no jornal *Correio da Manhã*¹¹¹:

Será inaugurada hoje a Escola Profissional Visconde de Mauá, instalada na Vila Proletária de Marechal Hermes, em edifício apropriado para o fim a que se destina e que foi doado à Prefeitura pelo Governo Federal. A escola já conta com 250 alunos tendo seção de laticínios, agricultura, etc. Todas as suas oficinas já estão instaladas, devendo funcionar no começo do ano vindouro as oficinas de carpinteiro, marceneiro, entalhador, modelador, torneiro em madeira, torneiro mecânico, ferreiro, pedreiro, etc.(INAUGURAÇÃO..., 1916d, p. 2).

¹¹¹ INAUGURAÇÃO da Escola Visconde de Mauá. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 24 out. 1916d. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_02&PagFis=30017 > Acesso em 15 jan. 2013.

No diário *A Noite*¹¹²:

Está inaugurada a escola profissional Visconde de Mauá. Ao ato assistiram os Drs. Afrânio Peixoto e Costa Leite, além de diversos funcionários da Diretoria da Instrução. Já hoje a escola funcionou regularmente, havendo comparecido 174 alunos dos 202 matriculados. A impressão deixada pela organização do estabelecimento foi a melhor possível. Serviu-se, depois, um almoço, na residência do Dr. Orlando Lopes, diretor, e aos alunos um churrasco. (FOI inaugurada..., 1916e, p. 4)

A *Gazeta de Notícias*¹¹³ do dia seguinte também apresentou matéria com informações mais detalhadas sobre a nova escola, completando as informações dos outros jornais:

O edifício é amplo e espaçoso, e está inteiramente reformado e muito melhorado. [...] Quanto às condições higiênicas, satisfaz absolutamente aos requisitos indispensáveis [...] Existe também um belíssimo pomar e duas hortas refeitas e replantadas. [...] Há salões para desenho, modelagem e curso de adaptação. O mobiliário da escola é sóbrio, elegante e em número suficiente [...] O diretor da Instrução e sua comitiva foram recebidos pelo diretor da escola Visconde de Mauá, Dr. Orlando Corrêa Lopes, corpo docente do mesmo instituto e alunos[...]

Silva (1956) também registrou no seu relatório a inauguração da escola:

Assim, no dia 24 de outubro de 1916, com uma cerimônia festiva, havendo churrasco, abatida a rês nos terrenos da própria escola, em meio de discursos e muita alegria, foi oficialmente inaugurada a Escola Profissional Visconde de Mauá. Abriu-se logo o primeiro Livro de Ponto, assinando-o, em primeiro lugar, o contramestre Salvador Picantini. Começou, então, para o novo educandário, uma vida de trabalhos intenso e produtivo (SILVA, 1956, p.7).

Desta forma iniciaram-se as aulas na escola, que segundo notícia no jornal *A Noite*¹¹⁴, não houve férias, com frequência média de 195 alunos, as aulas continuaram no curso de adaptação, sendo interrompidas apenas as aulas práticas nas oficinas.

¹¹² FOI inaugurada a escola Visconde de Mauá. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 4, 23 out. 1916e. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_01&PagFis=9452 > Acesso em 18 jan. 2013.

¹¹³ A INAUGURAÇÃO da Escola Visconde de Mauá. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 4, 25 out. 1916f. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&PagFis=39289 > Acesso em: 15 jan. 2013.

¹¹⁴ A ESCOLA Visconde de Mauá. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 5, 2 dez. 1916g. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_01&PagFis=9691 > Acesso em 18 jan. 2013.

3.3. Métodos de ensino e currículo na Escola Profissional Visconde de Mauá: pedagogia libertária, Omer Buyse e educação racional e anticlerical.

Na trajetória de Dr. Orlando traçada no capítulo anterior, foi possível conhecer sua preocupação com a formação dos trabalhadores, representada nas palestras, conferências e mesmo, nas aulas de aritmética e português para adultos oferecidas pelo Centro de Estudos Sociais. Entretanto, não encontramos em nenhum de seus artigos, alguma temática relacionada diretamente à educação. Apesar dessa ausência, é conhecido o quanto os anarquistas valorizavam e debatiam a importância da educação como meio de combater a exploração do trabalho e a opressão, garantindo a liberdade individual e social tão almejada. Como esclarecem Gallo e Moraes (2011, p. 89):

Os anarquistas sempre deram muita importância à questão da educação ao tratar do problema da transformação social: não apenas à educação formal, mas também à informal, realizada pelo conjunto social, e daí sua ação cultural através do teatro, da imprensa, seus esforços de alfabetização de adultos e educação dos trabalhadores, seja através dos sindicatos seja através das associações operárias. O maior esforço dos anarquistas foi, porém, o de promover um processo educativo que pudesse educar as crianças para a liberdade e autonomia. Para isso, propuseram-se a criar escolas baseadas numa *educação integral*. (GALLO; MORAES, 2011, p. 89)

De acordo com estes autores, muitos são os pensadores anarquistas que escreveram sobre educação, entre eles: William Godwin, Proudhon, Max Stirner, Bakunin, Kropotkin, Malatesta, Paul Robin e outros. A educação também era uma preocupação dos anarquistas brasileiros contemporâneos de Dr. Orlando. Podemos citar, como exemplo, os artigos de Efren Lima (*A instrução e o Estado*), Adelino de Pinho (*A escola, prelúdio da caserna*), João Penteado (*As escolas e sua influência social*), escritos na Revista A VIDA.

Em seu artigo Adelino Pinho (1915, nº5, p.76) responsabilizava os governos europeus por incutir nas crianças um sentimento belicoso contra outros povos, uma das causas da guerra europeia, assim afirmava: “... abarrotando-os [os cérebros das crianças] de palavras estragados como pátria, fronteira, estrangeiro e inimigos...”. Efren Lima (1915, nº 3, p.6) criticava os professores públicos por ensinarem aos alunos os programas estabelecidos pelo governo de acordo com seus interesses políticos. Denunciava “... a grande importância da instrução pública como arma para a tácita submissão das massas ao jugo autoritário...”. No artigo de João Penteado (1914, nº2, p.8-9) o objetivo é chamar a atenção dos “reformadores sociais” para o papel determinante da escola “... porque é nelas, justamente nelas, nos seus bancos e nos seus livros que se preparam as novas gerações, que fatalmente serão arrastadas

para a felicidade ou para a desgraça...” Em oposição às escolas oficiais apresentava a escola racionalista,

[...] que excluem de seu programa todos os preconceitos patrióticos e religiosos, tendo sempre em mira antes de tudo, a educação e a instrução da infância de acordo com a razão e a verdade das cousas [...] já fazendo despertar-lhe todas as aptidões naturalmente manifestadas para o trabalho produtivo, para a ciência e para as artes. (PENTEADO, 1914, p.9)

Gallo e Moraes (ibidem, p.93) ressaltam que a educação também era debatida nos congressos operários brasileiros, sendo um dos temas do Segundo Congresso (1913), ‘Educação e a instrução da classe operária’. Não podemos deixar de considerar, que Dr. Orlando participara deste congresso. Como intelectual estudioso do anarquismo e seu propagandista, podemos inferir que, mesmo não tratando do tema em seus artigos, conhecia suas principais ideias e pensadores. Neste caso, que referências da pedagogia libertária influenciaram o novo diretor da Escola profissional Visconde de Mauá?

Sendo nomeado para a direção de uma escola oficial do Estado, é óbvio que sabia das limitações que esta situação colocava, por outro lado, conhecia as críticas que os anarquistas faziam às escolas oficiais. Como conseguiria conviver com esta contradição? Seria possível aplicar numa escola estatal alguma ideia defendida pela pedagogia libertária sem ser perseguido pelo governo?

Mais uma vez podemos nos apoiar na perspectiva Thompsoniana para refletir que, seres humanos vivem no mundo real, de contradições, disputas e tensões e não num mundo ideal, e por isso, na maioria das vezes, na luta pela sociedade sem exploração e livre, lançam mão das estratégias possíveis, ao alcance naquele determinado momento. Como afirmou Thompson:

Então, olhemos a história como história – homens situados em contextos reais (que eles não escolheram) e confrontados perante forças incontornáveis com uma urgência esmagadora de relações e deveres, dispondo, apenas, de uma oportunidade restrita para inserir sua própria ação – e não como um texto para fanfarrônicas do tipo assim deveria ter sido (THOMPSON apud MATTOS, 2012, p. 205).

Desta forma, não poderíamos esperar ou cobrar que Dr. Orlando declarasse publicamente, que a escola adotaria a pedagogia libertária ou que seguiria ideias deste ou daquele filósofo anarquista. Entretanto, seria possível seguir oficialmente alguma metodologia que se aproximasse do princípio da educação integral defendido pelos anarquistas. Estratégias contra-hegemônicas são comuns na história. Ficamos sabendo por Martins (2009) que até mesmo Ferrer y Guardia fez uso delas:

[...] conservou o caráter revolucionário de sua escola, e criou estratégias para que não ficasse explícita a ideologia que a embasava [...] Ele sempre se preocupava em não despertar a ira e a atenção de seus inimigos e, por isso, inaugurou a escola da forma mais discreta possível e deu-lhe o nome de Escola Moderna e não um nome que a identificasse com o movimento anarquista (MARTINS, 2009, p. 190).

Segundo a autora, a partir do século XIX, para as diferentes concepções de socialismo, a racionalidade científica tornou-se a base contra o dogmatismo e a ignorância e, conseqüentemente, para a conquista da liberdade. Assim, ela esclarece que estas duas categorias racionalidade e liberdade foram apropriadas pelas concepções socialistas libertárias, embasando as ideias sobre educação de pensadores anarquistas, como Paul Robin, Bakunin, Kropotkin e Ferrer y Guardia. Para esses autores, a educação integral que unisse ciência e trabalho seria a chave para a superação da dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual e da dualidade na educação, a coeducação também era proposta (MARTINS, 2009, p.177-195).

De acordo com Codello (2007), a base da educação integral defendida pelos anarquistas pode ser encontrada em Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) que desenvolveu sua concepção de socialismo libertário relacionada diretamente à questão da educação. O autor afirma que Proudhon considerava o debate sobre a questão educativa fundamental para a revolução social. Para o anarquista a proposta educacional capaz de questionar e superar a desigualdade social e a exploração do trabalho desenvolvidos no capitalismo precisaria, necessariamente, considerar a correlação entre escola e trabalho. Assim para Proudhon:

o trabalho é o centro da vida dos homens desde que eles estejam orgulhosos daquilo que dê sentido, interesse e dignidade à sua própria vida. Portanto, é, dessa forma, indispensável que a função primária da instrução escolar seja exatamente aquela de preparar os jovens para uma vida de trabalho. Qualquer modelo educativo que tenha separado os dois mundos, aquele escolar e aquele do trabalho, não possui nenhum valor para ele, porque não é coerente com o interesse das classes trabalhadoras (CODELLO, 2007, p.96)

Entretanto, este valor do trabalho na formação da criança não pode ser confundido com mera especialização para atender as necessidades de mão-de-obra das fábricas, impossibilitando a compreensão da totalidade do processo produtivo. Também a experiência tinha um papel de destaque em suas ideias pedagógicas, através da importância da capacidade formativa do trabalho manual. “O saber e o pensamento daquele que trabalha, segundo ele, é superior àqueles puramente contemplativos porque deriva da experiência direta” (Ibid., p. 98).

Com base nesta apresentação geral sobre os princípios da educação anarquista, podemos refletir sobre as seguintes questões: Quais destes princípios poderiam ser utilizados

para que uma escola (mesmo sendo oficial) continuasse formando jovens e crianças numa concepção libertária? Como Dr. Orlando se apropriou destas ideias na direção da escola sem confrontar diretamente o poder estatal?

Encontramos, numa entrevista publicada no jornal¹¹⁵, indícios que devem ser considerados neste sentido. Nesta entrevista, ao ser perguntado sobre os métodos que a escola adotaria, ele respondeu que adotaria os métodos americanos divulgados no livro de Omer Buyse¹¹⁶:

Em matéria de ensino tecnico e profissional só faz tentativas infrutíferas quem quer, pois é assumpto resolvido, com êxito espantoso, pelos Estados Unidos da Norte América, onde até a velha Europa vae receber lições para modificar os seus antiquados processos. Aqui mesmo no Rio de Janeiro, na Escola Souza Aguiar, sob a direcção do illustre collega Corinho da Fonseca, já foram postos em prática os methodos americanos, com grande êxito. Eu, há já algum tempo, estudei o ensino tecnico e profissional dos Estados Unidos, através da monumental obra de Omer Buyse, e foi com grande satisfação que encontrei o nosso collega Corinho da Fonseca empregando na sua escola os methodos americanos, pois para a acção que pretendo desenvolver na Escola Mauá poderei contar desde o começo com um companheiro orientado nos mesmos princípios [sic] (INAUGURA-SE..., 1916c, p. 4).

Ele também afirmou que o Prefeito do Distrito Federal delineou o ensino profissional adotando a organização das escolas americanas. A entrevista apenas citou uma referência, mas não deu maiores detalhes sobre este método.

Vamos encontrar detalhes da proposta, através do próprio Corinho Fonseca, numa conferência proferida por este diretor, em 1929, durante a gestão de Fernando de Azevedo na Diretoria da Instrução Pública, divulgada pela imprensa¹¹⁷. De acordo com o jornal, o conferente estava acompanhado de ex-alunos e alguns mestres para endossar os princípios adotados durante quatorze anos nesta escola. Na conferência, o diretor esclareceu que a base do método eram os trabalhos manuais e que era preciso intensificar a propaganda dos benefícios do uso destes pelas escolas. “Graças a isso, o indivíduo fica educado tanto para a

¹¹⁵ INAUGURA-SE amanhã a Escola Visconde de Mauá. **A Noite**, RJ, p. 4, 23 out. 1916c. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_01&PagFis=9446 > Acesso em 18 jan. 2013.

¹¹⁶ O belga Omer Buyse publicou em 1908, um livro de 750 páginas sobre sua experiência de estudos das escolas dos Estados Unidos, *Méthodes Américaines d'Education générale et technique*. A obra não foi traduzida em português, mas pode ser consultada, em francês, na Biblioteca Virtual ‘Open Library’. Disponível em: < <http://archive.org/stream/mthodesamricain00buysgoog#page/n8/mode/1up> > Acesso em 12 mar. 2013. Alguns anos depois, esta obra influenciaria Anísio Teixeira (SCHAEFFER, 1988).

¹¹⁷ A ÚLTIMA Conferência sobre Trabalhos Manuais. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 02 mar. 1929, Sports, p. 10. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_01&PagFis=2249 > Acesso em 12 fev. 2013.

idealização como para a realização, uma reagindo equilibradamente sobre a outra.” Na matéria, que ocupa quase meia página do jornal, o diretor explicou como a proposta se constituiu durante os anos de sua gestão na escola:

Começou por suprimir as formidáveis encomendas em massa, da Prefeitura para que os alunos começassem a aprender. Depois substituiu o empirismo da adoção imitativa, pela metodização no ensino de ofícios didatizando-os graças ao fecundo resultado da lição que lhe foi a formidável obra do pedagogo belga Sr. Omer Buyse e [depois de conhecer a] escola normal de trabalhos manuais sueca que lhe motivou a possibilidade de didatização do ensino de ofícios pelo seu programa de trabalhos de carpintarias. [...] conta o que fez nas demais oficinas e como chegou à necessidade de criar as aulas de tecnologia e de afiação de ferramentas. Examinando a especialização por ofícios, afirmou que ela ainda estava no regulamento das escolas de aprendizes artífices, graças à incompetência integral do Sr. João Luderitz, que durante oito anos esteve à frente de uma comissão de remodelação que custou ao Estado, em pura perda, com ordenados e obras, para mais de dez mil contos. Foi sempre observando os resultados e reações, que primeiro chegou a desespecialização em série e depois a desespecialização absoluta. Mostra o absurdo de uma série Madeira cujos aprendizes desconhecem as qualidades, propriedades e outras informações acerca das ferramentas com que lidam por serem de metal. [...] Mostra como o Estado não pode formar especializados, nessa fase do ensino, mas cidadãos com uma cultura fundamental que lhe garanta a mais ampla liberdade de evolução econômica [demonstra através de gráfico que] o ensino especializado faz de cada operário um pequeno círculo vicioso [enquanto] o desespecializado é irradiante para o progresso (A ÚLTIMA..., 1929, p.10).

O tom do discurso é bastante enfático, criticando o estado e os educadores que defendiam a especialização de ofícios, até mesmo o trabalho da comissão dirigida pelo Engenheiro João Luderitz¹¹⁸ foi duramente criticado. Para nossa análise, o discurso sinalizou alguns pontos interessantes, como a discordância sobre a exploração do trabalho dos alunos pelo Estado, a valorização dos trabalhos manuais como método de aprendizagem, a luta contra a especialização de ofícios, esta reconhecida como elemento de atraso na formação do estudante, a questão da idade escolar para a formação de uma base geral de conhecimentos importante para o cidadão, questões também abordadas pelos anarquistas.

Manacorda (2010) dedicou algumas páginas à escola norte-americana, afirmando que esta, quando comparada no seu conjunto, demonstrava que a escola europeia continuava “a velha escola livresca, verbalista e autoritária” (p. 370). Segundo o historiador, o que Omer Buyse vira nos Estados Unidos, deixou-lhe bastante impressionado, tornando-o um grande admirador deste novo tipo de escola e, de certa forma, impediu-lhe de perceber seu caráter

¹¹⁸ Maiores informações sobre o trabalho desta Comissão podem ser encontradas em: CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2 ed. São Paulo: UNESP; Brasília:FLACSO, 2005.

meramente operativo, consagrando-lhe uma finalidade moral, que simbolicamente, usou para concluir seu livro, escrevendo “... o americano deseja que a escola assegure a educação integral, física, intelectual e moral das crianças” (BUYSE, 1908, p. 715 apud MANACORDA, 2010, p. 372).

Entretanto, para Manacorda, Omer Buyse acertava o foco do debate sobre o “novo princípio educativo”, ou seja, “da relação educação-trabalho, cultura-produção”, questão relacionada ao desenvolvimento capitalista, enfrentada por todos os grupos e ideologias tanto democratas, liberais quanto socialistas (Ibidem, p.372-373).

A conferência de Corinto e a avaliação de Manacorda nos ajudam a entender porque a obra do educador belga tornou-se referência para Dr. Orlando. Apesar das contradições, Omer Buyse, através das impressões e observações que registrara no livro, levantava questões que também eram debatidas pelos anarquistas, mesmo com abordagens diferentes, isto possibilitava discuti-las oficialmente, sem constrangimentos.

Tal situação nos permite refletir sobre tantas ideias pedagógicas pensadas e implantadas, primeiramente, por socialistas revolucionários, que posteriormente foram apropriadas por liberais e conservadores. Feito esses esclarecimentos, retornemos à direção da Escola Visconde de Mauá e as possibilidades e pistas da implantação de ideias libertárias na escola. Uma das primeiras tentativas pode ter sido a coeducação, proposta defendida por anarquistas, como Bakunin e Ferrer y Guardia, que defendiam a mesma educação para meninos e meninas, pois só assim seria possível revolucionar a condição de submissão da mulher (MARTINS, 2009, p.184 e 193).

Desta forma, através dos ofícios da Diretoria da Instrução Pública, ficamos sabendo da pretensão de oferecer seções femininas na Escola Profissional Visconde de Mauá. Um dos ofícios do Diretor Afrânio Peixoto, de 4 de julho, afirmava que

[...] as oficinas a se instalarem na Escola Profissional Visconde de Mauá, comunico-vos que nela deverão funcionar 4 seções, a saber: madeira, metal, agrícola ou rural, e fiação e tecelagem, além das destinadas ao sexo feminino, que são: avicultura, apicultura e laticínios. (PREFEITURA, 1916, p.174)

Nota-se que a data do ofício é o mesmo dia da nomeação do Dr. Orlando para diretor da escola. Neste caso, podemos inferir, visto que toda nomeação pública é precedida de articulações e negociações, que Dr. Orlando tinha ciência das seções. Também é importante considerar que ele como pai de meninos e meninas se preocupasse em garantir-lhes uma

educação coerente com seus próprios princípios, até porque a família se mudara para a escola, conforme informou a matéria publicada no jornal¹¹⁹, “... no centro do terreno [da escola] há uma pitoresca casinha, onde já está residindo o diretor da escola com a sua família”. A notícia também confirmava que as seções femininas seriam instaladas no ano seguinte. A princípio, parece estranho a previsão de oferecer seções femininas, numa escola profissional masculina, no momento em que a legislação dividia as escolas profissionais por sexo. Por trás da proposta estaria a ideia de coeducação defendida pelos anarquistas? Uma possibilidade que não se efetivou, pois acabou prevalecendo a legislação e apenas na década de 1960, a escola receberia as primeiras alunas.

De acordo com Martins (2009, p.191-192), a base da pedagogia racional libertária de Ferrer y Guardia apresentava quatro eixos principais: integral, pela preocupação com o desenvolvimento das capacidades humanas intelectuais, físicas, manuais e profissionais; racional, pois através da razão combatia os dogmas religiosos e teístas; libertária, objetivando formar pessoas livres e que respeitassem a liberdade do próximo; e mista, propondo a igualdade na educação de meninos e meninas (coeducação dos sexos) e de ricos e pobres (coeducação social).

Assim, na busca de pistas que indicassem esses princípios na gestão da Escola Visconde de Mauá, notícias publicadas nos jornais foram sinalizando algumas possibilidades. Em carta ao redator do jornal *A Noite*, Dr. Orlando agradecia pela notícia publicada sobre a inauguração da sopa aos alunos, mas solicitava que corrigissem o equívoco, pois a mesma informara que a sopa era destinada aos alunos pobres, “quando dela participam todos os alunos indistintamente, pobres, remediados e ricos”¹²⁰.

Outra carta também publicada no jornal *A Noite*, reclamava que Dr. Orlando estabelecia na escola, “um regime tal que um pai de princípios cristãos, como o que subscreve estas linhas não lhe pode confiar os seus filhos”¹²¹. O pai, indignado, prosseguia denunciando o diretor da escola, como reproduzido a seguir:

¹¹⁹ INAUGURA-SE amanhã a Escola Visconde de Mauá. *A Noite*, RJ, p. 4, 23 out. 1916c. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_01&PagFis=9446 > Acesso em 18 jan. 2013.

¹²⁰ LOPES, O. C. Na Escola V. de Mauá: sobre a sopa dos alunos, *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 5, 11 ago. 1917. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_01&PagFis=11182 > Acesso em 18 jan. 2013.

¹²¹ JÁ SE PREGA o comunismo nas escolas? Uma carta sobre a escola Visconde de Mauá. *A Noite*, RJ, p. 8, 21 abr. 1923. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_02&PagFis=9003 > Acesso em 18 jan. 2013.

O Sr. Orlando Corrêa Lopes se diz, à boca cheia, o Pontífice do credo comunista no Brasil. E, neste, caráter, não perde vasa para fazer prosélitos, não recuando nem mesmo diante da maldade de insuflar às almas tenras, que lhe são confiadas, ideas malsãs de guerra entre as classes sociais. E, considerando talvez, que ele só não podia fazer boa propaganda entre 250 meninos, chamou para auxiliá-lo, perigosos anarquistas, como sejam: irmãos Álvaro e Luiz Palmeira, Peregrino da Silva, Léon Lescaul e Waldemar Barros, cujas nomeações para vice-diretor, professor, inspetor e mestre geral obteve da boa vontade do Sr. Carlos Sampaio (JÁ SE PREGA..., 1923, p.8).

Sem entrar no mérito das reclamações do pai, a carta foi uma importante fonte documental, no sentido de demonstrar que Dr. Orlando, em 1923, ainda se identificava com a filosofia anarquista e isso aparecia no cotidiano escolar. Desta forma, a carta se configurou numa contribuição para responder assertivamente, um dos objetivos da pesquisa sobre a influência dos princípios anarquistas na gestão da escola e como isso contribuiu para sua institucionalização como escola profissional. Dos nomes citados pelo pai, Waldemar Barros foi um dos professores que contribuíram para o relatório de Silva (1956) e Álvaro Palmeira foi diretor da escola, após o falecimento de Dr. Orlando de 1927 a 1930.

Um aspecto interessante para observar se refere ao pai apontar, indiretamente, que a frequência dos alunos era alta, isso nos indicou que as ideias anarquistas de Dr. Orlando não incomodavam aos pais daqueles meninos, pois acompanhando os jornais posteriormente, não localizamos outros comentários sobre o assunto. Também nos pareceu que a Diretoria da Instrução Pública não se incomodava com as ideias anarquistas na escola, a medida que esta se configurava numa experiência bem-sucedida, exibida nos noticiários como propaganda para a própria Diretoria. Assim, continuavam se tolerando o governo, os pais e a escola, numa espécie de articulação contraditória, que beneficiava àqueles que mais precisavam dela, os filhos da classe trabalhadora.

São muitos os indícios encontrados nas pesquisas que apontam como determinante o papel de intelectual orgânico, exercido por Dr. Orlando, para que os trabalhadores se apropriassem da escola como uma conquista. Esta apropriação, de alguma maneira, impediu que a escola se descolasse do mundo do trabalho como aconteceu com as demais escolas deste período. Neste sentido, subscrevemos uma matéria da *Voz do Povo*¹²² que colaborou como fonte privilegiada:

¹²² ESCOLA Profissional Visconde de Mauá. *Voz do Povo*, RJ, p. 2, 15 mar. 1920. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720003&PagFis=134> > Acesso em 18 jan. 2013.

É um estabelecimento da Prefeitura, mas dirigido pelo nosso camarada Orlando Corrêa Lopes. Chamamos atenção dos nossos camaradas trabalhadores para esta Escola, onde poderão colocar os seus filhos com grande proveito. A matrícula é gratuita e ainda o aluno não precisa levar merenda, porque a escola fornece diariamente uma substanciosa sopa, feita com produtos de lavoura da própria escola, em que trabalham também os alunos, sempre acompanhados pelo professor da agricultura, que não só lhes ensina os processos de cultura, como lhes dá noções de botânica. Além do curso primário de teoria, a um curso de desenho e de matemáticas elementares com maior desenvolvimento. As oficinas estão bem aparelhadas e ali se ensinam os ofícios de carpinteiro, marceneiro, torneiro em madeira, entalhador e modelador, ferreiro, torneiro mecânico, ajustador mecânico e pedreiro. De acordo com os métodos americanos que, por sua vez, são aperfeiçoamentos dos processos russos, ensina-se na Visconde de Mauá a técnica de todos os ofícios acima. Livros, papel, tinta, penas, lápis, roupa para o trabalho e almoço; tudo é fornecido gratuitamente aos alunos. Recomendamos esta escola aos nossos camaradas que tem filho a estudar (ESCOLA..., 1920, p. 2).

Considerando-se que este jornal era publicado pela Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro ‘e do Proletariado em geral’ como se intitulavam, cuja direção era anarquista, representou importante contribuição para nossas reflexões. Percebe-se através da matéria que o fato da escola ser oficial era compensado pela direção de uma pessoa que representava os trabalhadores: “nosso camarada”, sendo por isso recomendada. Também notamos a afirmação dos “processos russos”, como menção indireta à revolução russa, que acabara de acontecer e começava a servir de referência ao movimento operário. A matéria fez questão de afirmar que além de ensinar os ofícios, a escola oferecia uma formação geral, combinando teoria e prática, trabalho intelectual e manual. A gratuidade, e a oferta de material escolar e de alimentação, também foram assinaladas como elementos decisivos para os trabalhadores, que poderiam enviar seus filhos para a escola, sem onerar seu orçamento familiar.

Encontramos outra pista importante sobre a influência das ideias anarquistas de Dr. Orlando na organização da escola, no relatório de Silva (1956) que a descreveu como “instituição assaz interessante, diretamente ligada à vida da Mauá”. O Professor se referia a criação na escola de uma caixa de auxílios mútuos, cujo termo de compromisso, ele reproduz na íntegra. A seguir citamos a introdução deste documento:

Reunidos, em 5 de outubro de 1916, a convite do Sr. Diretor, em seu gabinete, os abaixo-assinados, contramestres da Escola Profissional Visconde de Mauá, resolveram criar uma “Caixa de Socorros e Economias”, destinada ao auxiliar os seus associados e demais companheiros operários da nossa Escola, quer lhes fazendo adiantamento sobre os seus vencimentos, mediante prêmio exclusivamente destinado ao fundo da caixa, quer ministrando socorros em dinheiro a eles ou suas famílias, em caso de moléstia ou falecimento (SILVA, 1956, p. 7. Grifos do autor).

Entre os associados encontravam-se Francisco Alves e Waldemar de Barros. Silva esclareceu que o fundo inicial foi depositado por Dr. Orlando, que adiantou 4.000\$000 (quatro contos de réis) e que os associados a cada trimestre escolheriam um administrador para a Caixa, não podendo repetir o mesmo associado no trimestre seguinte (p. 7). A alínea (e) afirmava que ao constituir um fundo próprio que lhe garantisse o funcionamento e ressarcido o empréstimo inicial feito pelo diretor, “... os associados, em assembleia geral, modificarão esta organização, podendo cessar daí em diante toda e qualquer ingerência do diretor na associação” (p. 8). A alínea (g) indicava que esta organização não cumpria apenas a função de movimentar dinheiro, pois afirmava que se os funcionários da escola organizassem “... em conjunto as compras mensais dos gêneros alimentícios [...] formando assim uma cooperativa de consumo, a Caixa poderia fazer os adiantamentos a descoberto...” (p. 8). O professor Silva relatou com admiração que a Caixa chegou a movimentar 70.000 (setenta mil cruzeiros) e “... como todas as coisas boas e úteis, um dia desapareceu, em consequência de um desentendimento...” (ibidem, p.9).

É possível considerar a influência do mutualismo de Proudhon, nesta associação de ajuda mútua que funcionava também como cooperativa. Segundo Gallo (1990, p. 124-125), esse pensador anarquista não se limitou a denunciar a opressão da sociedade burguesa, também concebeu as bases de uma sociedade libertária, na qual os trabalhadores se organizariam em cooperativas de produção, distribuição e consumo, administradas por autogestão, este sistema político ficou conhecido como Federalismo.

Considerando que se reuniam, no mínimo de três em três meses, é bem provável que, neste espaço coletivo debatessem e trocassem ideias sobre outros aspectos da escola, caracterizando mais uma peculiaridade na sua gestão.

3.4. Escola Prática de Ensino Agrícola e oficinas para servir à Guerra.

“O ano de 1917 foi de intensa atividade para a administração da escola” escreveu Silva (ibidem, p. 9). Para ilustrar sua afirmação o professor reproduziu a resposta a três ofícios de Dr. Orlando, solicitando instalação de telefone e luz elétrica, e o terceiro para a Ferrovia Central do Brasil, pedindo alteração no horário dos trens em benefício de alunos e professores. Todos com respostas negativas. Nos dois primeiros, já citados anteriormente, Manoel Cícero Peregrino da Silva, então, Diretor da Instrução, respondeu em 7 de agosto de 1917, que o local da instalação estava fora da área do contrato, que por isso, o preço da assinatura custaria 900\$000 (réis), e somente o Prefeito poderia autorizar. Sobre a energia

elétrica, a resposta foi dada em 17 de setembro de 1917, comunicava que a prefeitura adiará as obras de instalação para o próximo exercício. As respostas permitem inferir que se não fosse a estratégia do “roubo da água”, além de todo o empenho da equipe para que prédio estivesse em condições de uso, a escola, até o final do ano de 1917, não teria sido inaugurada.

Apesar das dificuldades, em 1917, como sinalizou Silva (1956), a escola estava em pleno funcionamento e já despertava a atenção de todos, inclusive da Diretoria da Instrução Pública, tendo recebido, logo no início deste ano, a visita¹²³ do novo Diretor da Instrução, Manoel Cícero. Esta visita, como todas as posteriores, ganhou destaque na imprensa diária. Alguns meses depois, receberia a visita do Prefeito Amaro Cavalcanti também publicada nos jornais¹²⁴.



Ilustração 3: Recorte da notícia publicada no jornal Gazeta de Notícias, 21 jul. 1917. Alunos da seção agrícola da Escola Prof. Visconde de Mauá.

A falta de nitidez da fotografia não impossibilita algumas observações pertinentes. Os alunos posaram orgulhosos, para o fotógrafo, com as ferramentas ao alto. No canto esquerdo, apoiado com as duas mãos na pá, um deles observava a cena, reflexivo. No fundo, o professor de chapéu e paletó. A princípio, não percebemos uma postura de submissão, ao contrário, parecem ter consciência de sua importância.

¹²³ VÁRIAS notícias da Prefeitura. **O Imparcial**, RJ, p. 7, 22 fev. 1917b. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107670_01&PagFis=15155 > Acesso em 9 mar. 2013.

¹²⁴ A CULTURA das terras do Distrito Federal. **Gazeta de Notícias**, RJ, p. 1-2, 21 jul. 1917c. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&PagFis=41534 > e O SR. PREFEITO na Zona rural do Distrito. **A Epoca**, RJ, p.1, 21 jul. 1917d. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=14626> > Acessos em: 9 mar. 2013.

A seção agrícola era muito admirada pela imprensa que tecia vários elogios às lavouras da escola, principalmente, depois que esta passou a oferecer aos alunos, uma sopa feita com as verduras e legumes ali plantados. Esta sopa ficou famosa sendo comentada nos jornais, nos levando a refletir sobre a importância da alimentação num período em que a carestia dos gêneros de primeira necessidade, era uma das bandeiras de luta dos trabalhadores. A matéria falava do terreno paralelo à escola que seria doado pelo Ministério da Guerra para ampliar as atividades agrícolas, também ressaltava o funcionamento das oficinas, cuja produção era empregada para completar as instalações da própria escola.

A ampliação da seção agrícola era demanda da própria escola, transformada no Projeto N. 39 do Conselho Municipal, aprovado em 27 de novembro de 1917, como Decreto n. 1881, sancionado pelo Prefeito Amaro Cavalcanti, com a seguinte redação:

Fica o Prefeito autorizado a reorganizar a Escola Visconde de Mauá, de modo a torná-la uma escola prática de ensino agrícola, completando-a com as disciplinas convenientes ou modificando-a totalmente, quanto ao pessoal e material, e estabelecendo novas tabelas de vencimentos e gratificações (DISTRITO FEDERAL, 1917, p.9).

Silva (1956, p.10) comentou que esta mudança possibilitou desenvolver “... enormemente a seção agrícola, cujas subseções de avicultura, horticultura, pomicultura, apicultura e laticínios aumentaram muito a produção”.

Esses eram anos de Guerra Mundial e uma matéria do jornal *A Epoca*¹²⁵ em outubro de 1917, sugeria que as escolas poderiam produzir material de guerra, mostrando fotografia de uma das oficinas da Escola Visconde de Mauá e citando-a como exemplo:

Há na Prefeitura três escolas profissionais apenas, mas essas mesmo já podem prestar alguns serviços, bastando para isso que sejam desenvolvidas as suas oficinas e, assim, muito poderão os pequenos alunos auxiliar a sua Pátria, sem ser com o serviço militar, que não poderão prestar. Na escola Visconde de Mauá, que visitamos, existem varias oficinas onde se trabalha com proficiência e onde podem ser fabricados desde a munição até algum material necessário para serviço das nossas forças armadas (AS ESCOLAS..., 1917e, p.1).

E continuou afirmando que o Diretor da Instrução Pública saberia dar valor e aproveitar o trabalho dessas escolas. Esta sugestão do jornal, nos fez refletir sobre a situação constrangedora em que ficou o diretor da Escola Visconde de Mauá, conhecido anarquista

¹²⁵ AS ESCOLAS Municipais podem prestar serviços de guerra. *A Epoca*, RJ, p.1, 29 out. 1917e. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=15440> > Acesso em: 9 mar. 2013.

militante contra esta guerra, com vários artigos escritos e sendo um dos apoiadores do Congresso Internacional da Paz, em outubro de 1915.

Dois dias depois, o Diretor da Instrução Pública se reunia com os diretores de escola e institutos profissionais para pedir “... uma propaganda patriótica nas escolas profissionais e fazerem preleções explicando aos alunos as causas da guerra do Brasil com a Alemanha”¹²⁶. Alguns dias antes o país declarara guerra à aliança germânica¹²⁷, e de certa forma, o Diretor da Instrução Pública tirava proveito político da situação.

A seguir reproduzimos a página do jornal com a matéria que sugeria a utilização das escolas no apoio à guerra e a fotografia da oficina da escola tirada por Malta que ilustrou esta matéria:



Ilustração 4: Página do jornal A Época contendo a matéria ‘As escolas municipais podem prestar serviços de guerra’ com fotografia das oficinas da Escola Visconde de Mauá. 29 out. 1917.

¹²⁶ NA PREFEITURA: Mobilização industrial: a ação patriótica do Dr. Cícero Peregrino. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.2, 31 de outubro de 1917c. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&PagFis=42411 > Acesso em: 9 mar. 2013

¹²⁷ Logo no início da Guerra, em 14 de agosto de 1914, o Brasil se declarou oficialmente, neutro. Entretanto, em abril de 1917, o navio da marinha mercante Paraná, carregado de café, foi torpedeado por submarino alemão. Este acontecimento provocou uma mudança na conjuntura política sobre a posição do Brasil, gerando manifestações populares nacionalistas a favor da entrada do país na Guerra. O que veio a acontecer oficialmente em 26 de outubro de 1917.

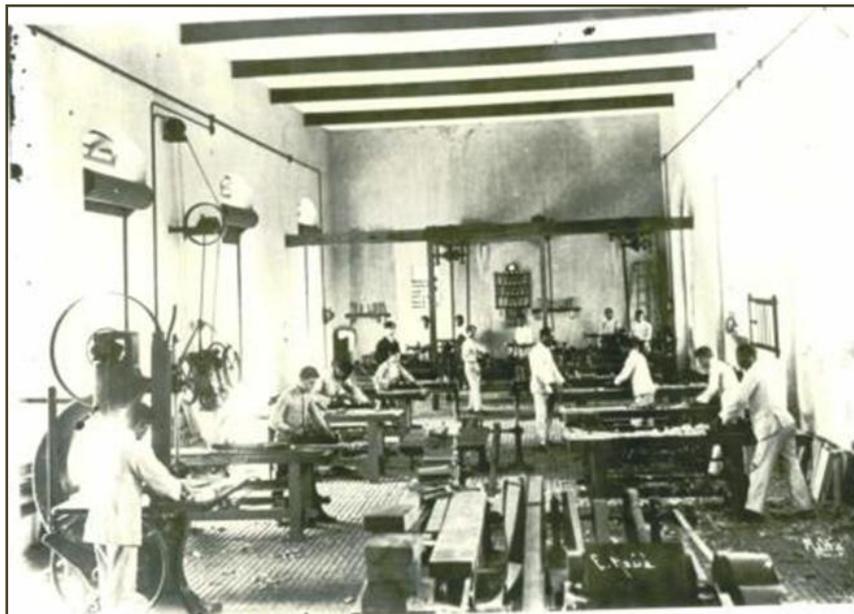


Ilustração 23: Oficinas da Escola Profissional Visconde de Mauá. Esta fotografia ilustrou a notícia do jornal *A Época* em 29 de outubro de 1917. Autor Malta. Acervo digital do Centro de Memória ETEVM.

Esta fotografia é uma das mais antigas da Escola, é provável que tenha sido tirada no dia 20 de julho de 1917, durante a visita de Amaro Cavalcanti, Prefeito do Distrito Federal, e Manoel Cícero, Diretor da Instrução Pública. O fotógrafo se posicionou num plano superior para obter uma imagem geral, na intenção de mostrar a amplitude do espaço, talvez tenha utilizado alguma escada, já que ao fundo, do lado direito, vemos uma encostada na parede. Observando a imagem, notamos que são catorze alunos rapazes (não são crianças), todos uniformizados. No fundo, ao lado esquerdo, encontra-se o mestre, vestido com terno escuro. Aparentemente, o espaço era dividido em três seções, no primeiro plano, do lado esquerdo um aluno, de costas, movimenta uma máquina (não identificada), no centro, se localizam seis bancadas, três de cada lado (seção madeira?), e no final, próximo à parede, uma terceira seção com cinco alunos posicionados em pequenas máquinas individuais (tornos mecânicos? seção de tornearia?). Nota-se que o ambiente não possui luz elétrica, a iluminação é natural proporcionada pela luz que entrava através de três grandes portas ao lado esquerdo, confirmando a informação citada, anteriormente, retirada do relatório de Silva (1956).

Retornando ao assunto da Guerra, não localizamos mais nenhum comentário a respeito, o que nos levou a considerar que a proposta não se concretizou, mas a fotografia publicada nesta matéria possibilitou identificar o ano de sua realização, complementando nossa análise sobre os primórdios da escola.

O corpo docente e administrativo da Escola Profissional Visconde de Mauá durante este período inicial que sofreu algumas alterações, pode ser conhecido através do Almanak

Laemmert¹²⁸, cuja publicação em janeiro de 1918, referia-se ao ano anterior. De acordo, com essa publicação a Escola contava com a seguinte equipe, além do diretor Orlando Corrêa Lopes:

Escriturário-almoxarife: Antonio Olinto Barbosa de Castro

Porteiro: Oswaldo Neves de Souza

Serventes: Léon Lescaut; Alfredo Eduardo dos Santos; José Stellman.

Inspetor de alunos: Aristides Brasil Ferreira Baptista

Corpo Docente

Professores dos cursos:

-Adaptação: Ernesto Magioli dos Reis Maia

-Desenho: João Mauricio da Costa Jobim

Adjuntos dos cursos:

-Adaptação:

Walter Carlos de Magalhães Frankael

Alfredo Cardoso Machado

-Desenho: Manoel Henrique Lima

Mestre das Oficinas: Oscar Joaquim do Nascimento

Contramestres das oficinas:

Salvador Piacentini

Elysario de Araújo

José de Moraes Pinto

Álvaro Ramos dos Santos

Euclides Paulino da Fonseca

Júlio Pereira Mendes

Luiz Alves da Costa

Francisco Alves

Caetano Vieira de Freitas

Graças ao esforço coletivo desta equipe a escola pode ser inaugurada e funcionou atendendo uma média de duzentos alunos nesse primeiro ano de existência.

¹²⁸ ESCOLA Profissional Visconde de Mauá. **Almanak Laemmert**. Informações: utilidades, serviços públicos e particulares. Rio de Janeiro, p. 972. Janeiro/1918. 2.783p. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&PagFis=69744> > Acesso em: 9 mar. 2013.

3.5. Princípios da pedagogia libertária na casa de instrução modelar

No início de 1918, uma pequena nota publicada no jornal *O Paiz*¹²⁹ afirmava que a Visconde de Mauá “será no subúrbio uma casa de instrução modelar, com a dotação de 119:500\$000” (réis). Esta não foi a única matéria de jornal que elogiava o trabalho desenvolvido na escola, inclusive comparando-a com as demais escolas profissionais e criticando o ensino profissional da Prefeitura.

Ao analisar este processo de instituição da escola, constatamos a participação determinante dos sujeitos da escola neste ‘fazer-se’. Assim como Thompson (1988) procurou compreender a formação da classe operária através da participação dos próprios operários na sua formação, buscamos neste capítulo, com a colaboração deste historiador, identificar como diretor, professores e alunos estiveram presentes na formação da Escola Visconde de Mauá. Neste sentido, quando iniciamos a pesquisa tínhamos direções, caminhos a seguir, possibilidades que indicavam a presença desses sujeitos neste processo, nossa surpresa foi perceber que de tal forma, sujeitos e escola se completaram neste ‘fazer-se’, que separá-los, impossibilitaria a apreensão desta realidade histórica.

Os resultados admirados pelos contemporâneos e que descreviam os jornais, eram frutos desta relação entre a escola e alunos, professores, direção. Estes sujeitos relacionavam-se com a ‘Visconde de Mauá’, através de um sentimento de pertencimento, construído neste fazer-se e pelo qual se identificavam com ela. A participação ativa no processo de institucionalização da escola conferiu-lhes uma autoridade que nem a Diretoria da Instrução Pública ousava e queria questionar, já que colher os louros pela “administração oficial da instituição modelar” era suficiente.

Desta forma, como definiu Thompson (1988, p.9) este capítulo intitulou-se “fazer-se, porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos.” E estes eram muitos, já que estamos todos, sempre, inseridos em contextos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Um destes condicionamentos era o Regulamento das Escolas Profissionais, Decreto n. 1.066/1916 (PREFEITURA, 1916) apresentado no capítulo 1 e que analisaremos relacionando-o ao cotidiano da Escola Visconde de Mauá. Acreditamos que a principal

¹²⁹ A ESCOLA Profissional Visconde de Mauá... *O Paiz*, RJ, p.9, 1 mar. 1918a. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&PagFis=37829 > Acessos em: 9 mar. 2013.

barreira para que se instituísse a coeducação entre os sexos na escola, tenha vindo do próprio regulamento que separava as escolas profissionais em masculinas e femininas.

Segundo o Regulamento, para matricular-se na escola profissional, o aluno deveria ter mais de treze anos, entretanto identificamos no primeiro livro de matrículas da escola, alguns alunos com doze anos, uma pequena demonstração de que a escola não deveria ser tão rigorosa no cumprimento da legislação em vigor. Os alunos precisariam ter no mínimo, a classe média do curso primário de letras. Também afirmava que ao se matricular o aluno poderia ingressar imediatamente na seção de sua preferência, somente o aluno que não tivesse concluído a classe média, precisaria estudar durante um ano e meio para depois ter acesso às oficinas (art.16, p. 8-9) O aluno teria um professor para ministrar as aulas do curso de Adaptação, onde estudaria: física, química, história natural, higiene, geometria e estereometria e outro para o curso de Desenho (art. 5, p. 7).

O regulamento definia que os trabalhos realizados nas oficinas seriam de aprendizado ou de completa execução por contrato ou encomenda, para a prefeitura ou particulares (art. 74, p.15). Este último, criticado por Corinto Fonseca, na conferência, citada anteriormente, quando afirmou que começou a sua gestão acabando com essas encomendas para que os alunos aprendessem. Neste início, a Escola Visconde de Mauá, pelo que informaram os jornais, também não aceitava as encomendas, pois todo o trabalho era voltado para as necessidades da escola.

Para a Escola Visconde de Mauá, o regulamento estabelecia quatro seções: madeira, metal, agrícola e fiação e tecelagem, esta não foi implantada, no lugar dela foi instalada a seção de pedra, tijolo e cimento. As seções de madeira e metal deveriam ser orientadas para profissões rurais, “fabricante de carroças, carrinhos de mão, tamancos, instrumentos agrícolas, ferradores, etc.” (art. 117, p. 19). Também determinava que cada escola organizasse no final do ano uma exposição dos melhores trabalhos, que também poderiam ser vendidos, desde que retirados ao final do evento. (art. 86, p. 17)

Segundo o Regulamento nº. 1.066, a escola organizou sua primeira exposição de produtos em novembro 1918, o jornal *A Época*¹³⁰ visitou a exposição e impressionado o jornalista que escreveu esta matéria apresentou informações relevantes para nossas reflexões. A seguir reproduzimos a fotografia publicada junto com a matéria em questão:

¹³⁰ UMA VISITA d'A Época à Escola Profissional Visconde de Mauá *A Época*, RJ, p.3, 28 nov. 1918b. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&PagFis=18796> > Acesso em: 9 mar. 2013.



Ilustração 24: Recorte da matéria publicada no jornal A Época, 28 nov. 1918.
A Exposição dos produtos da Escola Profissional Visconde de Mauá.

Apesar da qualidade não muito boa da imagem, tanto os mestres quanto os alunos que posaram para a fotografia estão bem vestidos, os rapazes com terno e gravata, e uma menina, provavelmente, uma das filhas do próprio Dr. Orlando ou de algum professor. Os produtos fabricados estão bem embalados e acondicionados, organizados na prateleira de cima e na de baixo, encontram-se os produtos naturais. O texto da matéria assinalava a quantidade dos produtos confeccionados pelos alunos e apresentados na Exposição:

Além dos produtos da lavoura, como sejam milho, feijão, arroz, alfafa, amendoim, tomates, couves, cenouras, beterrabas, batatas doce e inglesa, abóbora, cana, aipim, inhame, apresenta o mostruário da escola Mauá: açúcar, melado, farinha de mandioca, polvilho, fécula de batatas, farinha de araruta e fumo de superior qualidade, tudo fabricado pelos alunos. (UMA VISITA..., 1918b, p.3)

Entretanto, foi outra informação desta reportagem que se constituiu em mais uma fonte privilegiada para responder os objetivos que norteiam esta dissertação. O jornalista que a escreveu iniciava afirmando que:

É um estabelecimento municipal em que o ensino é “integral”. Além de português, matemáticas elementares, geografia e história, física e química, história natural e desenho industrial, os alunos frequentam os ofícios em madeira, ferro, tijolo, pedra e cimento e a agricultura prática e teórica (UMA VISITA..., 1918b, p.3, Grifos do autor)

A matéria fez questão de frisar o ensino integral, modalidade que não se encontrava prevista nem no Regulamento das Escolas Profissionais, nem em qualquer outra legislação, constituindo-se numa peculiaridade da Escola Visconde de Mauá, que oferecia em seu currículo disciplinas que não faziam parte do currículo da escola profissional, como português, geografia e história. Isto explica as solicitações de mapas geográficos ao almoxarifado central, logo após a inauguração da escola. O tom de admiração no texto, não deve ter sido aleatório, indicando que o jornalista tinha ciência de que isso era uma novidade. A informação vem corroborar com as reflexões, feitas anteriormente, sobre a influência das ideias de educação libertária aplicadas na escola. É claro, dentro dos limites da relação dialética entre a ação humana e os condicionamentos de que nos fala Thompson (op. cit.).

Outro aspecto que ilustra a especificidade da escola encontra-se no trecho a seguir:

Dr. Orlando Corrêa Lopes instituiu também este ano o cultivo pelos alunos de uma grande área dividida em lotes de 70 m² cada uma. Cada aluno tem seu lote, que ele planta, cuida e colhe, levando para casa, o produto. É um meio de estimular o amor à terra. Este ano houve alunos que obtiveram de seus pequenos lotes 30\$ e 40\$000 (UMA VISITA..., 1918b, p. 3).

Como não imaginar o impacto que esta medida exercia na vida dos alunos e de seus familiares: na escola ele não só aprendia, mas colaborava com as condições de subsistência de sua família. É importante ressaltar que esta medida estava em completo desacordo com o Regulamento, pois apesar deste estabelecer trabalhos de completa execução por encomenda, em que aprendizes receberiam 70% do valor pago, depois de deduzidas despesas com matéria-prima, também proibia que alunos e docentes encomendassem trabalhos (art.74, § II). A concepção do Regulamento era de uma escola-fábrica onde o aluno receberia um valor pelo seu trabalho, mas o produto não lhe pertencia, uma concepção diferente da empregada na Escola Mauá, onde o aluno era dono do seu produto.

Outra matéria jornalística¹³¹ conferia à escola este caráter peculiar que a diferenciava das demais escolas profissionais da Prefeitura:

No primeiro golpe de vista na organização interna o que se observa é que este estabelecimento difere de todos os seus congêneres, tal a maneira original, pode-se dizer, com que se imprime a disciplina e se executa o programa. A começar porque aos alunos, antes de tudo, é dada uma noção de si próprio, isto, é o aluno compreende não só a sua função de colegial, como a sua função de indivíduo. Trabalhado no campo, auxiliando à cozinha, servindo às mesas de refeição, nas aulas de letras e nas oficinas, o aluno no mesmo tempo que aprende, trabalha. E nisso, não há nenhuma ideia de

¹³¹ O ENSINO Profissional no Centenário. **Gazeta de Notícias**, RJ, p.3, 27 abr. 1922. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&PagFis=6075 > Acesso em: 9 mar. 2013.

humilhação, porque o próprio diretor tem dois filhos matriculados, aos quais, cabem funções idênticas a todos os demais (O ENSINO..., 1922, p. 3).

Percebe-se nesta notícia que as peculiaridades no programa de ensino instituído na escola bebiam nas ideias de pensadores anarquistas como Proudhon, como citamos anteriormente, para quem o trabalho tinha uma força formativa superior ao saber contemplativo (CODELLO, 2007, p. 98). De outra matéria publicada pela imprensa diária¹³², retiramos diversos trechos que ilustram a influência de diferentes pensadores anarquistas.

Também de Proudhon, o conceito de politecnia, através do qual a especialização é um desdobramento natural de um método que apresente o conhecimento como um todo (CODELLO, 2007, p. 98):

Possui, além disso, um campo de demonstração agrícola onde os alunos trabalham diariamente ‘uma hora ouvindo lições práticas sobre várias culturas. [...] O método de ensino adotado consiste em fazer o aluno trabalhar em cada oficina, uma em cada dia em exercícios seriados. Não só para se familiarizar com todos os ofícios, a sua técnica, os seus processos, como para conhecer minuciosamente, todos os instrumentos de trabalho.[...] Cada aluno frequenta, diariamente, por duas horas as oficinas, uma hora a aula de desenho e por três horas as aulas do curso de adaptação. O desenho que é a base de todo o ensino técnico-profissional vai desde o simples desenho geométrico ao de perspectiva, projetivo e de máquinas. Nenhum aluno executa um trabalho nas oficinas sem que primeiramente, o tenha desenhado. [...] (O QUE é..., 1923, p. 2)

Em Kropotkin, encontramos o respeito à infância através de educação que não se baseie na repressão e no castigo, mas sim numa ética que desenvolva o bem-estar coletivo (CODELLO, 2007, p. 145):

Aqui a primeira entidade é o aluno. Para ele vão todos os nossos cuidados, todas as nossas preocupações, todo o nosso desvelo. Procuramos desenvolver em cada aluno, um sentimento de responsabilidade, a confiança em si próprio, no seu esforço e no seu trabalho. Aqui não existem castigos, mesmo porque são desnecessários [...] A nossa disciplina é a mais suave possível, não lembrando nem por sonhos, a disciplina rígida das casernas que hoje se quer fazer penetrar no ensino [...] (LOPES, 1923, p.2)

Outra influência que encontramos na Escola Visconde de Mauá é a de Bakunin (2003), que defendia a negação do autoritarismo e a abolição de privilégios individuais, a instrução e o trabalho deveriam ser iguais para todos:

Não foram só a ordem, o asseio irrepreensível de todas as dependências da escola, que mais nos impressionaram, mais o ar satisfeito, confiante, cheio de vida dos alunos, que não tinham absolutamente o aspecto tão comum de

¹³²O QUE é a Escola Visconde de Mauá. **Gazeta de Notícias**, RJ, p.2, 20 mai. 1923. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&PagFis=8738 > Acesso em: 9 mar. 2013.

tristeza e nostalgia dos rapazes dos nossos internatos. Eles se dirigiam com o maior desembaraço ao diretor, mais como um amigo do que a um chefe e responderam com precisão e segurança todas as nossas perguntas. O Dr. Orlando Lopes, para dar um exemplo, mantém três filhos menores na escola, sujeitos a mesma disciplina e trajando como os outros alunos [...] (O QUE é..., 1923, p. 2)

É interessante observar, que enquanto o ensino profissional da Prefeitura passava por uma crise generalizada, com uma evasão enorme e resultados negativos, a Escola Visconde de Mauá caminhava, em sentido contrário, ou seja, a frequência era boa, a procura era grande e a escola não tinha mais vagas a oferecer. Esta realidade nos permite concluir que as ideias libertárias sobre educação, como educação integral, valorização do trabalho como princípio educativo, politecnicidade, entre outras, contribuíram para que esta experiência se tornasse bem-sucedida.

3.6. Um internato para a Escola de Agricultura

A Exposição dos produtos da Escola Mauá, ao final de 1918, demonstrara que a mesma já funcionava regularmente e era considerada uma instituição escolar de renome pela imprensa, pela sociedade e pelo governo. Entretanto, Dr. Orlando sonhava mais, queria que a escola também oferecesse um internato¹³³, justificado pelo deslocamento dos alunos entre casa e escola que comprometia parte do tempo de aprendizado.

Diante das dificuldades financeiras que a Prefeitura enfrentava Dr. Orlando apresentou ao Prefeito do Distrito Federal, Dr. Sá Freire, a sugestão de que a escola fosse repassada para a União, sendo transferida para o Ministério de Agricultura. Em entrevista ao jornal Gazeta de Notícias¹³⁴, ele justificava sua proposta:

O campo de demonstração deixou de estar em terreno cedido a título precário à Prefeitura pelo Ministério da Guerra, pois o Congresso Federal mandou que não só o primitivo terreno, como uma faixa contígua de 114 metros de frente e 600 metros de fundo, passassem a título definitivo para o patrimônio da escola; e, na lei orçamentária deste ano há uma disposição mandando incorporar ao mesmo patrimônio, o terreno que fica entre o atual campo de demonstração e a Estação de Deodoro, numa extensão dupla. De modo que atualmente dispõe a escola de cerca de 80 hectares de terra, sendo

¹³³ Em 08 de outubro de 1920, o Conselho Municipal autorizou o Prefeito a criar o internato na Escola Profissional Visconde de Mauá. Em 09 de junho de 1921, o Prefeito Carlos Sampaio assinou sua criação.

¹³⁴ A ESCOLA Visconde de Mauá: a sua transferência à União. **Gazeta de Notícias**, RJ, p.1, 27 set.1919. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&PagFis=47984 > Acesso em: 19 mar. 2013.

que (?) estão completamente plantados, ostentando-se já também neles, um lindo pomar de cerca de 3000 árvores frutíferas. (A ESCOLA..., 1919, p.1).

E sugeriu que o Ministro não tinha conseguido, ainda, um prédio para instalar a Escola Superior de Agricultura¹³⁵ porque não conhecia a Escola Visconde de Mauá, que poderia sediar uma Escola Superior, além do que já possuía.

A proposta não foi adiante mais serviu para exemplificar a mobilização de Dr. Orlando para conseguir financiamento e infraestrutura necessários à ampliação da escola com a criação do internato. Esta mobilização se dava também pelo Legislativo: em 10 de maio de 1920, Dr. Orlando levou para conhecer a escola, os intendentos Ernesto Garcez, Vieira de Moura e Agenor Furtado¹³⁶. Apenas um mês após esta visita, em 11 de junho de 1920, outra nota de jornal¹³⁷ comunicava que vários intendentos haviam assinado e apresentado ao Conselho Municipal, um projeto para a criação do internato da escola com capacidade para cem alunos. Em 8 de outubro deste ano, Carlos Sampaio sancionava a resolução do Conselho através do Decreto 2.296, que autorizava o prefeito a criar o internato para 150 alunos menores, de 11 a 15 anos, organizado em curso de quatro anos, dando preferência para os alunos já matriculados na escola¹³⁸. No artigo 5 deste Decreto o Prefeito criava um abono diário para todo o pessoal da escola, sendo para o diretor, 10\$; docentes e administrativos, 5\$000 e serventes, 2\$000, perfazendo os totais mensais de 300\$000, 150\$000 e 60\$000. Ou seja, o internato também significava melhorias salariais para os profissionais da escola.

Um ano depois em 9 de junho de 1921, o Prefeito Carlos Sampaio assinava o Decreto nº 1.562 criando o internato, que funcionaria a princípio para cem alunos, na parte do edifício já construída, até que as obras fossem terminadas. As obras para a construção do dormitório

¹³⁵ Maiores informações sobre a trajetória desta instituição escolar encontram-se no artigo de OTRANTO, Célia Regina. A Política de Educação Superior Agrônômica no Início do século XX: A Criação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/26/tpgt11.htm> Acesso em 19 mar. 2013.

¹³⁶ UMA VISITA à Escola Profissional Visconde de Mauá. **Correio da Manhã**, RJ, p.3, 11 maio 1920. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=1636 > Acesso em: 03 mar. 2013.

¹³⁷ NO CONSELHO. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, p.8, 11 jun. 1920. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107670_02&PagFis=1954 > Acesso em: 03 mar. 2013.

¹³⁸ FOI CRIADO um internato na Escola Visconde de Mauá. **O Imparcial**, RJ, p.3, 16 out.1920. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107670_02&PagFis=3681 > Acesso em: 03 mar. 2013.

foram realizadas, mais uma vez, com a participação de alunos e o pessoal da escola. De acordo, com a seguinte notícia publicada pela *Gazeta de Notícias*¹³⁹:

As instalações para o internato já estão concluídas, tendo sido executadas pelos próprios alunos do estabelecimento, sob a direção do Dr. Orlando Lopes, havendo nas obras uma diferença para menos de 23 contos, do que fora orçado. Pretende o Dr. Orlando Lopes que essa quantia seja incorporada ao patrimônio da escola, uma vez que ela representa o esforço dos alunos, mestres e contramestres, tendo para isso requerido ao prefeito a respectiva autorização (O INTERNATO..., 1921, p. 1).

Neste aspecto, podemos questionar se havia por trás do trabalho de mestres e alunos, algum autoritarismo ou imposição por parte da Direção da escola. Não compartilhamos desta possibilidade, não havia amparo legal que permitisse ao diretor obrigá-los a este tipo de trabalho. Os professores e mestres eram submetidos a concurso público e contratados diretamente pela Diretoria de Instrução Pública e muito menos, aos alunos. É fato, que a concepção de escola profissional nesse período nada se assemelha com a concepção atual, o trabalho dos alunos nessas instituições escolares era visto como uma atividade cotidiana. Mas o que acontecia na Escola Visconde de Mauá era original. Como explicar o empenho e o tamanho do esforço coletivo desenvolvido por todos em benefício da escola? As matérias de jornais eram unânimes em afirmar sobre a organização, instalações e higiene da escola, mas também se surpreendiam com a vivacidade, a satisfação e confiança dos alunos, inclusive na relação com o próprio diretor. Apostamos, a partir das reflexões anteriores, que este esforço coletivo era fruto de uma consciência que entendia a escola como uma conquista deste grupo social e não da prefeitura ou do diretor ou do governo. Daí que este trabalho não era entendido como exploração, já que seu produto (as melhorias na escola) lhes pertencia e não a outrem. Acreditamos também, que os conhecimentos técnicos de engenheiro civil que Dr. Orlando tinha foram fundamentais para o desenvolvimento dessas obras. Desta forma, nada mais justo que reivindicar a economia das verbas em benefício da própria escola, conforme dizia a notícia.

Retornemos ao Decreto de criação do internato (PREFEITURA, 1921, p.106). De acordo com esse Decreto, a matrícula seria de 240 alunos, sendo 150 internos e 90 externos. Para o internato, metade dos alunos seria escolhida entre os alunos matriculados na própria escola e a outra metade seria admitida entre os alunos do Instituto Ferreira Vianna que completassem 11 anos (art. 2).

¹³⁹ O INTERNATO da Escola Mauá. **Gazeta de Notícias**, RJ, p.1, 10 jun.1921. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&PagFis=4007 > Acesso em: 19 mar. 2013.

O Decreto afirmava, ainda, que

a Escola fornecerá a cada aluno interno: 2 redes, 2 cobertores, 3 toalhas de banho, 1 calção para banho, 2 macacões para o trabalho, escovas para dentes, sabão, etc., 1 uniforme de brim kaki para formaturas, 1 par de botinas. Cada aluno interno deverá trazer as seguintes peças: 6 camisas de algodão, 6 ceroulas, 3 pares de meia, 1 par de botinas e 1 roupa para passeio (artigos 4-5)

Silva teceu comentário sobre as redes, nas quais dormiam os alunos enquanto as obras eram concluídas,

que silenciosamente, escreveram um longo capítulo cheio de episódios, ora pitorescos, ora dolorosos. É que os alunos internos daquela época, dificilmente se familiarizavam com aquela espécie de leito. Daí, muitas e variadas quedas, algumas das quais de penosas consequências (SILVA, 1956, p. 11).

O Internato de Dr. Orlando deve ter sido inspirado em outra experiência de pedagogia libertária posta em prática por Paul Robin, ao assumir a direção do Orfanato Prévost, em Cempuis (França) de 1879 a 1894. Na direção deste Orfanato, conseguiu implantar as ideias sobre educação integral e coeducação entre os sexos, nas quais acreditava (MARTINS, 2009).

Em Cempuis, Robin desenvolveu os três aspectos da educação integral, bases para uma pedagogia libertária: a educação física, intelectual e moral. Segundo Gallo

os alunos tinham um período de nove horas diárias de estudos, assim divididas: cinco horas eram dedicadas aos trabalhos manuais (sendo três horas na oficina e duas nos trabalhos coletivos) as outras quatro horas eram destinadas aos trabalhos escolares, propriamente ditos, como as aulas teóricas (GALLO, 1990, p. 214)

Mantendo as devidas proporções se compararmos a distribuição de horários do Orfanato de Robin com a Escola Mauá, percebe-se que os critérios de divisão eram os mesmos, em que pese as diferenças na carga horária. Cabe ressaltar que uma das justificativas que Dr. Orlando usava em defesa do Internato Mauá era o tempo perdido com os deslocamentos entre a casa e a escola que poderia ser empregado nas aulas.

Para a educação intelectual Robin defendia o ensino das disciplinas de formação geral, as científicas e artísticas, como a música e o desenho, além de um ensino que não levasse a especialização ao extremo da divisão de trabalho para que não se formassem operários incompletos (Ibidem, p. 218).

Na educação moral, o pedagogo libertário acreditava numa escola que se desenvolvesse o respeito e à liberdade e a fraternidade, o que deveria ser trabalhado no “próprio modo de vida da escola” (Ibidem, p. 219).

A educação física era considerada fundamental para o desenvolvimento da saúde e higiene dos alunos. “Em Cempuis praticava-se uma gama bastante variada de esportes, como a natação – em uma piscina construída pelos próprios alunos...” (GALLO, 1990, p. 212).

Este é um exemplo que poderia confirmar esta influência de Robin sobre as ideias de educação de Dr. Orlando: a construção do “excelente tanque de natação para os exercícios diários dos alunos”.¹⁴⁰ A seguir apresentamos uma fotografia desta piscina da Escola Mauá¹⁴¹.

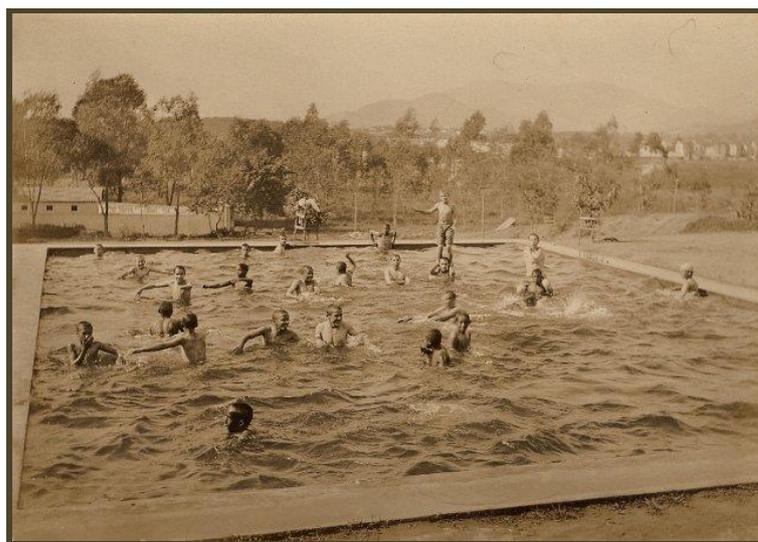


Ilustração 18: Piscina da Escola Profissional Visconde de Mauá, construída pelos próprios alunos e mestres, durante a direção de OCL em 1921. Autoria desconhecida, 1928-30 (?). Acervo Centro de Memória ETEVM.

Outro aspecto que demonstrou esta influência foi o desenvolvimento da banda de música, durante a gestão de Orlando Corrêa Lopes, numa clara demonstração de que sua visão de educação ia além do que se concebia para uma escola profissional na época. Neste sentido, reproduzimos o que escreveu Silva:

Àquele tempo crescia, também na “Mauá”, o gosto pelo estudo de música e tal foi o interesse demonstrado pelos alunos que o Diretor tratou de conseguir o instrumental para organizar uma banda de música, a qual em plena atividade, chegou a gozar de certo prestígio, tendo sido seus orientadores, entre outros os maestros Indalício Fonseca e Romeu Malta. Foi também muito conhecido, principalmente nos subúrbios da Central, um

¹⁴⁰ A ESCOLA Visconde de Mauá e seus resultados. **O Imparcial**, RJ, p.3, 27 maio 1922. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107670_02&PagFis=10458 > Acesso em: 03 mar. 2013.

¹⁴¹ As fotografias que apresentaremos, a partir desta página, pertencem à coleção com 28 fotografias de autoria desconhecida, que foi doada à escola pelo Prof. Guttman e usada pela Prof.^a Maria Ciavatta em sua tese ‘Escola do Trabalho: História e imagens’ (1993). Atualmente esta coleção faz parte do acervo do Centro de Memória da ETEVM. Apesar de desconhecermos a autoria e data precisa em que foram feitas, sabemos que foram tiradas entre 1928-1930, quando a Escola foi dirigida pelo Prof. Álvaro Palmeira. Mesmo tendo sido tiradas depois, elas servem perfeitamente para ilustrar a gestão de Orlando Corrêa Lopes, pois todas as instalações que aparecem foram construídas durante sua gestão, nada foi alterado durante a gestão de Álvaro Palmeira.

famoso conjunto orquestral composto de alunos da “Escola Mauá”, que tocava em bailes mediante contrato e era chamada “a orquestra do Dr. Orlando” (SILVA, 1956, p.11. Grifos do autor).

Este é mais um indício de que Dr. Orlando tentou por em prática, durante sua gestão, as ideias de pedagogia libertária que conhecera após ter se dedicado a estudar o anarquismo. Abaixo uma fotografia da banda de música com o Professor Indalício:



Ilustração 19: Banda de Música da Escola Profissional Visconde de Mauá e Maestro Indalício Fonseca. Pátio interno do Triângulo, prédio que deu origem à Escola. Autoria desconhecida, 1928-30 (?). Acervo Centro de Memória ETEVM.

Uma notícia publicada¹⁴² no *Jornal do Brasil*, em agosto de 1926, é significativa para ilustrar os resultados da educação integral que se oferecia na Escola Profissional Visconde e Mauá. A matéria dizia que no dia anterior a redação do jornal fora procurada por um grupo de jovens estudantes, “crianças ainda, mas estudiosos de fato”. O grupo convidara o jornal para

ouvir, hoje, no Cinema Central, das 16 às 18 horas, a “The Big Jazz”, recentemente organizada. Qual o intuito da criação da “grande jazz” por figuras tão pequenas? Perguntamos. – É muito simples a explicação. Somos estudantes, mas ainda estudamos preparatórios, outros já os concluíram e quase todos pretendem estudar Química Industrial na Escola Politécnica a começar de março próximo futuro. Mas, estudar numa escola superior nesta época é um privilégio dos ricos ou de rapazes, como nós, que “cavem” para as atuais taxas e matrículas – “The Big Jazz” é, portanto, uma “cavação” honesta, pois nos facilitará os meios para estudarmos e também o aperfeiçoamento na música, que, em falta de outra, constitui uma profissão. A explicação não podia ser mais clara e satisfatória, pelo que felicitamos aos rapazes pela sua bela iniciativa. [...] Alguns foram e outros ainda são alunos da Escola Visconde de Mauá. (THE BIG JAZZ..., 1926, p. 17. Grifos do autor).

¹⁴² “THE BIG JAZZ”: bela iniciativa de um grupo de estudantes. *Jornal do Brasil*, RJ, p.17, 5 ago. 1926. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&PagFis=48551 > Acesso em: 03 mar. 2013.

Reproduzimos quase toda a notícia pelo seu significado como fonte para nossas reflexões sobre uma educação que não se limitava às determinações legais do ensino profissional deste período, muito menos ao discurso dominante que procura, em todas as épocas, atender às necessidades do mercado em detrimento da formação integral dos alunos.

A inauguração do Internato aparecia como uma das mais importantes realizações no relatório¹⁴³ sobre o ano de 1921, apresentado por Dr. Orlando ao Inspetor técnico, Dr. Costa Leite. Neste ano, tinham sido realizadas 254 matrículas, com 64 desligamentos, encerrando-se o ano letivo com 190 alunos, do que se admirava o jornal. Esta e outras matérias indicavam que, apesar da evasão existente na escola, a Visconde de Mauá era a escola profissional que apresentava o menor número de evasão e o maior de frequência, chegando neste mesmo ano a um percentual de 79,1% na frequência total dos alunos. O Diretor da Escola também informava sobre as obras para a construção de um edifício destinado à cozinha, copa e refeitório do Internato. A prefeitura destinara 63 contos de réis e a obra já estava praticamente terminada dentro deste orçamento (LOPES, 1922, p.3).

A seguir apresentamos imagens destes novos edifícios através de imagens dos jornais da época e da coleção de fotografias do acervo do Centro de Memória da ETEVM.



Ilustração 25: Recorte da matéria publicada no jornal Gazeta de Notícias. 20 maio 1923. Visita do jornal à Escola.

¹⁴³ UM INTERESSANTE relatório... **O Imparcial**, RJ, p.3, 28 mar. 1922. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107670_02&PagFis=9816 > Acesso em: 03 mar. 2013.

Essas eram as novas edificações que abrigavam o dormitório, a copa, cozinha e o refeitório, que podem ser melhor visualizadas na fotografia a seguir, onde vemos a parte da frente do prédio. Na imagem anterior, do jornal, o fotógrafo registrou os fundos dos prédios.



Ilustração 5: Edificações construídas para o Internato da Escola Profissional Visconde de Mauá. Autoria desconhecida, 1928-30 (?). Acervo Centro de Memória ETEVM.



Ilustração 27: Recorte da matéria publicada no jornal O Imparcial. 27 maio 1922. A visita dos Intendentes após conclusão das obras para o Internato.

Na imagem anterior, à esquerda, podemos visualizar a parte interna do refeitório, amplo com grandes janelas, uma fileira de mesa de cada lado. A outra é uma imagem externa do prédio, mas com péssima visibilidade. A seguir apresentamos a fotografia do refeitório

com a presença dos alunos, durante uma das refeições, ao fundo em pé, mestres, professores e funcionários.



Ilustração 68: Alunos almoçam no refeitório da Escola Profissional Visconde de Mauá. Autoria desconhecida, 1928-30 (?). Acervo Centro de Memória ETEVM.

Esta fotografia trouxe uma novidade, que não conseguimos identificar o período em que foi introduzida: a projeção de filmes no refeitório. Acreditamos que não tenha sido durante a gestão de Dr. Orlando, pois não encontramos nenhum comentário a respeito. De acordo com o Prof. Guttman, após o jantar antes de dormir, os alunos internos assistiam a filmes que eram projetados pelos funcionários através de uma máquina de projeção de 35 mm com lâmpadas de carvão (CIAVATTA, 1993). É possível ver a saída do filme (vigias) no alto da parede.

3.7. A Escola Profissional Visconde de Mauá nas festas do Centenário

A Exposição Internacional do Centenário¹⁴⁴ realizada de 1922 a julho de 1923 na cidade do Rio de Janeiro fomentou grande mobilização onde se buscava demonstrar, que a Capital Federal não era mais aquela cidade desorganizada e infecciosa de outrora. Para as autoridades administrativas, o evento era uma oportunidade de construir a nova imagem do país para o “mundo civilizado”. Neste sentido, a Prefeitura do Distrito Federal, responsável

¹⁴⁴ Maiores informações sobre a Exposição Internacional do Centenário podem ser encontradas em MOTA, Marly S. da. **A Nação faz cem anos: a questão nacional do centenário da independência**. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 1992. Disponível em:< <http://www.cpdoc.fgv.br> > Acesso em 20 mar. 2013.

pelas obras de preparo da Exposição, incentivava as diferentes diretorias a desenvolverem ações comemorativas.

A Diretoria de Instrução Pública, inicialmente propôs a organização do Congresso de Instrução Primária, que se realizaria durante as comemorações do Centenário. Acompanhamos, durante o ano de 1921, algumas notas publicadas nos jornais sobre as reuniões de organização deste congresso, tendo sido a primeira delas, realizada com alguns diretores de escola convidados, entre eles Dr. Orlando. Entretanto, em nossas pesquisas, não localizamos notícia que confirmasse sua realização, e nem como a Diretoria se preparou para a Exposição no Pavilhão do Distrito Federal.

No entanto, em junho de 1922, o jornal *O Imparcial*¹⁴⁵, publicou o ofício que Dr. Orlando escrevera para o diretor da Instrução, Sr. Nascimento Silva, tentando convencê-lo de que não era coerente com os princípios da educação desenvolvidos na Escola Visconde de Mauá, que esta participasse na Exposição com produtos manufaturados.

Seus argumentos baseavam-se mais uma vez em Omer Buyse e nos métodos americanos que não estimulavam a especialização (já que não poderia se referir diretamente à pedagogia libertária). Afirmava que os Estados Unidos se desenvolveram graças ao ensino técnico-profissional, do qual “excluíram completamente, de há muito, o industrialismo”. Justificava que participar desta forma seria um “erro inadmissível em face à clareza da nova pedagogia americana” (LOPES, 1922, p. 5). Continuou argumentando que era a formação que os alunos obtinham na escola o que tinha para oferecer:

Entanto, em vez de produtos industriais, esta Escola apresenta, no fim do ano, os seus alunos com um preparo regular em ciências e letras, consoante ao curso de adaptação que aqui se ministra: Português, Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria, Física, Química, História Natural, Geografia e História do Brasil – bem como desenho e, especialmente, na técnica dos trabalhos em madeira (entalhador, torneiro, carpinteiro e marceneiro), em metal (ferro, ajustador mecânico e torneiro mecânico), em pedra, tijolo e cimento, e em agricultura, onde há um campo de demonstração com 22 hectares de superfície [...] (LOPES, 1922, p.5).

No lugar dos produtos manufaturados, para comemoração do Centenário, sugeria que fosse realizado um concurso entre os alunos do ensino técnico profissional com avaliações de desenho, curso de adaptação e técnicas de ofícios, onde os primeiros colocados seriam

¹⁴⁵ O SR. ORLANDO Corrêa Lopes dirige um ofício ao diretor da Instrução Pública. *O Imparcial*, RJ, p.5, 12 jun. 1922. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107670_02&PagFis=10618 > Acesso em: 03 mar. 2013.

premiados com viagem de estudos ao exterior, conforme estabelecia o próprio Regulamento da Prefeitura.

A atitude de Dr. Orlando questionando a participação da escola na confecção de manufaturados para a Exposição, se apoiando em argumentação propositiva e auxiliado publicamente pela imprensa, demonstrava o bom propagandista que sempre fora, constituindo em mais um indício de sua ação contrarrevolucionária.

Tal manifestação nos indicou que deveria estar sendo pressionado pela Diretoria com o Regulamento nº 1066/1916, pelo qual se organizava o ensino profissional e estabelecia os trabalhos de completa execução encomendados pela Prefeitura que, segundo sua explicação, não eram realizados na escola. Observa-se que, nas entrelinhas de sua contra-argumentação, afirmou que o Regulamento também estabelecia as bolsas de estudos no exterior, o que provavelmente, também não era implementado. Por outro lado, Dr. Orlando não poderia estabelecer uma atitude de enfrentamento direto, já que precisava manter certa cordialidade com a Diretoria de Instrução Pública, pois a ela estava subordinado. Sabemos que os alunos trabalhavam muito na Escola Visconde de Mauá, mas este trabalho era em benefício da própria escola e deles próprios e não para terceiros.

O concurso não foi adiante, como também a escola não produziu as encomendas de manufaturados para a Exposição. A alternativa foi a sua participação no Pavilhão do Distrito Federal, através da demonstração dos métodos de ensino desenvolvidos pela escola, o que segundo os jornais, *O Paiz*¹⁴⁶ e a *Gazeta de Notícias*¹⁴⁷, fez o maior sucesso porque apresentava todo o processo de aprendizagem dos alunos. Desta forma, Escola Profissional Visconde de Mauá foi uma das atrações de público na Exposição Internacional do Centenário. A seguir reproduziremos alguns trechos da matéria publicada pela *Gazeta de Notícias*, acompanhados pelas fotografias da coleção do acervo do Centro de Memória da ETEVM:

Será inaugurada hoje, no Pavilhão do Distrito Federal, na Exposição Internacional do Centenário, a exposição da Escola Visconde de Mauá. A solenidade terá lugar às 2 horas da tarde, com a presença do Dr. Carlos Sampaio, prefeito da cidade, Dr. Nascimento Silva, diretor geral de Instrução Pública, e Orlando Corrêa Lopes, diretor da Escola. A Visconde de Mauá é uma escola técnico-profissional e de agricultura. A sua representação na Exposição do Centenário consta de uma demonstração dos métodos ali adotados, disposto o seu mostruário de tal modo que o visitante apreende logo o seu funcionamento completo. (UMA ESCOLA..., 1922, p. 3)

¹⁴⁶ A EXPOSIÇÃO de trabalhos da Escola Visconde de Mauá. **O Paiz**, RJ, p.5, 4 nov. 1922. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=11321> Acesso em: 03 mar. 2013.

¹⁴⁷ UMA ESCOLA Técnico-Profissional Modelar. **Gazeta de Notícias**, RJ, p.3, 4 nov. 1922. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&PagFis=7391> Acesso em: 03 mar. 2013.



Ilustração 29: Alunos e mestre durante a aula de Entalhação.
Autoria desconhecida, 1928-30 (?). Acervo Centro de Memória ETEVM.

Na seção madeira estão dispostos em quadros os exercícios que os alunos executam nos anos do curso [...] completando a seção madeira já está um artístico quadro com os exercícios de detalhe e gravura que vão de simples, voluta, folhas, frutas, e etc. até a escultura de animais como peixes e aves. Em marcenaria e escultura os exercícios estão distribuídos por três anos [...] (UMA ESCOLA..., 1922, p. 3).



Ilustração 70: Oficina Mecânica. Alunos em atividade na presença do Mestre Geral Waldemar de Barros (no fundo de colete) e do Mestre de Mecânica Francisco Alves (ao centro).
Autoria desconhecida, 1928-30 (?). Acervo Centro de Memória ETEVM.

A seção metal, compreendendo forja, torno mecânico e ajustagem está representada em um grande quadro, onde os exercícios estão também seriados[...] Os exercícios de torneiro mecânico foram inteligentemente confeccionados, de modo que em poucos exercícios, o aluno executa todas as operações do torno mecânico[...] (Ibidem).



Ilustração 8: Curso de Adaptação: Aula de Geografia, inovação inserida no currículo. Autoria desconhecida, 1928-30(?). Acervo Centro de Memória ETEVM

E, como, durante os quatro anos, terá frequentado em cada dia uma hora de desenho e 3 horas do curso de adaptação, que consta de Português, Aritmética, Álgebra, Geometria, Física, Química, História Natural, Geografia Geral e do Brasil, História Geral e do Brasil, sairá da Escola Visconde de Mauá com um preparo técnico sólido para ganhar a vida em qualquer parte do mundo ou continuar os seus estudos em qualquer academia.

[...]

Os cadernos do curso de adaptação e a exposição dos desenhos demonstram a grau elevado de adiantamento dos alunos. Vimos desenhos perfeitos de máquinas simples de um banco de carpinteiro, de um cabeçote de torno, etc. Há também, excelentes mapas-múndi, do Distrito Federal, dos Estados e um belo mapa econômico do Brasil, tudo obra exclusiva dos alunos. (UMA ESCOLA..., 1922, p. 3).



Ilustração 9: Curso de Desenho. O nome da sala foi uma homenagem ao primeiro Professor de Desenho da escola, que faleceu dando aula. Autoria desconhecida, 1928-30(?). Acervo Centro de Memória ETEVM



Ilustração 10: Seção Agrícola. Atividades agrícolas
 Autoria desconhecida, 1928-30(?). Acervo Centro de Memória ETEVM

Além desse preparo, o aluno da Mauá sai preparado em agricultura, sabendo lavrar a terra, adubá-la, plantá-la enxertar e manipular os produtos da lavoura, porquanto na sala da Exposição da Mauá há um rico mostruário desses produtos [...] (UMA ESCOLA..., 1922, p. 3).

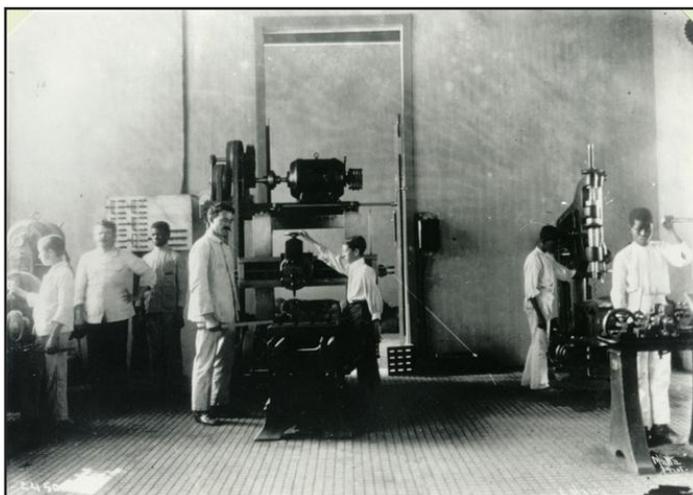


Ilustração 11: Oficina Mecânica. Escola Profissional Visconde de Mauá, 191?
 Malta. Acervo Digital do Centro de Memória da ETEVM.

[...] na mesma sala um torno todo confeccionado em suas oficinas, e os seus alunos distribuídos por turmas diariamente, executam objetos acabados, como sejam: paliteiros, arabolós, peões, macotes, filões, machucadores, caixas para pós-de-arroz, rolos para massa, tudo feito à vista do público, constituindo um dos melhores atrativos da Exposição. É um gosto ver-se o desembaraço com que os pequenos alunos da Mauá executam esses objetos e a perícia com que manejam as ferramentas [...] (UMA ESCOLA..., 1922, p.3).

O sucesso de público durante a Exposição Internacional do Centenário beneficiava a Prefeitura, para quem não importava se essa experiência singular, tivesse se tornado realidade em decorrência de uma concepção de educação contra-hegemônica, que em nada se aproximava da concepção do Regulamento em vigor.

Dr. Orlando tinha consciência de que os resultados positivos da escola, também serviam de propaganda para a Diretoria de Instrução Pública e conseqüentemente para a Prefeitura e tudo indica, que sabia manipular isso, muito bem, em benefício da própria escola. Durante as nossas pesquisas, muitas foram as visitas de prefeitos, diretores de Instrução, intendentes, algumas delas por convite do próprio Dr. Orlando que, com isso, acabava conquistando sempre alguma verba ou apoio para um novo projeto.

De qualquer forma, durante a primeira década de sua existência, tão jovem e já respeitada como uma instituição modelar, não foi para políticos, direção e professores que a Escola Visconde de Mauá, deixou sua mais importante contribuição, mas principalmente para meninos, filhos de trabalhadores, de um subúrbio ainda rural, e regiões distantes do grande centro urbano da capital federal.

3.8. Os primeiros alunos da Escola Mauá



Ilustração 35: Alunos formados no pátio interno do Triângulo, prédio que deu origem à Escola. Autoria desconhecida, 1928-30 (?).
Acervo Centro de Memória ETEVM.

Através do primeiro livro de matrículas (01/1916) podemos conhecer algumas informações sobre os alunos que inauguraram a escola. Nele foram registradas 262 matrículas, que foram realizadas respeitando as seguintes informações: data; número; nome; idade; naturalidade; residência; pai; mãe; residência dos pais; responsável e residência dos responsáveis. A primeira matrícula, o número 1 foi Newton Corrêa Lopes, filho do Dr.

Orlando. Como a escola começou a funcionar a partir de outubro de 1916, logo após sua inauguração, acreditamos que este livro tenha sido escrito depois, para o início de 1917, isto explicaria o porquê da numeração não respeitar a data de matrícula, ou seja, as datas das matrículas não são sucessivas, além do livro apresentar matrículas em branco. Sendo assim, efetivamente, diminuindo-se as desistências, o ano letivo de 1917 iniciou com 177 alunos.

Selecionamos quatro dados para estabelecermos o perfil desses alunos: idade, naturalidade, residência e responsável. Quanto à idade, a distribuição foi a seguinte:

12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	s/ idade
03	80	38	23	13	07	08	04	01

Como o Regulamento nº. 1066/1916 estabelecia a matrícula entre 13 e 21 anos e exigia a classe média do Primário de Letras, constata-se que quase 50% dos matriculados tinham a idade mínima quando efetuaram a matrícula. Isto nos leva a deduzir que no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro existia uma infância com nível básico de escolarização, cuja família desejava que continuasse os estudos.

Quanto à naturalidade, a grande maioria era do próprio Distrito Federal, mas a escola recebeu alunos nascido em várias regiões do país e um imigrante de Portugal:

DF	RJ	MG	RS	PR	AL	SP	BA	PE	PB	SE	Portugal	s/nat.
127	21	16	02	02	02	01	01	01	01	01	01	01

O movimento migratório durante as primeiras décadas do século XX, explica este 1/3 de diferentes naturalidades, como também o imigrante português. Para este, cabe ressaltar que próxima à escola existia uma colônia de portugueses, também conhecida como ‘Portugal Pequeno’.

O levantamento da residência ficou prejudicado, pois não constavam os endereços da grande maioria (125 alunos). É provável que este grupo, residisse próximo à escola, na própria Vila Proletária. As residências declaradas se encontram na Vila Proletária (15 alunos), Portugal Pequeno (02) em bairros adjacentes, como: Bento Ribeiro, Deodoro, Realengo, Madureira, Cascadura, entre outros (23); Mas também, de bairros mais afastados, como Bangu, Campo Grande, Ramos, Irajá, Piedade, entre outros (11). Até mesmo de outro município, Nova Iguaçu (01).

As longas distâncias entre residência e escola, confirmam a demanda dessas famílias pela escolarização de seus filhos, proporcional à ausência de escolas nas regiões mais distantes dos centros urbanos. Esta devia ser uma barreira, de fato, para a permanência dos

alunos na escola, não só pelas dificuldades com transporte como, principalmente, pelas despesas com locomoção. Tanto é assim que Dr. Orlando manifestou esta preocupação, que já citamos anteriormente, quando tentou junto à Central alterar os horários do trem, quando lutou pela aprovação do internato e quando afirmou que a escola auxiliava “com passes para a estrada de ferro aos alunos que moram longe” (O QUE É..., 1923, p.2).

Quanto aos responsáveis, encontramos o seguinte: para 123 alunos, o pai declarou-se responsável; para 22 alunos, declarou-se a mãe e para 32, outros declarantes (entre avós, irmãos...). Constatar ser o pai, responsável pela grande maioria dos alunos, causa-nos certa estranheza tendo em vista, que na conjuntura atual, a mãe incumbiu-se da responsabilidade pela vida escolar dos filhos. Isto pode ser explicado pelo fato de que, neste período histórico, o pátrio poder ainda era muito presente, cabendo ao pai, decidir se seus filhos deveriam ou não estudar. Também nos possibilitou refletir que crescia entre os trabalhadores a valorização pela escolarização dos filhos. Neste aspecto, através de nossas pesquisas, pudemos observar que tal importância crescia, também, nos meios operários, através de seus jornais e de suas associações, e mesmo em colunas operárias nos jornais diários, criando entre estes uma nova consciência. Desta forma, consideramos que a escolarização não era um debate privilegiado de autoridades políticas e intelectuais.

Não é objetivo da dissertação estudar o processo de escolarização da infância nos subúrbios, por isso não nos aprofundaremos neste item. Entretanto, essa pequena amostra sobre a origem dos primeiros alunos foi importante para completar nossa análise do processo de institucionalização da escola. Neste ‘fazer-se’ não poderíamos deixar de considerar a participação desta nova consciência familiar.

3.9. Os últimos anos da gestão Orlando Corrêa Lopes

Os últimos anos de Dr. Orlando à frente da Escola Visconde de Mauá serão vividos sob as gestões do Prefeito Alair Prata e de Carneiro Leão como Diretor de Instrução Pública (11.1922-11.1926). Neste quadriênio, não encontramos na imprensa diária, as matérias elogiosas à administração e a organização da escola comum nos anos anteriores, muito menos localizamos, reportagens sobre as visitas que a escola costumeiramente recebia, tanto do prefeito quanto do diretor de Instrução. Contudo não podemos afirmar que não tenham acontecido, de qualquer maneira, os silêncios também falam.

A única matéria localizada sobre visita de autoridades foi a do ex-prefeito Carlos Sampaio recebido na Escola no dia 11 de maio de 1924, em clima de festa com direito a

almoço, banda de música, aplausos e discurso de Dr. Orlando que se referiu ao ex-prefeito como “o grande benfeitor da Escola Profissional Visconde de Mauá”¹⁴⁸.

A ausência de matérias na imprensa poderia ser explicada pela escola ter deixado de ser uma novidade. Mas, o silêncio da administração pública e o tom do discurso de Dr. Orlando somado às festas para o ex-prefeito, indicou-nos um possível estranhamento nas relações entre prefeitura e escola. Isto se confirmou no artigo da *Gazeta de Notícias*¹⁴⁹, com entrevista de Dr. Orlando se pronunciando sobre os novos programas para o curso de adaptação e para o curso técnico das escolas e institutos profissionais, onde ele afirmava

pelo que tem sido publicado por membros da comissão organizadora, parece que algumas modificações vão ser introduzidas, mas ao meu ver, para pior. Pensa-se, por exemplo, fazer das escolas e institutos profissionais fontes de produção para a prefeitura, obrigando os alunos a fazerem objetos acabados desde o início do curso, para, assim, aliviar as despesas feitas com esses estabelecimentos. É isto o resultado de não haver sido apanhado bem qual deva ser a finalidade de nossa escola profissional. Matricular um aluno numa profissão determinada, sem lhe haver dado esse preparo prévio, é o que fazem as oficinas particulares e do governo, mas não o que deve fazer uma escola profissional (LOPES, 1926, p.1).

De acordo, com as críticas de Dr. Orlando por trás das mudanças encontravam-se o debate sobre politecnicidade e especialização, tão caro aos princípios anarquistas sobre educação e base da educação integral. Os debates indicavam uma conjuntura político-econômica e cultural cada vez mais desfavorável e condenadora à politecnicidade, tornando-se hegemônica à medida que o capitalismo industrial se consolidava no país.

A pressão social por uma escola profissional especializada começava a aparecer em matérias de jornal e também pela pressão de alguns mestres e contramestres dentro da própria Escola Visconde de Mauá. O jornalista que escrevia a coluna “Crônica do Ensino Técnico” no jornal *A Manhã*¹⁵⁰, era um dos defensores da especialização, já no primeiro ano da escola, ancorava-se na forte justificativa, que isto diminuiria a carga horária de mestres e contramestres de 8 para 4 horas diárias. Através desses artigos ficamos sabendo que Dr.

¹⁴⁸ UMA MANIFESTAÇÃO de apreço ao Dr. Carlos Sampaio. **Jornal do Brasil**, RJ, p.5, 11 maio 1924. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&PagFis=12067 > Acesso em: 13 mar. 2013.

¹⁴⁹ O ENSINO Técnico: fala-nos sobre essa questão em foco, o Dr. Orlando Corrêa Lopes, Diretor da Escola Mauá. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1-2, 2 jul. 1926. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&PagFis=19462 > Acesso em: 13 mar. 2013.

¹⁵⁰ CRÔNICA do Ensino Técnico. **A Manhã**, RJ, p.2, 3-4 abr. 1926. Disponíveis em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&PagFis=542> > e < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&PagFis=548> > Acessos em: 13 mar. 2013.

Orlando estava reunindo os mestres e contramestres para debater a questão, o que foi elogiado pelo jornalista.

Não conseguimos localizar outras matérias jornalísticas que nos ajudassem no desenrolar desses novos conflitos, as próximas notícias foram sobre a licença médica de Dr. Orlando e a nomeação de Acis Pereira Castilho como diretor interino da Escola Visconde de Mauá partir de 15 de junho de 1927 e de seu falecimento no dia 17 de setembro do mesmo ano.



Ilustração 2012: Recorte do jornal Gazeta de Notícias.
18 set. 1927. Nota sobre o falecimento de Dr. Orlando Corrêa Lopes

Encerramos esta dissertação com o falecimento de Dr. Orlando no momento em que se acentuava a principal questão do debate sobre educação profissional e tecnológica, ainda hoje tão debatida e que não se esgotará enquanto persistir a sociedade capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certa vez, num tom de brincadeira, alguém me disse: Por que você não larga esses mortos e vem trabalhar para os vivos? Ela se referia ao meu interesse pela história e memória das instituições escolares e acreditava que eu teria mais a contribuir se fosse trabalhar com a realidade atual. Rimos juntas, mas depois fiquei refletindo sobre esta mentalidade tão comum na educação. Nós, educadores, enfrentamos cotidianamente, tantas urgências, que não seria uma excentricidade nos dedicarmos a estudar um passado que não se pode mais mudar? Que reflexões uma pesquisa histórica sobre instituições escolares poderia oferecer para o presente de dificuldades? Para os historiadores da educação esta resposta é assertiva e segura e são muitos os argumentos teóricos para justificar a relevância de nossas pesquisas. Mas esta compreensão nem sempre é entendida por aqueles que estão enfrentando a dura realidade nas escolas brasileiras.

Neste sentido, esta dissertação também foi um desafio. Que contribuições o estudo do passado da Escola Profissional Visconde de Mauá poderia oferecer? Seria possível estabelecer o diálogo entre o passado e o presente da educação profissional, após tantas mudanças tecnológicas que alteram constantemente as técnicas de produção? Durante o período de pesquisa, convivendo diariamente com este passado da escola, a cada documento encontrado, a cada fonte importante que possibilitava desvelar algum aspecto dessa realidade tínhamos a certeza de que “esses mortos” podem nos fortalecer para resistir e insistir nos enfrentamentos do aqui e agora.

Assim, foi possível constatar que nas décadas de 1910 e 1920, o processo de escolarização no Distrito Federal se desenvolvia através de um emaranhado de escolas isoladas, que atingiam os bairros mais distantes, e que a Prefeitura procurava exercer o controle deste processo. O resultado dessa escolarização colocaria a capital federal, mesmo com índices ainda muito baixos, com o menor índice de analfabetismo do país. Neste debate, não participavam apenas autoridades políticas e intelectuais, as organizações de operários, os anarquistas e uma parcela da população trabalhadora já incorporava a demanda por escolas, se manifestando através de reclamações que eram relatadas pelos jornais. A legislação também era campo de disputas políticas, de 1911 a 1916 foram sancionados quatro decretos legisladores. A Prefeitura do Distrito Federal reservava uma boa parte do orçamento anual para ser empregado na Instrução Pública.

Este processo, de certa forma, foi silenciado por reformadores escolanovistas do final da década de 1920, como Fernando de Azevedo, que atuou numa forte propaganda ideológica para valorizar suas atuações à frente da Diretoria de Instrução Pública, para tanto negando e desacreditando o desenvolvimento do processo de escolarização anterior à sua própria gestão. Nesse movimento que estabeleceu como marco histórico o antes e o depois da Escola Nova, coube aos vencidos, o silêncio como nos ensina Decca (1988), arrastando para o esquecimento experiências, como a da Escola Profissional Visconde de Mauá.

Como explicar uma experiência de escola para filhos da classe trabalhadora, influenciada por princípios da pedagogia libertária, florescer num “terreno árido e descuidado” como era o da Diretoria de Instrução Pública, antes da gestão de Fernando de Azevedo ou mesmo Carneiro Leão? Como explicar que neste mesmo terreno desordenado, a alfabetização atingira o maior índice do país? Refletir sobre estas questões comprometeria, ideologicamente, as análises que imputavam ao passado, o atraso e a incompetência pedagógica.

Estas observações permitem duas considerações. A primeira, de que neste período, outras experiências bem sucedidas e contra-hegemônicas devem ter acontecido e assim como a estudada nesta dissertação, ficaram abandonadas no passado. A segunda, de que a história não é evolutiva, nem linear e nem dual, antes pelo contrário, é permeada por contradições, conflitos e ações contra-hegemônicas, desenvolvendo-se através de um processo desigual e combinado como explica Oliveira (1989).

Sendo assim, de maneira dialética, será exatamente, neste período em que a administração municipal ainda não conseguira impor a centralização e o controle da Diretoria de Instrução sobre a rede de escolas, que foi possível uma experiência singular de escola profissional considerada como referência por todos.

Desta forma, em meio a todas as contradições do período em questão, numa economia que a produção fabril ainda não era predominante, acompanhamos o processo do *fazer-se* da Escola Profissional Visconde de Mauá, conforme desenvolvemos nos capítulos deste trabalho. Uma experiência que envolveu a participação de seus sujeitos: mestres, professores, alunos e pode contar com o papel de intelectual orgânico exercido por Dr. Orlando.

As pesquisas permitem afirmar que nesse *fazer-se* estiveram presentes os sujeitos da escola. Assim, à medida que mestres e alunos, participavam ativamente da sua implantação, à medida que as ideias da pedagogia libertária influenciavam diretamente na metodologia e no currículo escolar, desenvolviam uma autoria histórica da escola que, proporcionalmente,

enfraquecia a autoridade da Diretoria de Instrução. Esta ao invés de cobrar exigências legais e burocráticas, preferira colher os louros dos bons resultados.

Retornando à curiosidade que despertou o interesse desta pesquisa: o porquê da escola não ter se descolado da educação profissional como as outras do mesmo período, defendemos que esta experiência inicial tenha sido determinante neste sentido. Desta forma, contribuíram de forma articulada, a inserção da escola na Vila Proletária, espaço geo-histórico identificado com a classe trabalhadora; o papel de intelectual orgânico de Dr. Orlando com uma concepção de educação integral socialista, influenciada pela pedagogia libertária e a presença ativa dos sujeitos da escola – alunos, mestres, professores e funcionários – no seu fazer-se. Através deste processo a escola se institucionalizou identificada com o mundo do trabalho, de tal forma, que se reproduziu pelas gerações posteriores, apesar das mudanças educacionais e tecnológicas, resistindo, mesmo depois que a memória deste fazer-se inicial se apagara.

Através dos ensinamentos de E.P. Thompson e Gramsci, foi possível acompanhar a trajetória de Dr. Orlando, como sujeito de seu tempo histórico, vivendo no período de transição entre Monarquia e República. O jovem Orlando Corrêa Lopes foi escolarizado através de princípios republicanos, acreditando que a República Positivista construiria um novo país, o Brasil de progresso, para tanto não fugiu à luta nem temeu a própria morte. Desta forma, as experiências vividas com o regime republicano foram modificando sua consciência social e política, aproximando-o do anarquismo.

Na direção da Escola Profissional Visconde de Mauá atuou como intelectual orgânico, usando a rede de relacionamentos que construíra ao longo de sua vida como jornalista e político a favor de uma escola voltada para a formação dos filhos de trabalhadores, que não se limitasse à especialização de um ofício, garantindo-lhes uma formação além do que determinava a legislação da época.

Como apresentamos no decorrer desta dissertação, a Escola ocupou lugar de destaque nos jornais ao longo da primeira década, com a participação marcante dos sujeitos no seu *fazer-se*. Observamos que neste *fazer-se* a comunidade escolar conquistou autonomia e autoridade sobre a escola, o que lhe possibilitou inovar em aspectos administrativos e pedagógicos não previstos na legislação. Apesar de não localizarmos documentos oficiais que afirmassem a influência das ideias anarquistas de Dr. Orlando na gestão da escola, outras fontes importantes apontaram nesta direção, como a carta de um pai indignado denunciando Dr. Orlando como “... pontífice do credo comunista no Brasil...” ou a matéria do jornal Voz do Povo, órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, convocando os

trabalhadores a matricularem seus filhos na escola, afirmando que a escola era “... um estabelecimento da Prefeitura, mas dirigido pelo nosso camarada Orlando Corrêa Lopes...”.

Também através das inovações desenvolvidas na escola, foi possível notar influência das ideias anarquistas. Essas inovações chamaram a atenção da imprensa do período e as matérias publicadas nos jornais foram relevantes fontes de pesquisa. Através de uma dessas matérias jornalísticas tomamos ciência que os alunos cultivavam lotes de terra e levavam para casa seus produtos, atitude em desacordo com o Regimento das Escolas Profissionais, cuja mentalidade era preparar o aluno para vender sua força-de-trabalho e não reconhecê-lo como dono de seu produto.

Entre outros exemplos apresentados nesta pesquisa, trazemos para nossas considerações finais a experiência posta em prática por Paul Robin na direção do Orfanato Prévost, em Cempuis (1879-1894), pois acreditamos que tenha servido de inspiração para a gestão de Dr. Orlando na Escola Visconde de Mauá. A importância de atividades como a música e a educação física; a construção do internato, garantindo que os alunos não perdessem tempo em deslocamentos diários, usando-o para estudos; a distribuição da carga horária entre as disciplinas de formação geral e as oficinas; o ensino profissional que não priorizasse a especialização de ofícios, mas sim os diversos aspectos da formação humana, incluindo aí o trabalho e até mesmo a construção de uma piscina pelos próprios alunos, exatamente como no Orfanato dirigido por Paul Robin.

Desta forma, acreditamos que nosso esforço de pesquisa foi capaz de responder assertivamente as perguntas feitas no início desta dissertação.

Uma experiência peculiar, esquecida no passado, distante no tempo, mas tão atual nos debates sobre educação e trabalho do presente, que envolve questões como politecnia, especialização, profissionalização precoce, conhecimentos científicos e tecnológicos, educação integral, dividindo-se entre aqueles que defendem uma especialização restrita e rápida e os que acreditam numa educação integral que se dedique à formação humana em todos os seus aspectos, numa atuação contra-hegemônica à sociedade de classes. Acreditamos que trazendo de volta para o presente essa experiência desenvolvida na Escola Visconde de Mauá, estamos contribuindo do nosso modo para o debate.

REFERÊNCIAS E FONTES

Bibliografia

BAKUNIN, M. **A instrução integral**. [Tradução de Luiz Roberto Malta] São Paulo: Imaginário, 2003.

BATALHA, C. H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BERTUCCI, L. M.; FARIA FILHO L. M. de; OLIVEIRA, M. A. T. de. **Edward P. Thompson: história e formação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CHÂTELET, F. et al. **História das ideias políticas**. [Tradução Carlos Nelson Coutinho]. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CHAVES, M.W.; LOPES, S. de C. (Org.). **Instituições Educacionais da Cidade do Rio de Janeiro: um século de História (1850-1950)**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2009.

CIAVATTA, Maria. **A Escola do Trabalho: história e imagens**. Niterói/RJ: UFF, Faculdade de Educação, 1993 (Tese de Livre Docência).

_____. **O Trabalho como princípio educativo: uma investigação teórico-metodológica**. (1930-1960) RJ: PUC, Departamento de Educação, 1990 (Tese de Doutorado)

CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, G. As faces históricas do trabalho: como se constroem as categorias. **RBEP**, Brasília, v.74, n.178, p.529-554, set./dez. 1993. Disponível em: < <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/308/309>>. Acesso em 12 maio 2011.

CODELLO, F. **A Boa Educação: experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neill**. [Tradução Silene Cardoso] São Paulo: Ícone: Imaginário, 2007.

COUTINHO, C. N. (Org.) **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Flacso, 2000.

DECCA, E. S. de. **1930: O silêncio dos Vencidos**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social**. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1986.

FERNANDES, Nelson da N.; OLIVEIRA, Alfredo C.T. Marechal Hermes e as (des) conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não vista. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, 2010. (V.15, n. 331: 87). Disponível em:< <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-87.htm> > Acesso em: 1 ago. 2012.

FONTES, Virgínia M. G. M. História e Conflito. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: LDH/UFF, 1998.

GALLO, S. **Educação Anarquista: Por uma Pedagogia do Risco.** Campinas/SP: UNICAMP, Faculdade de Educação, 1990. (Dissertação de Mestrado).

GALLO, S.; MORAES, J. D. Anarquismo e educação: a educação libertária na Primeira República. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. **História e Memórias da Educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011. Vol. III.

GAZE, Isabella P. Orlando Corrêa Lopes: um anarquista na gestão da Escola Profissional Visconde de Mauá. In: IX CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Anais...** Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012. CD-ROM

GAZE, Isabella P. Escola Visconde de Mauá: as origens da Escola Profissional da Vila Proletária Marechal Hermes. In: IV ENCONTRO NORTE/NORDESTE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Anais...** Aracaju: Universidade Tiradentes, 2012. CD-ROM

GAZE, Isabella P. Ensino Profissional no Distrito Federal: a administração legal da Instrução Pública na década de 1910. In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”. **Anais eletrônicos** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012 Disponível em: < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.11.pdf > Acesso em: 27 abr. 2013.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a organização da cultura** [Tradução Carlos Nelson Coutinho] 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

_____. **Cadernos do Cárcere.** [Tradução Carlos Nelson Coutinho] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Vol. 2.

HOBSBAWN, E. **Sobre História.** [Tradução Cid Knipel Moreira] São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HOSTINS, R. C. L. O pesquisador e a lógica histórica: contribuições do historiador E P Thompson para a pesquisa em educação, 2004. Disponível em < www.anped.org.br/reunioes/27/gt02/t0210.pdf >. Acesso em 11/12/2011.

LOPES, M. Anarquistas gaúchos no Rio de Janeiro. **EMECÊ: Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa.** out./2010. (Ano: 5,17), Disponível em < http://marquesdacosta.files.wordpress.com/2011/12/emece_17.pdf > Acesso em: 1 ago. 2012.

LUSTOSA, Isabel. **Histórias de Presidentes: A República no Catete (1897-1960).** Rio de Janeiro: Agir, 2008.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

MANACORDA, M. A. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias.** [Tradução Gaetano Lo Monaco; Revisão Paolo Nosella] 13 ed., São Paulo: Cortez, 2010.

- MARÇAL, J.B. **Os anarquistas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UE, 1995.
- MARÇAL, J.B.; MARTINS, M. **Dicionário ilustrado da esquerda gaúcha**. Porto Alegre: Libretos, 2008.
- MARTINS, A. M. S.; BONATO, N. M. da C. (Org.) **Trajetórias Históricas da Educação**. Rio de Janeiro: Rovellet, 2009.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. (Pensamento Crítico, 18)
- MEDEIROS, R. Legislação como fonte da história: o jurista e o historiador. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M.I.M. (Orgs.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. Disponível em: < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_097.html > Acesso em: 15 mar.2012
- MORAES, M. C. M de; MÜLLER R. G. História e Experiência; contribuições de E. P. Thompson à pesquisa em educação. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 21, n.02, p. 329-349, jul/dez 2003. Disponível em www.periodicos.ufsc/index.php/perspectiva/ Acesso 11/12/2011.
- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 3ed. SP: EDUSP, 2009.
- NOSELLA, P.; BUFFA, E. **Instituições escolares: porque e como pesquisar?** Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.
- OLIVEIRA, A. C. T. **O Bairro de Marechal Hermes: da moradia operária à habitação social (1910 – 1956)**. 162f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia, UFF, Niterói, 2009.
- OLIVEIRA, F. de. **A Economia da Dependência Imperfeita**. 5ed. RJ: Graal, 1989.
- OLIVEIRA, M. A. T. de. O Pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação. **RBHE**. Campinas, n. 16, p. 147-169, jul. 2008.
- OLIVEIRA, R.T.C. de. Legislação Educacional como fonte da História da Educação Brasileira. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M.I.M. (Orgs.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas, SP: HISTEDBR, 2005. Disponível em: < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_090.html > Acesso em: 15 mar.2012
- PENNA, Lincoln de A. Vida, um periódico anarquista. **Revista Alceu**. PUC Rio, v. 11, n.22, jan./jun. 2011, p. 201 a 218. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/>
- PINTO, S. C. S. **Elites Políticas e o Jogo de Poder na Cidade do Rio de Janeiro (1909 – 1922)**. 308f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.
- RODRIGUES, Antonio E.M. **Nair de Teffé: vidas cruzadas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RODRIGUES, E. **Os companheiros**. Florianópolis: Insular, 1997. V. 4, 170-172.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, nº 4, jan./dez. 2005. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382/363> >. Acesso em: 20 mar. 2013.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010.

SANFELICE, J. L. História, instituições escolares e gestores educacionais. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 16, p. 147-169, jul. 2006. Disponível em: < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art4_22e.pdf > Acesso em: 20 ago. 2012.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (org.) **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

SILVA, Roberto B. (1956) Relatório escrito para o Departamento de Ensino Técnico [Cópia datilografada]. Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Visconde de Mauá, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. [Tradução W. Dutra] Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. Prefácio. In: _____. **A formação da classe operária inglesa**. [Tradução D. Bottman] Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (V. 1, 3 ed., pp. 9-14)

_____. **Costumes em Comum**. [Tradução Rosaura Eichemberg] São Paulo: Schwarcz, 2008.

VENTURA, Tereza. **Nem barbárie, nem civilização**. São Paulo: Annablume, 2006.

VIEIRA, C. E. Jornal diário como fonte e como tema para pesquisa em História da Educação... In: OLIVEIRA, M. A. T. de. (Org.) **Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIEIRA, C.E.; OLIVEIRA, M.A.T. de. Thompson e Gramsci: História, Política e Processo de formação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 519-537, abr.-jun. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 20 ago. 2012.

Fontes Primárias

AGCRJ **Boletins da Prefeitura do Distrito Federal**, 1915 – 1921. Biblioteca. Rio de Janeiro, RJ.

_____. Livro de Ofícios do Diretor Geral de Instrução Pública. **Documentos da Instrução Pública**, 1916 – 1917. Sala de Documentação Inscrita. Rio de Janeiro, RJ.

_____ Livro de Ofícios do Almojarifado de Instrução Pública. **Documentos da Instrução Pública**, 1916 – 1917. Sala de Documentação Inscrita. Rio de Janeiro, RJ.

A VIDA (1914-1915): periódico anarquista. [cópia digitalizada]. Arquivo de Memória Operaria do Rio de Janeiro (AMORJ) Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2007.

CORREIO DA NOITE (1912): Jornal do Rio de Janeiro. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2012.

FAETEC. Livro de matrícula de alunos. 1916 – 1917. **Arquivo Permanente**. Escola Técnica Estadual Visconde de Mauá. Rio de Janeiro, RJ.

_____Acervo de fotografias. **Centro de Memória** da Escola Técnica Estadual Visconde de Mauá. Rio de Janeiro, RJ.

PREFEITURA do Distrito Federal. **Lei do Ensino Primário, Normal e Profissional**. Decreto nº. 838 de 20 out. 1911 Boletins da Prefeitura, out./1911, p. 21-44.

_____ **Regulamento das Escolas Profissionais**. Decreto nº. 974, de 9 de jul. 1914. Boletins da Prefeitura, jul./1914, p. 18-24.

_____ **Reforma da Lei do Ensino, Primário, Normal e Profissional**. Decreto nº. 981, de 2 set. 1914. (Ensino Público Municipal). Boletins da Prefeitura, set./1914, p. 35-59.

_____ **Novo regulamento das Escolas Profissionais**. Decreto nº. 1.066, de 19 abr. 1916. Boletins da Prefeitura, abr./1916, p. 7-20.

_____ Decreto nº. 1.726 de 31 de dezembro de 1915. Orça a receita e fixa a despesa da Municipalidade para o exercício de 1916. **Boletins da Prefeitura do Distrito Federal**. Biblioteca. Rio de Janeiro, RJ.

_____ Decreto nº. 1.786 de 30 de dezembro de 1916. Orça a receita e fixa a despesa da Municipalidade para o exercício de 1917. **Boletins da Prefeitura do Distrito Federal**. Biblioteca. Rio de Janeiro, RJ.

_____ Decreto nº. 1.881 de 27 de novembro de 1917. Autoriza o Prefeito à reorganizar a Escola Visconde de Mauá. **Boletins da Prefeitura do Distrito Federal**. Biblioteca. Rio de Janeiro, RJ.

_____ Decreto nº. 2.296 de 8 de outubro de 1920. Autorizava o prefeito a criar na Escola Profissional Visconde de Mauá um internato para 150 alunos. **Boletins da Prefeitura do Distrito Federal**. Biblioteca. Rio de Janeiro, RJ.

_____ Decreto nº 1.562 de 9 de junho de 1921. Cria um internato na Escola Profissional Visconde de Mauá. **Boletins da Prefeitura do Distrito Federal**. Biblioteca. Rio de Janeiro, RJ.

NA BARRICADA (1915-1916): periódico anarquista. [cópia digitalizada]. Arquivo de Memória Operaria do Rio de Janeiro (AMORJ) Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2005.

RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. **Hemeroteca Digital**, Homepage. 2013. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/> >

CITAÇÕES DE ORLANDO CORRÊA LOPES

LOPES, O.C. O Tratado de Petrópolis e os acreanos brasileiros. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 9, 3 jan. 1904.

LOPES, O.C. No meu posto. **Correio da Noite**, Rio de Janeiro, p. 1, 16 jan. 1912.

LOPES, O.C. No mesmo posto, **A Epoca**, Rio de Janeiro, p.1, 5 ago. 1912.

LOPES, O.C. Só pela revolução, **A Epoca**, Rio de Janeiro, p.1, 7 ago. 1912.

LOPES, O.C. Pela revolução, **A Epoca**, Rio de Janeiro, p.1, 26 dez. 1912.

LOPES, O.C. Congresso ou manicômio, **A Epoca**, Rio de Janeiro, p.5, 01 jan. 1913.

LOPES, O.C. Os últimos desiludidos, **A Epoca**, Rio de Janeiro, p.5, 05 jan. 1913.

LOPES, O.C. A Revolução no México, **A Epoca**, Rio de Janeiro, p.1, 21 fev. 1913.

LOPES, O.C. O ESPÍRITO de Associação e o Estado, **A Epoca**, Rio de Janeiro, p.3, 06 jul. 1913.

LOPES, O.C. O 2º Congresso Operário Brasileiro **A Epoca**, Rio de Janeiro, p. 3, 20 set. 1913.

LOPES, O.C. A Agitação contra a guerra. **A Epoca**, Rio de Janeiro, p. 1, 10 maio 1915.

LOPES, O.C. Enfrentando Malfeitores. **A Epoca**, Rio de Janeiro, p. 1, 18 jan. 1915.

LOPES, O.C. Na Escola V. de Mauá: sobre a sopa dos alunos, **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 5, 11 ago. 1917.

LOPES, O.C. Um interessante relatório do Sr. Orlando Corrêa Lopes, **O Imparcial**, Rio de Janeiro, p. 3, 28 mar. 1922.

LOPES, O.C. O Sr. Orlando Corrêa Lopes dirige um ofício ao diretor da Instrução Pública. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, p.5, 12 jun. 1922.

LOPES, O.C. O Ensino Técnico: fala-nos sobre essa questão em foco, o Dr. Orlando Corrêa Lopes, Diretor da Escola Mauá. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1-2, 2 jul. 1926.